UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DIVERSITAS
NÚCLEO DE ESTUDOS DAS DIVERSIDADES, INTOLERÂNCIAS E CONFLITOS
PROGRAMA INTERDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES,
DIREITOS E OUTRAS LEGITIMIDADES

ANDRÉ CAMARINHA LIMA

**O CONSEG MORUMBI:
AS REPRESENTAÇÕES DE SEUS SUJEITOS E SEU LUGAR NAS DISPUTAS
SOCIAIS PELA CIDADE**

**SÃO PAULO
2015**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DIVERSITAS
NÚCLEO DE ESTUDOS DAS DIVERSIDADES, INTOLERÂNCIAS E CONFLITOS
PROGRAMA INTERDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES,
DIREITOS E OUTRAS LEGITIMIDADES

ANDRÉ CAMARINHA LIMA

**O CONSEG Morumbi:
as representações de seus sujeitos e seu lugar nas disputas sociais pela cidade**

Dissertação apresentada ao Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades do Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos (DIVERSITAS) da Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Mestre.

**Orientadora: Prof.^a Dr.^a Claudia
Moraes de Souza**

**São Paulo
2015**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que seja citada a fonte.

Catálogo da publicação

LIMA, ANDRÉ C.

O CONSEG Morumbi: as representações de seus sujeitos e seu lugar nas disputas sociais pela cidade/ André Camarinha Lima; orientadora Claudia Moraes de Souza. – São Paulo, 2015.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2015.

1. Segurança Pública, 2. Conselhos Comunitários de Segurança, 3. Sociedade Civil, 4. Participação Social, 5. Espaço Urbano, 6. Direito à Cidade

Em memória de minha mãe, Maria Livia e de meu pai Cláudio e às Mães de Maio, mães de sempre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à Prof.^a Dr.^a Claudia Moraes de Souza, que orientou esta pesquisa. Espero, mesmo sendo difícil, ter correspondido à altura tamanha dedicação dispensada a mim e a este trabalho. Reconheço suas valiosas contribuições para esta dissertação e isento-a de responsabilidade pelas inconsistências que possam ser identificadas neste texto.

À Marina, minha irmã, que, mesmo distante, caminha junto comigo e, dentro de nossas possibilidades, contribuiu com a tranquilidade necessária para que este trabalho fosse realizado. Para sempre Txai!

Agradeço ao Dr. Evaldo Roberto Coratto, Coordenador dos CONSEGs do Estado de São Paulo, que disponibilizou a documentação a respeito dos CONSEGs sem a qual esta pesquisa seria inviável.

Ao Prof. Dr. Luís Antônio Francisco de Souza e ao Prof. Dr. Luis Guilherme Galeão da Silva pelas contribuições dadas durante o exame de qualificação.

Ao Prof. Dr. José Antônio Vasconcelos pelas contribuições, dadas durante a disciplina Conhecimento, Compreensão e Novas Legitimidades, que permitiram o aperfeiçoamento de meu projeto inicial.

A todos os amigos com quem compartilhei diversas reflexões que contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos colegas de trabalho da EMEF “Des. Arthur Whitaker”, educadores com quem divido as alegrias e angústias do trabalho na escola pública.

Por último, mas tão ou mais importante que os demais, agradeço à Ana, com quem partilho não só ideias expressas neste trabalho, mas projetos de vida. Sua contribuição com meu amadurecimento pessoal é inestimável e seu companheirismo, ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, sobretudo, durante sua finalização, foi o que permitiu que ela fosse concluída.

Sem darmos conta, fomos convertidos em soldados de um exército sem nome e, como militares sem farda, deixamos de questionar. Deixamos de fazer perguntas e discutir razões. As questões de ética são esquecidas, porque está provada a barbaridade dos “outros” e, porque estamos em guerra, não temos que fazer prova de coerência, nem de ética nem de legalidade.

É sintomático que a única construção humana que pode ser vista do espaço seja uma muralha. A Grande Muralha foi erguida para proteger a China das guerras e das invasões. A Muralha não evitou conflitos nem parou os invasores. Possivelmente morreram mais chineses construindo a muralha do que vítimas das invasões que realmente aconteceram.

Mia Couto, *Murar o Medo*

A tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” no qual vivemos é a regra.

Walter Benjamin, *Sobre o Conceito de História (Tese VIII)*

RESUMO

O CONSEG Morumbi: as representações de seus sujeitos e seu lugar nas disputas sociais pela cidade

Este trabalho investiga o histórico de constituição do Conselho Comunitário de Segurança do Morumbi (CONSEG Morumbi) e as representações sobre o tema da segurança que se expressam em seu ambiente. A partir disto, procura-se atribuir significado às estratégias de segurança elaboradas por este Conselho. O método etnográfico, pautado na observação participante, constitui elemento central da pesquisa que tem como fontes, também, atas de reunião do Conselho, entrevista concedida pela sua presidente e documentos oficiais relativos à criação e regulamentação dos CONSEGs. Inicialmente, identifiquei três momentos no processo histórico de urbanização da área onde atua o referido Conselho. Estes três momentos trouxeram para esta área grupos sociais distintos que disputam o projeto de urbanização da região. Ao longo do trabalho, identifiquei a apropriação social do espaço do CONSEG Morumbi pelos grupos economicamente favorecidos. Assim, constato o domínio, no ambiente deste Conselho, de certas representações sobre segurança que privilegiam a proteção ao patrimônio em detrimento de outros direitos civis, sociais e políticos, estabelecendo estratégias de segurança ancoradas no princípio da suspeição generalizada e na identificação das “classes perigosas”.

Palavras-chave: Segurança Pública, Conselhos Comunitários de Segurança, Sociedade Civil, Participação Social, Espaço Urbano, Direito à Cidade

ABSTRACT

The CONSEG Morumbi: the representations of their subjects and its place in social disputes by city

This dissertation investigates the history of establishment of the Community Council of Morumbi Security (CONSEG Morumbi) and representations on the issue of security which are expressed in their environment. From this, it seeks to give meaning to the security strategies adopted by this Council. The ethnographic method, based on participant observation, is a central element of the research whose sources are also meeting minutes of the Council, interview of its president and official documents relating to the creation and regulation of CONSEG. Initially, I identify three moments in the historical process of urbanization of the area where this council operates. These three moments brought to this area different social groups vying for the urbanization project in the region. Throughout the work, I identify the social appropriation of space CONSEG Morumbi by economically advantaged groups. So, I note the domain, in the environment of this Council of certain representations of security that emphasize the protection of heritage at the expense of other civil, social and political rights, establishing security strategies anchored in the principle of suspicion general and identifying "dangerous classes".

Keywords: Public Safety, Security Community Councils, Civil Society, Social Participation, Urban Space, Right to the City

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da área de atuação do CONSEG Morumbi, ano de 1958.....	24
Figura 2: Mapa da área de atuação do CONSEG Morumbi, ano de 2008.....	25
Figura 3: Imóveis residenciais adaptados para fins comerciais na Vila Sônia.....	27
Figura 4: Residências antigas no bairro Jardim Trussardi.....	28
Figura 5: A Fachada do Drive In Bon Voyage no Disco de Aloysio e Seus Teclados.....	29
Figura 6: Colégio Pollux.....	30
Figura 7: Área densamente verticalizada do bairro Jardim das Vertentes.....	31
Figura 8: Mansão no bairro Jardim Everest.....	33
Figura 9: Empório de queijos e vinhos localizado ao lado de um bar na Avenida Sílvio Dante Bertacchi.....	45
Figura 10: Guarita na entrada do bairro Jardim Olímpia.....	47
Figura 11: Base Comunitária onde está situada a sede do CONSEG Morumbi.....	50
Figura 12: Mapa Revela 20 Pontos Violentos no Morumbi.....	95
Figura 13: “Casarão” na Avenida Giovanni Gronchi.....	107

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Principais ocupações irregulares da área de atuação do CONSEG Morumbi.....	34
--	----

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução demográfica da Subprefeitura do Butantã e seus distritos.....	26
Gráfico 2: Residência dos Participantes do CONSEG Morumbi.....	88
Gráfico 3: Número de Solicitações do CONSEG Morumbi por Órgãos Públicos.....	91

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. A trajetória da pesquisa.....	12
2. Metodologia.....	18
3. As fontes e a estrutura do trabalho.....	19
CAPÍTULO 1-O Morumbi: olhares sobre uma realidade.....	22
1.1. A conformação da área de atuação do CONSEG Morumbi.....	23
1.2. A área de atuação do CONSEG Morumbi e a dinâmica urbana do município de São Paulo.....	35
1.3. Relações sociais na área de atuação do CONSEG Morumbi.....	41
CAPÍTULO 2-Os CONSEGS e o CONSEG Morumbi: uma história.....	49
2.1. A fundação do CONSEG Morumbi.....	49
2.2. A concepção e constituição dos CONSEGS.....	58
2.3. As temporalidades históricas no espaço público constituído pelo CONSEG Morumbi.....	65
CAPÍTULO 3-Por dentro do CONSEG Morumbi.....	75
3.1. As Reuniões do CONSEG Morumbi.....	76
3.2. As ações do CONSEG Morumbi.....	92
3.3. O Núcleo de Ação Local Peri-peri.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	118

INTRODUÇÃO

A ideia desta pesquisa – que se identifica como um estudo de História do Tempo Presente sob perspectivas metodológicas interdisciplinares – surgiu a partir de uma inquietação pessoal, reflexo do clima de terror vivido durante e após os *Crimes de Maio de 2006* em São Paulo – mais popularmente denominados *Ataques do PCC*. No ano de 2005, eu havia me mudado para São Paulo para cursar a graduação em História. Membro de uma família remediada do interior do estado, foi na capital, principalmente após trabalhar em um projeto de extensão universitária cujas atividades estavam voltadas para a alfabetização de jovens e adultos, que passei a ter contato mais estreito com populações em situação de extrema vulnerabilidade econômica e social.

Assim, durante a sequência de fatos violentos ocorridos em maio de 2006, pude acompanhar de maneira próxima a alteração no cotidiano de pessoas que não se identificavam com atividades criminosas – principalmente as do crime organizado – mas, também, reconheciam a insegurança causada pelas intervenções policiais, impulsionadas pelo poder público e infladas pelos meios de comunicação hegemônicos, nas áreas em que residiam. Era perceptível o duplo estado de insegurança e a paralisia gerada, naquelas pessoas, pela posição ocupada em meio ao fogo cruzado, literalmente.

A situação descrita colocou em questão as minhas representações pessoais a cerca do tema da segurança e, mais especificamente, do papel desempenhado pelo Estado em relação a esta temática.

Da violência extrema a que foram expostos naquele mês de maio, surgiu um movimento de reivindicação por memória, verdade e justiça em relação àqueles fatos, o *Movimento Mães de Maio* – a quem dedico este trabalho. Esse movimento tem como uma de suas reivindicações a compreensão dos *Ataques do PCC*, expressão vulgarizada pelo discurso político oficial, como *Crimes de maio de 2006* ou, ainda, *Massacre de Maio de 2006*. Essas diferentes denominações guardam diferentes memórias dos acontecimentos daquele mês e, por conseguinte, requerem diferentes posturas do poder público em relação a eles. Na primeira forma de referir-se a tais acontecimentos, *Ataques do PCC*, aparece como sujeito da violência a organização criminosa referida que, supostamente, comandava ataques urbanos a unidades policiais, articulados a diversas rebeliões em presídios pelo estado de São Paulo. As outras formas de referência, *Crimes de maio de 2006* e *Massacre de Maio de 2006*, transforma o objeto da primeira, a polícia, também em sujeito, baseado no fato de que, naquele contexto, dos 564 mortos, 505 foram civis (CANO; ALVADIA, 2008).

Passei a acompanhar algumas atividades das Mães de Maio e, a partir delas, tomei conhecimento a respeito da existência dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs). A descrição institucional destes conselhos gerou a expectativa de poder encontrar, no seu interior, diversas representações e, conseqüentemente, práticas relacionadas ao tema da segurança que, desde de 2006, havia me demonstrado sua complexidade.

Além disso, a oposição e a atitude negativa do movimento, em relação à participação nos CONSEGs e às atividades desenvolvidas por estes, revelava a percepção destes conselhos como ambientes de conservadorismo. Eu partia, então, de uma interpretação pessoal de que muitas pesquisas feitas sobre grupos e movimentos progressistas, geralmente por intelectuais pouco comprometidos com a prática e o avanço destes grupos, em vez de os instrumentalizarem, resultam em compilações de informações valiosas para estratégias de gestão e controle dos mesmos. Por isso, sempre me pareceu democrático que fossem realizadas pesquisas sobre grupos conservadores na mesma proporção em que se realizam pesquisas sobre grupos chamados progressistas ou “de esquerda”. Assim, me soou coerente desenvolver uma pesquisa sobre os CONSEGs, ainda que fossem compreendidos, por alguns movimentos, como instituições da ordem e, por tanto, conservadoras.

1. A trajetória da pesquisa

O objeto de estudo desta dissertação é o Conselho Comunitário de Segurança do Morumbi (CONSEG Morumbi) e o seu papel nas relações entre o Estado e a sociedade civil, na formulação de políticas e estratégias de segurança para a região onde atua. Compreendo a sociedade civil, a partir da definição de Norberto Bobbio, como a esfera das relações sociais públicas, situadas fora dos marcos reguladores do Estado e do mercado, sendo assim, heterogênea no que diz respeito aos modos de organização, atuação e às tendências políticas e ideológicas (BOBBIO, 2007. pp. 33-52). Procurei investigar, em que medida, o Conselho Comunitário de Segurança do Morumbi satisfaz os ideais que levaram, no contexto da redemocratização do Estado brasileiro, à formação dos diversos conselhos gestores e participativos. Entendo que alguns destes ideais são: a eficiência, democratização e descentralização do Estado e a conformação de um espaço público onde os sujeitos sociais possam, pacificamente e de maneira equitativa, buscar resoluções para seus conflitos, redistribuindo o poder entre os grupos sociais historicamente alijados das estruturas do Estado.

A pequena quantidade de trabalhos relacionados especificamente aos CONSEGs do

estado de São Paulo foi o que me motivou, também, a desenvolver o projeto cujas conclusões são apresentadas aqui. Destaquei, inicialmente, a tese de doutorado de Ana Paula Galdeano Cruz (2009), *Para Falar em Nome da Segurança: o Que Pensam, Querem e Fazem os Representantes dos Conselhos Comunitários de Segurança*. Partindo de uma análise antropológica, a autora versa sobre os discursos dos sujeitos envolvidos especificamente nos CONSEGs Sapopemba e Campo Belo.

Encontrei, também, outros interlocutores que acrescentaram reflexões sobre conselhos comunitários de segurança em outros estados da federação. Miranda (2007) faz um estudo da conjuntura histórica da democratização do Brasil que, segundo ela, em comparação com outros países da América latina, carrega maiores problemas, na consolidação de um ideal de espaço público, por conta de sua herança autoritária e patrimonialista. A autora defende que essa herança impõe certos limites à atuação dos conselhos gestores participativos na formulação das políticas públicas. Seus objetos de estudo privilegiados são os Conselhos de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Já Sento-Sé e Fernandes (2005), em um estudo sobre a criação do Conselho de Segurança na comunidade de São Gonçalo – também, Rio de Janeiro – avaliam que a estratégia dos conselhos constitui uma prática inovadora e promissora de gestão das políticas públicas que, em um primeiro momento, no caso específico dos conselhos de segurança, deve enfrentar duas barreiras oriundas da prática cotidiana de sujeitos diferentes, a saber, os representantes do poder público instituído – em específico as autoridades policiais – e a sociedade civil.

Outros autores me guiaram no que diz respeito à reflexão sobre a emergência, no contexto da redemocratização no Brasil, dos conselhos participativos em geral. Entre eles, destaco Gohn (2003) e sua perspectiva positiva sobre o papel destes na democratização da gestão do Estado e das políticas públicas. Contrapondo, em certa medida, a visão positiva a respeito do papel dos conselhos gestores participativos, defendida por Gohn, cito Vasconcelos (2007) e seu trabalho a respeito dos impasses da recente experiência democrática no âmbito de tais conselhos e Lüchmann (2002) que aponta os desencontros entre a proposta dos conselhos gestores participativos e falta de vontade política dos representantes do Estado.

A formalização de espaços públicos participativos, com vistas a promover “encontros” entre a sociedade civil e o Estado, a partir do período de redemocratização política do Brasil, tem como objetivos, explicitados pelos discursos políticos, descentralizar e democratizar os processos de formulação e implementação de políticas públicas. O discurso da participação reconhece, entre outras coisas, certa falência do Estado centralizado do período autoritário brasileiro e invoca a participação como forma de promover um Estado mais eficiente em

responder às demandas sociais, combatendo a postura patrimonialista dos agentes estatais e as práticas clientelistas (TATAGIBA, 2002. p. 47). O próprio processo da constituinte, nos anos 1980, deixa transparecer a força deste discurso naquele momento – fomentado pelo surgimento, como defende Avritzer, de uma sociedade civil autônoma, representada pelas inúmeras associações civis, comunitárias, sindicatos e movimentos sociais. A estratégia das chamadas “emendas populares” e mesmo a redação final da Constituição tornaram-se, assim, segundo Avritzer, “a origem de um conjunto de instituições participativas que foram normatizadas nos anos 1990 tais como os conselhos de política e tutelares ou as formas de participação em nível local” (AVRITZER, 2007. p. 408).

Mas será que estes objetivos são alcançados de fato? Os diversos sujeitos encontram-se com equidade nos espaços públicos que vêm, desde então, sendo institucionalizados? A participação inibe a postura patrimonialista dos agentes do Estado e as práticas clientelistas? Será que a via institucional tem sido positiva para as demandas progressistas e democratizantes? Durante toda a elaboração do projeto inicial e desenvolvimento da pesquisa, o objetivo foi contribuir para o reconhecimento e superação dos impasses para a consolidação de um espaço público democrático, onde os sujeitos sociais possam solucionar pacificamente seus conflitos com certa equidade. Necessito pontuar, neste sentido, que a noção de equidade deve ir além do simples equilíbrio numérico, como propõe Luciana Tatagiba para as relações entre a sociedade civil e o os agentes do Estado:

[...] mesmo que entre sociedade e governo exista uma igualdade numérica, essa igualdade não é suficiente para garantir o equilíbrio no processo decisório. Na dinâmica de funcionamento dos conselhos, os principais constrangimentos à existência de uma relação mais simétrica entre Estado e sociedade apareceram relacionados às seguintes variáveis: a) a dificuldade dos atores, tanto governamentais quanto não-governamentais, em lidar com a pluralidade; b) a relação conselheiro-entidade [representada]; e c) a qualificação dos conselheiros para o exercício de suas funções (TATAGIBA, 2002. p. 57).

A autora acrescenta ainda, como constrangimentos à existência de uma relação mais simétrica entre Estado e sociedade, o controle do Estado sobre a agenda temática dos conselhos e sua recusa em partilhar o poder de decisão.

A primeira variável citada por Tatagiba revela um problema: a necessidade de democratização das relações no âmbito exclusivo da sociedade civil. Isso pode ser depreendido da dificuldade dos atores “não-governamentais em lidar com a pluralidade”. As representações negativas do “outro”, bem como a dificuldade de reconhecerem-se como

iguais, são constantemente expressas nos discursos a respeito da segurança. Neste sentido, tomei como referência os dilemas para a consolidação do Estado democrático de direito brasileiro, apresentados e analisados por Teresa Pires do Rio Caldeira (2003) em seu livro *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*, como consequências de um discurso do medo que justifica novas “tecnologias de exclusão”. Essas são questões que permeiam o tempo presente e me levaram, também, à proposição deste estudo a respeito do Conselho Comunitário de Segurança do Morumbi.

No projeto inicial, apresentado em junho de 2012, a ideia de uma pesquisa a respeito dos Conselhos Comunitários de Segurança do Estado de São Paulo ainda se desenhava de maneira embrionária. O recorte espacial e temporal, assim como, a proposta metodológica, apareciam de maneira vaga por dois motivos: de um lado a inexperiência relacionada ao formato e à dinâmica exigida em uma dissertação de mestrado na perspectiva interdisciplinar, de outro a reflexão e aproximação ainda superficial com o objeto de análise pretendido.

Inicialmente, almejava refletir sobre as práticas dos CONSEGs no estado de São Paulo. Ainda que a inviabilidade de tal abrangência fosse óbvia, somente uma proximidade maior com o objeto, via trabalho de campo – caminho indicado por minha orientadora – me permitiu restringir espacialmente o objeto de modo que parecesse viável e, ainda assim, não perdesse a sua relevância. Foi pensando na viabilidade da pesquisa que dediquei o trabalho de campo, inicialmente, a dois CONSEGs imersos em realidades claramente distintas: o CONSEG Morumbi e o CONSEG Raposo Tavares.

No entanto, uma pesquisa que se identifica como um estudo de História do Tempo Presente, está sujeita às vicissitudes deste tempo. Alguns acontecimentos atingiram em cheio a dinâmica da pesquisa, entre eles, uma nova onda de violência, repressão e intolerâncias que se abateu sobre a cidade de São Paulo a partir de outubro de 2012. Esta onda culminou em ocupações policiais – muitas vezes transformadas em espetáculo pela imprensa – de comunidades pobres da capital. Entre estas comunidades estavam Paraisópolis – nas proximidades da área de atuação do CONSEG Morumbi – e São Jorge do Arpoador – situada na área de atuação do CONSEG Raposo Tavares.

Sendo assim, o CONSEG Raposo Tavares, que atua em uma região bastante vulnerável, enfrentava bastante dificuldade para retomar as suas atividades que já haviam sido suspensas por conta das eleições municipais, inviabilizando uma aproximação maior e mais estável de minha parte com relação a este CONSEG. Desta forma, minhas atividades de campo concentraram-se, progressivamente, no CONSEG Morumbi que, imerso em uma outra realidade e cercado de preocupações de outra ordem, manteve suas atividades desde os

momentos iniciais da pesquisa – embora a nova onda de violência tenha sido também tratada em suas atividades, que foram particularmente sensíveis à ocupação policial de Paraisópolis.

Conforme me aproximei, percebi que o CONSEG Morumbi constituía um processo local típico, com uma lógica própria e uma certa autonomia quando relacionado a outros conselhos. Isto me pareceu ser reflexo, entre outros fatores, da sua consolidação institucional e da sua atuação intensa desde 1993, quando foi fundado. Os indicadores de sua consolidação são a sede própria, a presença constante de autoridades públicas, os contribuintes mensais e o corpo de voluntários que se dedicam a suas atividades diariamente.

De outro lado, o perfil da área de atuação do CONSEG Morumbi se mostrou bastante interessante e significativo para os meus objetivos – compreender a dinâmica deste espaço público institucional na mediação das relações entre grupos sociais distintos e, muitas vezes, conflituosos. A heterogeneidade social e econômica da região do Morumbi é inegável, uma busca rápida por produções sobre o bairro leva a diversas análises sobre seu característico contraste social e econômico¹.

Por conta destas duas questões – as intempéries do trabalho de campo que dificultou a aproximação com o CONSEG Raposo Tavares e o interesse que a observação do CONSEG Morumbi despertou – a pesquisa foi, gradativamente, se voltando para o CONSEG Morumbi. Isso foi entendido como um progresso na delimitação do objeto, já que o CONSEG Morumbi, por conta de sua atuação relevante e por conta do contexto em que está imerso, permitia análises estruturais a respeito do problema proposto e, por isso, conservava a relevância do estudo.

Em tempo, foram de grande valor as contribuições dadas a este trabalho pelos professores doutores Luís Antônio Francisco de Souza e Luís Guilherme Galeão da Silva. Ambos me orientaram, durante o exame de qualificação, no sentido de aperfeiçoar a metodologia, reestruturar e aprofundar alguns temas abordados neste trabalho, entre eles a questão das disputas sociais pela cidade envolvidas na atuação do CONSEG. Neste sentido, acrescentaram conteúdo a esta pesquisa as dissertações de Thaise Marchiori (2011), *O Papel dos Municípios na Segurança Pública: Relações entre CONSEG e Administração Municipal (1985-2008)*, e Camila Fontes Savassa (2014), *São Paulo e as Novas Configurações do Espaço Urbano: O Parque Cidade Jardim e seu Impacto na Marginal Pinheiros*. A primeira, através de seu estudo sobre CONSEGs no município de Diadema, ajudou-me a elucidar

1 É o caso da matéria *Morumbi Rico, Morumbi Pobre* publicada pelo jornal O Estado de São Paulo, de um trecho dedicado ao bairro no livro *Cidade de Muros* de Caldeira e, de um texto de Maria da Glória Gohn que também dedicou esforços para pensar o contraste no bairro Morumbi (CAPITELLI, 2002; GOHN, 2010 e CALDEIRA, 2003. pp. 241-249).

pontos ainda obscuros a respeito do histórico dos CONSEGs e a aprofundar sua definição institucional. A segunda, ao estudar o desenvolvimento urbano do quadrante sudoeste da capital paulista, permitiu uma melhor compreensão da configuração espacial da área em que atua o CONSEG Morumbi e as disputas sociais na região.

Durante o andamento da pesquisa, as leituras me ajudaram, não apenas a delimitar melhor o objeto e a pensar melhor a metodologia mas, a ter uma melhor compreensão do processo de democratização do Estado, da ascensão e institucionalização de movimentos sociais e populares nas décadas de 70, 80 e 90. Maria da Glória Gohn (1998), caracteriza as práticas de participação na gestão das políticas públicas em dois momentos: durante os anos 1970 e 1980, a participação como representação popular e; durante os anos 1990, a participação como intervenção periódica e planejada na formulação e implementação de políticas públicas. Esse reconhecimento de um processo geral de institucionalização e, conseqüentemente, de um planejamento da participação parece coerente com a análise que Boaventura de Sousa Santos (2002) faz dos movimentos de emancipação no final do milênio. Segundo Santos, na atualidade, a dinâmica da interação entre as aspirações de emancipação social e os processos de regulação social – dinâmica que caracteriza, para o autor, o paradigma ocidental-moderno – estaria se extinguindo, pois, as aspirações de emancipação, invariavelmente, estariam se diluindo em processos de regulação social.

No Brasil, ao mesmo tempo em que se radicaliza esse processo de institucionalização/regulação dos movimentos de participação, entre os anos 1980 e 2000, assiste-se a uma “mutação igualitária”, nos termos de Angelina Peralva (2000. pp. 27-72). Segundo a autora, entre os anos 1970 e 1980, mesmo sob o regime autoritário, as camadas populares criaram estratégias de participação como forma de representar politicamente seus interesses através das associações, movimentos sociais e sindicatos. Assim, a população, gradativamente, pode experimentar maneiras mais autônomas de fazer política, debilitando o tradicional clientelismo e transformando as disputas políticas entre os grupos distintos em disputas mais igualitárias que no passado – ainda que certo nível de desigualdade permaneça. Assim, a convivência entre os diversos grupos no cotidiano dos espaços públicos começa a se estreitar e, ao mesmo tempo, os índices de violência tornam-se alarmantes, conformando “o paradoxo brasileiro”, segundo Peralva.

A “insegurança” torna-se então elemento chave em um discurso conservador de grupos privilegiados historicamente, preocupados com a manutenção das hierarquias sociais. As políticas públicas de segurança assumem, portanto, papel central nas disputas entre os grupos conservadores e os preocupados com a consolidação da democracia. Persegui a

compreensão de como a institucionalização da participação da sociedade civil nos CONSEGs interfere nesta disputa, particularmente, na região do Morumbi.

2. Metodologia

Enquanto o trabalho de campo e algumas leituras me guiaram para uma delimitação do objeto de estudo proposto e o aprofundamento de alguns temas a serem abordados, outras leituras me permitiram uma melhor fundamentação metodológica. O *método progressivo-regressivo* proposto por Henri Lefebvre nos artigos clássicos *Problemas de Sociologia Rural* e *Perspectivas da Sociologia Rural* (1981a; 1981b), ajudou-me a pensar a estratégia de, partindo de uma etnografia descritiva do presente, retornar ao passado identificando as diversas temporalidades em interação no ambiente dos CONSEGs, em geral, e do CONSEG Morumbi, em particular. A interpretação do *método progressivo-regressivo*, presente neste trabalho, está relacionada também com a leitura feita por José de Souza Martins (1996) a respeito das temporalidades históricas na obra de Lefebvre e a reflexão sobre as possibilidades do *método progressivo-regressivo* e sua aplicação para o contexto urbano de São Paulo feita por Fraya Frehse (2001).

Assim, a pesquisa etnográfica passou a ser central no desenvolvimento deste trabalho. Recorri a ela sob a perspectiva colocada por Rockwell, partindo do pressuposto que o ambiente dos CONSEGs, assim como o ambiente escolar – objeto privilegiado desta autora –, possui uma história documentada, geralmente, a partir do poder estatal que tende a uma generalização e homogenização das práticas. Nessa perspectiva, a pesquisa etnográfica deve ter como princípio, nas palavras da autora, um “processo de documentar o não documentado”, que se sustenta em um longo e intenso trabalho de campo, implicando, entre outras coisas, em: estar em um local, participar, observar, conversar com aqueles que se dispuserem e conservar, o máximo possível, essa experiência por escrito (ROCKWELL, 1987. p.4).

Nesta fase de levantamento de dados descritivos sobre as práticas dos Conselhos me pautei pelos princípios da observação participante, método de observação em pesquisa social – elaborada principalmente no contexto da pesquisa antropológica e etnográfica – que se preocupa, sobretudo, com o papel do investigador dentro da situação investigada e que problematiza a relação pesquisador/pesquisado, no sentido de estabelecer a confiança e outras condições favoráveis à pesquisa. Reconheço assim, com Michel Thiollent (1987), que o fato de o investigador representar alguém de fora, com um olhar interessado, produz uma interferência inevitável na pesquisa – sendo que ele não apenas modifica o contexto como é

modificado por ele. Na presente pesquisa isso ficou bastante claro, na medida em que, alguns membros do CONSEG, por partirem de certa representação da pesquisa acadêmica, impuseram dificuldades, inclusive, para o acesso a documentos oficiais que deveriam ser públicos – como as atas de reunião do CONSEG Morumbi – expondo-me, algumas vezes, ao constrangimento de ser comparado a “intelectualóides defensores de bandidos” como metáfora para intelectuais comprometidos com os Direitos Humanos. Foi a maneira como o dilema do “de que lado você está?”, caracterizado por Galdeano como típico de pesquisas sobre segurança baseadas na etnografia, manifestou-se ao longo deste trabalho (GALDEANO, 2009. pp. 17-25).

Além dos autores citados, ajudou-me a pensar mais criticamente minha postura, as estratégias adotadas e os objetivos com que saía a campo, a crítica de Cláudia Fonseca (1999) e suas reflexões sobre os objetivos e o papel da pesquisa etnográfica. Seu trabalho me ajudou a perseguir uma postura que trouxesse uma reflexão estrutural a partir da análise pontual do CONSEG Morumbi. Nesse sentido, o texto *Quando Cada Caso Não é um Caso: Pesquisa Etnográfica e Educação* não apenas me ajudou a fundamentar metodologicamente a pesquisa de campo, como também colaborou no processo já descrito de delimitação do objeto de estudo proposto.

As observações feitas durante o trabalho de campo foram interpretadas à luz do conceito de *representação*, tal como elaborado e definido por Henri Lefebvre em *La Presencia y la Ausencia: Contribución a la Teoría de las Representaciones*. O conceito de representação pareceu pertinente e ajudou a complexificar a análise, visto que não pode ser entendido como apenas um aparato ideológico que sustenta a visão de mundo de determinado indivíduo ou grupo, mas se apresenta como uma mediação concreta, que define as relações com o mundo, impondo modos de funcionamento e interação. Portanto, o sujeito elabora sua prática a partir de representações da realidade, visto que a apreensão total desta é impossível. Assim, ao mesmo tempo que garantem certa racionalidade ao real, as representações impõem limites às ações do sujeito pelo fato de elementos, constituintes da realidade, estarem ausentes nas suas representações. Desta maneira, analisar as representações exige identificar o que nelas está presente ou ausente².

3. As fontes e a estrutura do trabalho

2 Colaborou para a compreensão do conceito de representação, proposto por Henri Lefebvre, o exercício analítico realizado por Ana Carolina F. da Costa (COSTA, 2015).

Como já expressei, referenciei a metodologia de coleta de informações a partir do trabalho etnográfico – que envolve a observação participante e a entrevista com alguns envolvidos. Nesse sentido, acompanhei 18 reuniões, realizadas pelo CONSEG Morumbi entre setembro de 2012 e maio de 2014. Estas as reuniões foram gravadas. Além das reuniões, participei de algumas atividades promovidas pelo CONSEG como a Caminhada Pela Paz e o movimento SOS Morumbi. Todas estas atividades foram registradas em caderno de campo.

Nesta pesquisa, entendidas como fontes complementares, foram entrevistadas ainda algumas pessoas envolvidas nas atividades do CONSEG Morumbi: a presidente, que ocupou o cargo durante todo o período da pesquisa; o coordenador do Núcleo de Ação Local Jardim Peri-peri (NAL Peri-peri), subordinado ao CONSEG; e um líder comunitário do bairro Real Parque, idealizador da Associação SOS Juventude. As entrevistas tiveram caráter aberto, seguindo um roteiro temático que buscava compreender a inserção da trajetória individual dos entrevistados na trajetória do CONSEG Morumbi, as representações de cada entrevistado sobre o tema da segurança, a percepção que tinham sobre os problemas da região e as perspectivas de ações para sanar estes problemas. Por se tratar de uma pessoa que “fundou” o CONSEG Morumbi, a entrevista da presidente do CONSEG buscou também extrair a narrativa elaborada pela entrevistada sobre a fundação e a história do conselho. Estas pessoas, envolvidas cotidianamente com questões relacionadas à violência e à repressão, não foram identificadas com o objetivo de serem preservadas.

Vali-me ainda da pesquisa em documentos oficiais da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Uma vez que os documentos oficiais disponibilizados pelo próprio CONSEG Morumbi foram escassos, recorri à Secretaria para obter documentos como as atas de reuniões. Apesar da solicitude com que fui atendido pela Secretaria, a documentação disponível também mostrou-se restrita, já que, segundo o Coordenador Estadual dos CONSEGs, Evaldo Roberto Corrato, na mudança de gestão, décadas de documentação foram descartadas. Este fato, que indignava o referido coordenador, demonstra certo desprezo pela memória dos CONSEGs e impede uma visão mais estrutural e fundamentada de sua trajetória. Em suma, tive acesso apenas às atas de reunião de janeiro de 2011 a fevereiro de 2013. Processei as informações destas atas foram um gerenciador de planilhas e, assim, pude realizar, além das análises qualitativas, algumas análises quantitativas quanto ao conteúdo do que está expresso nos documentos oficiais.

Desta maneira, no primeiro capítulo, faço uma breve descrição a partir da observação e da pesquisa bibliográfica sobre a área de atuação do CONSEG Morumbi, tratando de seu processo de urbanização no contexto mais amplo da cidade. Apontando a dinâmica de

interação social presente na região, busco entender como o processo de urbanização da área aproximou diversos sujeitos e de que forma se dão as relações e as disputas entre eles neste espaço e por este espaço. Compreendo, assim, que boa parte das questões de segurança, pautadas pelo CONSEG Morumbi, são provocadas pelas disputas sociais que envolvem os diversos projetos de construção da cidade.

No segundo capítulo, a partir da entrevista concedida pela presidente do Conselho, traço o histórico de constituição do CONSEG Morumbi, entendendo que este desempenha um papel relevante nas estratégias de segurança que atuam como mediadoras das relações entre os diversos grupos sociais da região. Localizando o CONSEG Morumbi no contexto mais amplo de criação dos diversos conselhos – ligado à recente experiência democrática do país –, procuro identificar as diversas temporalidades em interação naquele espaço e as permanências e rupturas que representam.

No terceiro capítulo, com base, principalmente, na observação participante das reuniões do Conselho e na análise das atas de reunião obtidas através da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, procuro, à luz do histórico de constituição do Conselho, identificar as representações a respeito do tema da segurança, manifestadas durante suas reuniões. A partir desta identificação, procuro interpretar de maneira mais concreta as ações promovidas pelo CONSEG Morumbi procurando dar significado ao seu espaço e às representações dos sujeitos que o constituem nas disputas sociais pela cidade.

CAPÍTULO 1- O Morumbi: olhares sobre uma realidade

Enquanto acompanhei as atividades do CONSEG Morumbi, notei uma preocupação, de parte dos envolvidos, em estabelecer uma distinção entre o que era o bairro Morumbi, propriamente dito, e as outras áreas que, apesar de abrangidas pela atuação do Conselho, os participantes distinguiam enfaticamente do referido bairro. Colocou-se, então, o problema da compreensão do espaço em que se dava a pesquisa e sua apropriação social, de certa forma, presente nas representações sobre o bairro manifestadas pelos participantes do Conselho. Esta necessidade de distinguir, mesmo em conversas informais, o que era Morumbi e o que não era, indicava-me duas questões: a diversidade da área estudada e a necessidade de distinção social dos participantes do Conselho que, seletivamente, decidiam o que podia ou não ser confundido com a área do “nobre” Morumbi.

A literatura ajudou na compreensão destas questões. Maria da Glória Gohn, caracterizou o Morumbi como um “contraditório 'bairro-região' de São Paulo”. Ainda que o conceito “bairro-região” pareça um tanto vago, a definição feita por Gohn ajuda a refletir sobre os problemas levantados acima. Para a autora, o conceito “bairro-região” está relacionado com o fato de que o recente avanço dos empreendimentos imobiliários na região expandiu geograficamente a denominação “Morumbi” para muito além da sua área original ou histórica. Tais empreendimentos utilizaram como estratégia de marketing a carga positiva que o nome “Morumbi” carrega – por ocupar o imaginário da população com a ideia de um bairro nobre. Levaram, assim, os Jardins do Morumbi, Quintas do Morumbi, Granja Morumbi, Cidade Morumbi, Morumbi Sul, etc., para além dos limites do Morumbi histórico, conformando um vasto território que Gohn chama de “Novo Morumbi” (GOHN, 2010. p. 269).

As “contradições” deste “bairro-região” parecem ser a fonte de onde derivam as distinções feitas pelos participantes do CONSEG, sendo de compreensão pouco mais complexa. Segundo Teresa Pires do Rio Caldeira, elas surgem por conta de um processo recente de urbanização e adensamento populacional que ganhou folego a partir da década 1980 e se sobrepôs, em determinadas regiões, à dinâmica dos círculos concêntricos que opunham o centro e a periferia da cidade. Sua característica é a aproximação de grupos sociais distintos e a adoção progressiva de estratégias privadas de segurança/segregação (CALDEIRA, 2003. p.231). Assim, enquanto a dinâmica antiga dos círculos concêntricos tem como símbolo máximo as pontes da cidade – como consagrado na música *Da Ponte Pra Cá* (RACIONAIS MC'S, 2002) – a nova dinâmica apresenta como símbolo os altos muros do

título do livro de Caldeira, *Cidade de Muros*.

Pude perceber a existência desta dinâmica por todo o “Novo Morumbi”. A partir da identificação do objeto da pesquisa, o CONSEG Morumbi, irei me deter na área de atuação do 16º Batalhão da 2ªCia. da Polícia Militar, área que coincide com a atuação do Conselho. Esta área é um pouco menor que a do “Novo Morumbi”, descrita por Gohn, porém, maior que o bairro Morumbi histórico.

Assim, farei uma breve descrição a partir de minhas observações sobre a área de atuação do CONSEG e, em seguida, tratarei de seu processo de urbanização, inserindo-o no contexto mais amplo da cidade para, então, apontar observações feitas durante o trabalho de campo sobre a dinâmica interação social presente na região. Tentarei entender como o processo de urbanização da área aproximou diversos sujeitos e como se dão as relações entre estes, neste espaço.

1.1. A conformação da área de atuação do CONSEG Morumbi

A empresa Multispectral, produtora de mapas digitais, disponibiliza na internet o *Geoportal*, portal eletrônico onde se pode ter acesso a fotos aéreas da cidade de São Paulo. Recentemente, o Geoportal disponibilizou uma ferramenta que chama de Memória Paulista, ali tem-se o acesso a imagens aéreas da cidade de São Paulo produzidas em 1958³:

3 Mais informações sobre a empresa Multispectral, empresa que se apresenta como “a primeira empresa do Brasil a produzir mapas digitais inteligentes e líder em cidades mapeadas, com mais de 2600 municípios”, podem ser obtidas em seu site na internet: <<http://www.multispectral.com.br>>. Último acesso em: 06/06/2015. O *Geoportal*, portal eletrônico onde se pode ter acesso a fotos aéreas da cidade de São Paulo, mantido pela Multispectral tem o seguinte endereço eletrônico <<http://www.geoportal.com.br/>>. Último acesso em: 06/06/2015. Já a ferramenta Memória Paulista, mantida pela mesma empresa, que disponibiliza fotos aéreas de São Paulo produzidas no ano de 1958 pode ser acessada em <<http://www.geoportal.com.br/memoriapaulista/>>. Último acesso em: 06/06/2015.

Figura 1: Mapa da área de atuação do CONSEG Morumbi, ano de 1958

Elaboração própria com base no site <<http://www.geoportal.com.br/memoriapaulista/>>, mantido pela Multispectral, empresa especializada em mapas digitais. Último acesso em 04/02/2015.

Quando comparada esta imagem aérea de São Paulo, produzida em 1958, com a imagem aérea produzida, em 2008, por outra ferramenta, o *Google Earth*, pode-se observar o intenso adensamento populacional e a acelerada urbanização da área onde hoje atua o CONSEG Morumbi:

Figura 2: Mapa da área de atuação do CONSEG Morumbi, ano de 2008

Elaboração própria com base no Google Earth.

Infelizmente, a área de atuação dos CONSEGs não coincidem com as subdivisões administrativas do município de São Paulo, isto torna difícil acompanhar de maneira mais específica o processo de ocupação da região. No entanto, ao observar a evolução demográfica do que hoje se compreende como Subprefeitura do Butantã e seus subdistritos, pode-se perceber o grande aumento da densidade demográfica em toda a região entre os anos de 1950 e 1991. Neste período, a população de toda a subprefeitura aumentou mais de quinze vezes, saltando de 24.372 para 366.737. Considero que a tendência da evolução demográfica ainda é de alta, mas a desaceleração nas duas últimas décadas é clara:

Gráfico 1: Evolução demográfica da Subprefeitura do Butantã e seus distritos

Elaboração própria. Fonte: População Recenseada do Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Disponível em: <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/7_populacao_recenseada_1950_10491.html>. Último acesso em 10/02/2015.

Em uma observação visual, da área de atuação do CONSEG Morumbi, avistam-se diferentes paisagens. De forma bem aparente estão áreas de urbanização mais antiga, com grande parcelamento do solo, onde claramente se percebe projetos habitacionais voltados à classe média. Essas áreas coincidem com as primeiras áreas ocupadas, visíveis na 1. A Vila Sônia, área que começou a ser ocupada em 1950 por uma população de classe média, apresenta uma característica residencial (PONCIANO, 2001. pp. 239-241). Apenas nas imediações da avenida Professor Francisco Morato, imóveis originalmente residenciais vão sendo adaptados ou reconstruídos em função da expansão do comércio e do atual projeto de expansão da linha 4 do metro de São Paulo. A Vila Morse, área contígua à Vila Sônia, é também uma área quase que estritamente residencial, com exceção para as ruas Manoel Jacinto e Doutor Sílvio Dante Bertacchi que, progressivamente, estão se tornando comerciais a partir da adaptação de construções originalmente residenciais. O padrão das habitações

predominantes na Vila Morse é médio e alto, com destaque para alguns condomínios verticais de alto padrão como o Quintas do Morumbi – com apartamentos a venda que ultrapassam o valor de um milhão de reais. A principal rua comercial, Doutor Sílvio Dante Bertacchi, por onde passam os poucos ônibus da região, liga as habitações de padrão médio e os condomínios de alto padrão a um bairro popular ocupado por moradores de baixa renda: o Jardim Colombo.

Figura 3: Imóveis residenciais adaptados para fins comerciais na Vila Sônia

Foto: André C. Lima, junho de 2015.

Do outro lado da avenida Professor Francisco Morato, em uma região de baixada, próximo ao – hoje canalizado – Rio Pirajussara, estão bairros originalmente populares dada a sua condição de vulnerabilidade às enchentes que ocorriam antes da canalização do rio. Estes bairros são o Ferreira e Jardim Trussardi. Originalmente residencial, o Ferreira abriga uma das poucas indústrias da região a Plásticos Mueller S/A Indústria e Comércio. O Jardim Trussardi abriga, desde o início da década de 1950, a instituição assistencial e educacional Instituto Ana Rosa. Neste bairro também se encontra o Shopping Butantã. O Jardim Trussardi encontra-se hoje bastante descaracterizado em função do avanço do comércio nas imediações da Avenida Professor Francisco Morato e das obras da linha 4 do metrô mas, observando-se a arquitetura

das construções mais antigas, ainda percebe-se seu caráter originalmente residencial e popular.

Figura 4: Residências antigas no bairro Jardim Trussardi

Foto: André C. Lima, junho de 2015.

Adiante, em região mais alta, de um lado e outro da avenida Professor Francisco Morato, estão os nobres Caxingui e Vila Progredior. A ocupação, inicialmente dominada pelos extratos sociais médios, em função da localização mais distante e elevada em relação ao rio Pirajussara e da proximidade com bairros nobres que surgiriam na região, passou por um processo que progressivamente enobreceu estes bairros, dotando-os de um pequeno, porém, sofisticado comércio, casas maiores e condomínios verticais luxuosos. Hoje ainda pode-se identificar pequenos sobrados de caráter até popular, frutos de uma ocupação referente à década de 1960, em meio a residências e condomínios sofisticados, no entanto a tendência é que estejam ocupados por estabelecimentos comerciais oferecendo serviços diversos.

Entre as regiões de habitação mais antiga, na fronteira norte, à beira da Rodovia Raposo Tavares, em uma área elevada, está o Jardim Previdência que recebe este nome por, em 1950, ter sido comprado de particulares pelo Instituto de Previdência do Estado de São Paulo. O Instituto loteou o terreno e construiu residências que foram financiadas aos funcionários públicos estaduais (Ibidem. p. 174). A região ainda mantém o perfil residencial, com ruas arborizadas. Nas proximidades, em uma área de mata nativa onde funcionava uma

estação de água foi criado o Parque da Previdência, em 1976.

Do outro lado do parque, fruto de um loteamento privado, está o Jardim Rolinópolis que, implantado em 1952, tinha como atrativo aos novos moradores um Drive In, Bar e Restaurante chamado *Bon Voyage* (5), projetado por Oscar Niemeyer (Ibidem. p. 155). O local, onde hoje funciona uma escola privada (6), servia também de parada aos viajantes que passavam pela ainda erva Rodovia Raposo Tavares. A propositada distinção em relação aos bairros mais populares é clara, o Jardim Rolinópolis ainda abriga residências de alto padrão, com fachadas luxuosas e ruas bastante arborizadas. No centro do bairro, em uma área livre remanescente do loteamento feito em 1952, foi fundado o Parque Luís Carlos Prestes, em 1990.

Figura 5: A Fachada do Drive In Bon Voyage no Disco de Aloysio e Seus Teclados

(ALOYSIO E SEUS TECLADOS, 1960.)

Figura 6: Colégio Pollux

Foto: Martin Jayo. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/media/images/magazines/grid_9/2fed6bcb1206_galeriajayo02_niemeyer.jpg> Último acesso em 11/02/2015.

Ainda entre as áreas de ocupação mais antiga estão o Jardim Jussara e o Jardim das Vertentes. O primeiro historicamente castigado por enchentes, localiza-se na área mais baixa do córrego Pirajussara, o segundo possui terreno acidentado e, como evidencia o nome, alguns afluentes do rio Pirajussara recentemente canalizados. Ambos têm progressivamente sido adaptados e ocupados por grandes empreendimentos verticais. Nestes bairros várias construções mais antigas dão lugar a construções que procuram um melhor aproveitamento dos terrenos, desde pequenos sobrados geminados aos altos edifícios. No Jardim das Vertentes há uma grande concentração de casas irregulares fruto da dinâmica de autoconstrução⁴.

4 Consultar <<http://www.habisp.inf.br/>>. Último acesso em 17/03/2015.

Figura 7: Área densamente verticalizada do bairro Jardim das Vertentes

Foto: André C. Lima, junho de 2015.

Apesar de recentemente, principalmente após a chegada do metrô, a região sofrer um processo intenso de verticalização – com empreendimentos imobiliários de grande porte e alto padrão aparecendo em todos os espaços possíveis – há também áreas mais antigas, densamente verticalizadas com condomínios de alto padrão, como a região do Real Parque. Originalmente uma área de ocupação popular, dado a localização desfavorável em relação ao centro de São Paulo (Ibidem. pp. 170-171). Ocupado a partir do fim da década de 1930, a área ainda preserva, de seu passado popular, as ruas estreitas e tortuosas, no entanto, a verticalização do bairro se intensificou a partir da década de 1950 com a progressiva consolidação do quadrante sudoeste como região nobre da cidade (SAVASSA, 2014).

As áreas descritas até agora são entendidas por mim como áreas de ocupação mais antiga pois, em meados da década de 1950 já estavam densamente povoadas como observa-se na 1. No entanto, o processo de loteamento e urbanização de toda a região – que será analisado adiante – parece estar dentro de uma mesma conjuntura. Comprada por empresas de urbanização ou loteadas por particulares, entre os anos 1930 e 1950, toda a região passa a se urbanizar intensamente a partir da década de 1950. Em 1941, a ocupação da região do bairro Cidade Jardim – loteada em 1927 por uma empresa homônima – foi impulsionada pela mudança do Jockey Club para a região. Em 1942, o Jardim Guedala foi loteado pela City of Sao Paulo Improvements and Freehold Land Company Ltd. (Cia. City). A mesma Cia. City

foi responsável pela urbanização do Caxingui (1951), Jardim Jussara e a Vila Inah, urbanizados após 1958⁵. Em 1950, a Vila Sônia passa a ser ocupada e o Jardim Previdência loteado e financiado aos servidores públicos pelo IPESP. Já o Jardim Rolinópolis foi loteado e começou a ser vendido por seu antigo dono em 1952 (PONCIANO, 2001).

Embora dentro da mesma conjuntura de loteamento e urbanização, na região onde atua o CONSEG Morumbi, há áreas cuja urbanização regular se intensificou em fins da década de 1950, portanto, mais recentemente do que as zonas descritas até agora. Estas áreas, urbanizadas mais recentemente, possuem um caráter de mais alto padrão. Figura entre estas um complexo de bairros urbanizados a partir do conceito de *cidade jardim*, são eles: o Jardim Guedala, Cidade Jardim, Jardim Everest, Jardim Leonor e Jardim Panorama. Estes bairros circundam a área do Morumbi original ou histórico e têm sua origem no loteamento progressivo da chamada Fazenda Morumby. Com um padrão urbanístico inspirado no conceito de *cidade jardim*, suas ruas são sinuosas – respeitando o relevo do terreno – amplas e arborizadas⁶. Estas zonas possuem um baixo percentual de parcelamento do solo. Os grandes terrenos, em uma das áreas mais valorizadas da cidade, são quase que exclusivamente destinados às mansões⁷. A circulação de pedestres é dificultada pelo traçado sinuoso das ruas e as maneiras com que são mantidas as calçadas. Embora, inicialmente estas áreas fossem destinadas quase que exclusivamente a residências, hoje há, dispersos pelos bairros, inúmeros estabelecimentos comerciais, principalmente, de prestação de serviços.

5 Consultar <<http://ciacity.com.br/projetos/outros-bairros-cia-city/>>. Último acesso em 13/03/2015.

6 O conceito *Cidade Jardim* está relacionado com um modelo urbanístico do início do século XX, marco da arquitetura moderna. Com origem na Inglaterra, este modelo se coloca como contraposição à urbanização desenfreada – o novo conceito buscava criar um ambiente em que o campo e a cidade se unissem, formando um todo harmônico e preconizava a separação espacial das funções da cidade. No Brasil, este conceito ganhou notoriedade com dois arquitetos ingleses Raymond Unwin e Barry Parker. A *City of Sao Paulo Improvements and Freehold Land Company* Ltda. trouxe, ao Brasil, Barry Parker para desenvolver o primeiro *bairro-jardim* do país, o Jardim América, em São Paulo. Depois a companhia desenvolveu outros bairros como o Jardim Guedala, Jardim Jussara e a Vila Inah e outras empreiteiras passaram a dialogar com o conceito de *Cidade Jardim* que tem como características principais: vias com traçado sinuoso – pois respeita o relevo natural – e a preservação de um ambiente bucólico. Consultar <<http://ciacity.com.br/>>. Último acesso em 13/03/2015

7 A região do Morumbi e do Cidade Jardim figuram na zona de valor A e o Jardim Guedala na zona de valor B, conforme pesquisa do Conselho Regional de Corretores de Imóveis de São Paulo de janeiro de 2015. Consultar: <http://www.crecisp.gov.br/arquivos/pesquisas/capital/2015/pesquisa_capital_janeiro_2015.pdf>. Último acesso em 17/03/2015.

Figura 8: Mansão no bairro Jardim Everest

Foto: André C. Lima, junho de 2015.

A Vila Inah, assim como o Jardim Guedala, foi urbanizada pela Cia. City. No entanto, seu desenho não corresponde ao traçado sinuoso tradicional do conceito *cidade jardim*, suas ruas são retilíneas, assim como a divisão de seus terrenos. Essas características conferem à Vila Inah um ar mais familiar, para não dizer, popular. No entanto, a área é bastante nobre e abriga residências grandes e algumas mansões. Preservando a característica do urbanismo moderno de separação das funções, o bairro é quase que totalmente residencial. Apenas os extremos da Vila Inah são delimitados pela rua Manoel Jacinto que, progressivamente, vem adquirindo um caráter comercial popular e a Avenida Professor Francisco Morato, principal avenida da região, que também vem ampliando espaços destinados ao comércio.

No limite noroeste, da área de atuação do CONSEG Morumbi, estão bairros também ocupados recentemente, o Jardim Olímpia, já bastante verticalizado com condomínios de alto padrão com saída para a Rodovia Raposo Tavares e a Vila Albano, bairro popular de residências térreas. Entre um bairro e o outro está o Shopping Raposo Tavares.

Pelas diversas regiões da área de atuação do Conselho – exceto talvez na área formada pelo Jardim Everest, o Jardim Guedala, Vila Progredior, Vila Inah, Caxingui e Parque Previdência – existem áreas de ocupação irregular de pequeno e médio porte. Essas ocupações são recentes em relação às ocupações regulares descritas até agora. Com exceção do Jardim Colombo, ocupado irregularmente desde a década de 1940, todas as outras começam a ser

ocupadas a partir da década de 1950:

Tabela 1: Principais ocupações irregulares da área de atuação do CONSEG Morumbi

Ocupação Irregular	Data estimada do início da ocupação	Número de domicílios estimados
Jardim Colombo	1942	3244
Vale da Esperança	1952	807
Real Parque	1956	1325
Jardim Panorama	1957	576
Jaqueline	1962	3392
Vertentes	1965	444
Monte Kemel	1966	60
Balbino Miranda	1974	45
Dias Vieira	1976	102
Jockeizinho	1979	57
Francisco Preto	1981	20

Elaboração própria. Fonte: <<http://www.habisp.inf.br/>>. Último acesso em 17/03/2015.

Das onze ocupações irregulares listadas, apenas a do Jardim das Vertentes não é descrita, pelas fontes da prefeitura do município de São Paulo, como favela. Segundo a *Listagem de Favelas do Município de São Paulo* (2012), os distritos Vila Sônia e Morumbi – que coincidem parcialmente com a área de atuação do CONSEG Morumbi – possuem juntos 16 favelas⁸. As duas maiores ocupações irregulares na área de atuação do CONSEG Morumbi são a do Jaqueline e a do Jardim Colombo, com estimados 3.392 e 3.244 domicílios, respectivamente. Apesar de estar fora da área formal de atuação do CONSEG Morumbi, merece destaque por seu tamanho e influência sobre a região o Paraisópolis, área extensa ocupada irregularmente a partir de 1960 e com um número estimado de domicílios de 17.159⁹.

Por todas essas ocupações irregulares destaca-se a autoconstrução, elaborada de modo a aproveitar ao máximo o espaço. Pequenos comércios improvisados apresentam-se como

-
- 8 Aqui infelizmente tive que fazer aproximações mais ou menos arbitrárias, uma vez que não há estatísticas que digam respeito especificamente à área de atuação do CONSEG Morumbi. Deixei de lado o distrito Raposo Tavares que é parcialmente abrangido pelo CONSEG em questão e possui, segundo a listagem, 20 favelas. “Favela” é o termo utilizado nos documentos oficiais da Prefeitura do Município de São Paulo para designar as diversas formas de assentamentos informais (SMDU/Dipro, 2012). Disponível em: <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_distribuicao_das_favelas_2012_516.html>. Último acesso em: 28/11/2013.
- 9 A respeito dos dados estatísticos das áreas de ocupação irregular, consultar: <<http://www.habisp.inf.br/>>. Último acesso em 17/03/2015.

fonte alternativa de renda para a população de perfil mais vulnerável, como bares e mercearias. As ruas sinuosas e estreitas inviabilizam o deslocamento ágil de automóveis, exceto as motocicletas que ocupam por vezes o espaço das estreitas calçadas. Descritos os três padrões de ocupação predominantes na área onde atua o CONSEG Morumbi – as áreas residenciais de padrão médio, mais antigas e em transformação por conta do avanço das atividades comerciais e da verticalização, as áreas residenciais de padrão alto, ocupadas mais recentemente e as áreas de ocupação irregular – passo à contextualização do processo de ocupação da região que gerou a configuração atual.

1.2. A área de atuação do CONSEG Morumbi e a dinâmica urbana do município de São Paulo

Neste momento, me proponho a relacionar a ocupação da área de atuação do CONSEG Morumbi com a dinâmica mais ampla de urbanização da cidade de São Paulo e do Brasil. Com isso gostaria de poder compreender de maneira mais profunda a constituição deste espaço, entendendo, com Caldeira, que “as regras que o organizam revelam princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade” (CALDEIRA, 2003. p.211).

A cidade de São Paulo possuía, desde fins do século XIX, um núcleo urbano que concentrava o comércio e os negócios da aristocracia rural. Neste espaço de poucas ruas, concentravam-se indivíduos de diversos estratos sociais, diferenciados pelo padrão de moradia, sendo que as elites habitavam imóveis próprios e as classes trabalhadoras eram obrigadas a viver em espaços alugados, muitas vezes ocupados por mais de uma família, como os cortiços, ou então a se distanciar do centro em direção às baixadas alagadiças que acompanhavam as estações ferroviárias (Ibidem. pp. 214-215). Já no início do século XX, uma industrialização inicial trazia para São Paulo um grande contingente de trabalhadores migrantes, em sua maioria europeus. Do ponto de vista funcional, o espaço da cidade ainda não era dividido. Fábricas, residências, comércios e serviços coexistiam.

As transformações negativas trazidas por esse adensamento populacional fomentado pelo início da industrialização – a ocupação desordenada e as supostas consequências sanitárias desta – eram frequentemente invocadas pelas elites e dirigentes políticos como pretextos para intervenções nas áreas ocupadas pelas classes populares com vistas a disciplinar, quando não distanciar, essas populações e isto não ocorreu apenas em São Paulo –

Sidney Chalhoub apresenta estas questões como norteadoras do projeto de modernização do Rio de Janeiro (CHALHOUB, 1996). Ao mesmo tempo em que se faziam as intervenções sanitárias nas áreas e edifícios ocupados pelas classes populares, as elites passavam a nutrir determinada rejeição ao ambiente central e se deslocar já em direção ao oeste da cidade, para os bairros com nomes sugestivos como Higienópolis e Campos Elíseos (SAVASSA, 2014. p. 27).

A urbanização, no Brasil como um todo, ganha força a partir dos anos 1930 com a progressiva intervenção do Estado na economia através, por exemplo, da implantação de empresas estatais – principalmente na chamada indústria de base.

Em São Paulo, as intervenções do poder público na dinâmica de ocupação da cidade passam a ser mais sistemáticas. A partir deste momento começa haver, do ponto de vista da função, uma progressiva divisão da ocupação da cidade. A regulamentação da ocupação do solo passa a ser direcionada à região central onde sobretudo a fiscalização era mais efetiva. Isto passa a inviabilizar a permanência das classes populares nesta área. Assim, as regiões suburbanas onde as regulamentações e a fiscalização eram mais brandas passam a ser ocupadas por essas camadas sociais. Tem início aqui o processo de “periferização” da cidade (CALDEIRA, 2003. pp.216).

Ao mesmo tempo, as forças da iniciativa privada, incidentes sobre a forma de ocupação da cidade se destacam, seja pressionando o poder público, seja atuando através da especulação imobiliária.

Segundo Caldeira, a federação das indústrias, a partir de um estudo sobre o comportamento de consumo das classes trabalhadoras, passou a atuar como interessada de que os trabalhadores adquirissem casas próprias para que seus recursos, utilizados na moradia, fossem liberados para o consumo. Essa defesa ia ao encontro de reivindicações históricas da classe trabalhadora em São Paulo, para a qual o aluguel era entendido como elemento de controle social¹⁰. Em consonância, o governo federal a partir da revolução de 1930, realizada em parte sob apoio dos movimentos trabalhistas, passa a defender a criação de oportunidades para as classes trabalhadoras urbanas comprarem a casa própria (Ibidem. pp. 215-217).

Neste contexto as políticas de financiamento da casa própria, levadas a cabo pelos governos federais e estaduais a partir dos Institutos de Previdência e da Fundação da Casa Popular, criados em 1937 e 1946 respectivamente, privilegiam as camadas médias como os

10 Sobre as mobilizações da classe trabalhadora em volta da questão do aluguel, Caldeira destaca que “desde a década de 10, os sindicatos anarquistas propuseram a formação das 'ligas de inquilinos' para boicotar o pagamento de aluguéis. Apesar dessa mobilização, e a despeito da sua contribuição para a mudança do regime político, a 'questão da moradia' acabou sendo travada individualmente por cada trabalhador, e não coletivamente.” (CALDEIRA, 2003. p. 217)

servidores públicos. Daí tomam impulso as primeiras ocupações na área onde hoje atua o CONSEG Morumbi. Tanto a Vila Sônia como no Jardim Previdência, são frutos de empreendimentos imobiliários voltados à classe média que podia usufruir desta política de financiamento habitacional.

Outra força impactante na dinâmica de ocupação da cidade de São Paulo foi a indústria automobilística que entrou no estado em 1919. A quantidade de carros de passeio saltou mais de 780% entre os anos de 1920 e 1939 e agiu como impulsionadora do plano de avenidas da administração Prestes Maia – assim como foi claramente impulsionada por ele¹¹. O referido plano de avenidas difundiu o ônibus como meio de transporte das classes trabalhadoras em detrimento do bonde, cuja malha se expandia muito lentamente (Ibidem. p. 216). O ônibus possibilitou a extensão da ocupação popular para além das adjacências da região central e das estações ferroviárias, viabilizando, ainda que precariamente, o deslocamento por longas distâncias. A respeito desta expansão dos serviços de ônibus, constata Caldeira:

O principal agente da expansão dos serviços de ônibus não foi o governo, mas empresários particulares, a maioria dos quais também eram especuladores imobiliários. Como consequência, o sistema era irregular e aleatório, projetado para servir sobretudo aos interesses imobiliários. (Ibidem. pp.219-220)

A atuação da especulação imobiliária já era uma realidade na São Paulo dos anos 1930, intensificando-se a partir do plano de avenidas de Prestes Maia e da difusão dos automóveis e ônibus. Essa combinação permitiu a expansão do centro e a diminuição de sua densidade populacional (SAVASSA, 2014. p. 29). Ao mesmo tempo, permitiu que especuladores imobiliários comercializassem terrenos distantes do centro para as classes trabalhadoras que, a partir da autoconstrução, poderiam enfim possuir a casa própria. Consolida-se o novo padrão de ocupação da cidade chamado centro-periferia que, segundo Caldeira, tem as seguintes características:

1) é disperso em vez de concentrado [...]; 2) as classes sociais vivem longe umas das outras no espaço da cidade: as classes médias e alta nos bairros centrais, legalizados e bem-equipados; os pobres na periferia, precária e quase sempre ilegal; 3) a aquisição da casa própria torna-se regra para a maioria dos moradores da cidade, ricos e pobres; 4) o sistema de transporte baseia-se no uso

11 Consultar: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/historia_republica-industria-automobilistica>. Último acesso em: 26/03/2015.

de ônibus para as classes trabalhadoras e automóveis para as classes média e alta.
(CALDEIRA, 2003. p. 218)

Pode-se observar que, embora o modelo do padrão de ocupação centro-periferia sirva para uma compreensão geral da distribuição funcional da cidade, ele não corresponde às características gerais de ocupação da área onde hoje atua o CONSEG Morumbi. Comprados por empresas de urbanização como a Cia. City ou loteados por particulares, entre os anos 1930 e 1950, o que predomina na ocupação dos terrenos nesta área são os empreendimentos imobiliários e urbanísticos médios e altos e não a autoconstrução, presente apenas residualmente na região. O fato dos terrenos terem sido comprados entre 1930 e 1950 por empresas de urbanização indica a estreita relação entre os interesses privados e a atuação do poder público na dinâmica de ocupação da cidade. Basta dizer que o Jardim Leonor – bairro onde estão localizados a Rede Bandeirantes; o Hospital Albert Einstein; o Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo do Estado de São Paulo; e o Estádio Cícero Pompeu de Toledo (junto à sede social e complexo esportivo, pertencentes ao São Paulo Futebol Clube) – foi terraplanado e loteado no início da década de 1950, pela Imobiliária Aricanduva de propriedade do então governador, Adhemar de Barros, que homenageou sua esposa dando seu nome ao bairro.

A ocupação *suis generis* da região sudoeste diz respeito ao fato de que, embora comprados e loteados a partir da década de 1930, a ocupação dos terrenos passa a se intensificar apenas depois da década de 1950. Relaciona-se, assim, com o progressivo deslocamento que as elites paulistanas vão fazendo em sua direção devido à maneira peculiar como a especulação imobiliária atuou na cidade e na região.

Nos anos 1950, os incentivos à indústria automobilística, naval e mecânica, consolidam o processo de industrialização e urbanização brasileiro. Na cidade de São Paulo, começam as operações urbanas que vão transformá-la em uma cidade multipolar, principalmente com a progressiva destinação da Avenida Paulista – inaugurada em 1891 para abrigar as residências da aristocracia cafeeira – e da região dos corredores/avenidas Nove de Julho, Brigadeiro Luís Antônio, Brigadeiro Faria Lima e Brasil às atividades comerciais e culturais e ao abrigo de escritórios e bancos (SAVASSA, 2014. pp. 38-39).

O surgimento das políticas de financiamento, a partir dos anos 1960, através do Banco Nacional da Habitação e do Sistema Financeiro de Habitação, beneficiando os empreendimentos verticais voltados para as classes médias, intensificaram o deslocamento destas na direção sudoeste, onde os coeficientes de aproveitamento do solo eram mais

favoráveis a estes empreendimentos (CALDEIRA, 2003. p. 226).

De 1957 em diante, [...] leis municipais destinadas a controlar a expansão da cidade afetaram em particular a construção de edifícios. As leis tiveram dois efeitos principais: de um lado, fecharam o mercado imobiliário de prédios e apartamentos para a população de baixa renda; por outro, direcionaram os novos edifícios para fora do centro. Ambos os efeitos acompanharam o remodelamento da região central que expulsou os pobres para as novas periferias. Essas tendências têm persistido dos anos 50 até o presente. (Ibidem. p. 225)

Como constata Savassa, o deslocamento das moradias das classes de maior renda desloca também a centralidade financeira da cidade. De acordo com a tese de Villaça de que as classes de maior renda atraem o centro “para próximo delas, de maneira que, mesmo quando se afastam esse afastamento é em parte compensado pelo deslocamento do centro na direção delas” (VILLAÇA *apud* SAVASSA, 2014. p.4). A partir dos anos 1970 este processo se intensifica com

a transformação da região sul do rio Pinheiros [...] com o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários ao longo da Avenida Berrini pela Bratke-Collet, que comprou trinta grandes lotes e construiu em um período de dez anos, edifícios de escritórios, modificando o bairro que era até então de caráter residencial, composto por classes média e média baixa. (Ibidem. p.71)

É no início desta década que a área da subprefeitura do Butantã alcança a maior taxa de crescimento populacional (Gráfico 1). Identifico então que, embora os terrenos tenham sido comprados por empresas de urbanização e investidores individuais anteriormente à década de 1950, boa parte dos terrenos foram mantidos desocupados até a década de 1970 – período pelo qual puderam acompanhar o deslocamento das elites na direção sudoeste e se servir da especulação para lucrar com a venda de terrenos ainda próximos à nova centralidade.

Não é por acaso que, ao observar a imagem aérea referente ao ano de 1958 (1), percebe-se uma baixa ocupação nas regiões que descrevi na primeira parte deste capítulo como as mais nobres da área. Se a região da Vila Sônia, Vila Morse e Jardim Previdência já se encontram, em fins da década de 1950, densamente ocupadas pelas camadas médias – boa parte delas através dos benefícios de financiamento. Como explicar o espaço vazio entre o Jardim Guedala, Cidade Jardim, Jardim Everest, Jardim Leonor e Jardim Panorama? Qual o sentido disto se não se servir da especulação imobiliária? Foi através deste movimento das forças envolvidas na dinâmica de ocupação da cidade – seja o poder público, seja a iniciativa

privada – que os valores dos terrenos nesta região se tornaram os mais altos da cidade e ela, assim, se consolidou como uma das mais nobres.

Agora, não se compreendem, entre as forças de organização do espaço urbano, apenas aquelas favorecidas por seu poder econômico, há que se considerar as estratégias dos grupos desfavorecidos a jogarem neste tabuleiro. Como quer Harvey, a configuração da cidade é “tanto produto como condição dos processos sociais de transformação em andamento”, portanto, embora todas as forças sociais busquem imprimir ao espaço seu projeto, nenhuma delas atua de maneira isolada e, assim, podem apenas vislumbrar a resultante de suas disputas (HARVEY, 2006. p.165).

Desta forma, a partir dos anos 1970, através da pressão dos movimentos populares em rearticulação, as diversas periferias da cidade, que cresceram nas décadas anteriores através da estratégia da autoconstrução, foram progressivamente alcançando melhorias do ponto de vista da urbanização e dos equipamentos sociais como creches, escolas, postos de saúde, etc. Esse movimento gerou uma valorização das periferias, tornando inviável, para as classes mais pobres, o projeto da casa própria a partir da dinâmica da autoconstrução. A inviabilidade deste projeto intensificou-se com a crise econômica de fins da década de 1970 e década de 1980. Há ainda uma diminuição das atividades industriais e o aumento da importância das atividades terciárias na economia, permanecendo apenas a construção civil como atividade do setor secundário relevante (CALDEIRA, 2003. pp. 231-232). As novas áreas de escritórios e comércio, com destaque para o quadrante sudoeste, que passam a atrair ainda mais residentes ricos e empreendimentos imobiliários, geram como consequência uma enorme oferta de empregos na construção civil, atividades informais e subempregos, cobiçados pelos grupos sociais mais pobres acossados pela crise e pela valorização das periferias.

A partir de fins da década de 1970, o que se observa é um deslocamento das populações pobres para áreas de regiões nobres onde não é possível a construção de habitações legalizadas. Não encontrando mais a periferia desvalorizada e a estabilidade econômica dos anos 1970, atraídos pelo crescimento setor de serviços, estes têm como alternativa para a habitação a ocupação ilegal de áreas privadas, públicas ou protegidas (SAVASSA, 2014. pp. 57-59). Adensam-se, assim, as favelas na região do Morumbi, desde, as menores como a comunidade Dias Vieira (Labirinto), Vale da Esperança, Real Parque, Jardim Panorama, Jardim das Vertentes, Monte Kemel, Balbino Miranda, Jockeizinho e Francisco Preto, até as maiores, como a do Jardim Jaqueline, Jardim Colombo e Paraisópolis que, apesar de estar fora da área formal de atuação do CONSEG Morumbi, merece destaque por seu tamanho e influência sobre a região.

Embora, no presente, diversas intervenções público-privadas estejam em andamento, no sentido de regulamentar, quando não extinguir, essas ocupações para permitir o avanço do capital imobiliário, ainda não me parece tangível uma alteração significativa da configuração espacial da área onde atua o CONSEG Morumbi. Nas representações dos sujeitos que atuam no referido CONSEG, também parece estar mantida a tripartição deste espaço. Os bairros de ocupação mais antiga – frutos de intervenções do poder público no sentido de favorecer a aquisição da casa própria pelos estratos sociais médios –, os bairros de ocupação mais recente – frutos de uma conjunção de fatores da especulação imobiliária que, em consonância com o deslocamento das elites para oeste da cidade, transformou-os em bairros extremamente nobres – e as áreas de ocupação irregulares – formadas pelas camadas mais pobres atraídas pela expansão da construção civil e do mercado de serviços na região. Nas distinções feitas pelos participantes das reuniões do CONSEG Morumbi, os primeiros e os últimos jamais podem ser confundidos com o Morumbi por eles idealizado, em que pese a sua proximidade ou não.

Compreendido o processo pelo qual a área de atuação do CONSEG Morumbi chegou à sua configuração atual, passo às observações sobre como os grupos sociais se inter-relacionam neste espaço, buscando compreender os princípios sobre os quais se estruturam a vida pública em seu seio.

1.3. Relações sociais na área de atuação do CONSEG Morumbi

Aceitando a ideia de que boa parte da população, que hoje habita a área de atuação do CONSEG Morumbi, foi atraída por processos políticos, sociais e econômicos que muitas vezes fogem à sua percepção e poder, sinto a necessidade de considerar que, uma vez alocados nesta área, em interação dialética entre si e com o espaço, realizam transformações mútuas. Desta forma, procuro então apontar algumas observações a respeito destas interações, que partem da configuração espacial descrita anteriormente e vão progressivamente ressignificando-a, na medida em que organizam a vida pública e a convivência dos grupos sociais distintos.

Para refletir sobre a interação entre os sujeitos é preciso identificar os espaços onde ela ocorre. Os espaços públicos na região encontram-se, de maneira geral, esvaziados e não é minha pretensão aqui discutir os motivos. Gostaria apenas de sugerir que, de alguma maneira, este esvaziamento está relacionado a questões que, nas representações dos participantes do CONSEG Morumbi, estão ligadas ao tema da segurança. Se os problemas de segurança

determinaram o esvaziamento dos espaços públicos ou, vice-versa, o esvaziamento destes espaços determinaram o aumento nos problemas com a segurança, é difícil precisar. Mas, o que visivelmente ocorre no presente é uma retroalimentação, espécie de círculo vicioso que, de maneira progressiva, agrava a deterioração dos espaços públicos e a sensação de insegurança.

Assim, as ruas estritamente residenciais, em especial nas áreas nobres e médias, encontram-se dominadas pelo transporte individual, os poucos pedestres transitam inseguros e pouco afeitos a interações maiores, dificultando inclusive minha aproximação como pesquisador. À noite, quando a maioria dos trabalhadores já voltaram para suas casas, a circulação passa a ser quase que exclusiva dos seguranças privados e viaturas policiais.

Nas áreas mais nobres, como aquelas urbanizadas dentro do conceito de *cidade jardim*, durante o dia, a forma das calçadas e as ruas sinuosas desfavorecem o movimento de pedestres e, assim, as ruas desertas fortalecem o clima de insegurança. Durante a noite, a iluminação focada nas vias rodoviárias é obstruída pela presença das árvores. O ambiente escuro e a circulação de carros de luxo atraem uma população que parece não estar ali durante o dia. São mulheres, homens, travestis e transexuais que aproveitam o ambiente – propício à manifestação de desejos que a sociedade, ainda hoje, marginaliza – para trabalhar na prostituição. Sua presença é, como analisarei no terceiro capítulo, frequentemente associada a problemas de segurança pelos moradores destes bairros.

Nas áreas de favela, talvez empurradas pelo tamanho diminuto dos espaços privados, as pessoas tendem a permanecer mais nas ruas desenvolvendo diversas atividades. Nestas áreas há presença de crianças se divertindo com brincadeiras de rua; adolescentes e jovens reunidos entorno de automóveis que reproduzem músicas, em especial, de estilo funk; adultos ocupam bares e igrejas, muitas vezes justapostos e em interação. Aos finais de semana a ocupação das ruas, nestas áreas, se intensifica e é mais duradoura por conta dos bailes funk, em São Paulo popularmente chamados “pancadões”. Neste sentido, merecem destaque na área estudada o “baile da 17” no Paraisópolis e o “Princesinha” no Jardim Jaqueline. Para essas populações, também fazem as vezes de espaços de integração os acampamentos e ocupações, fomentados por movimentos de moradia que, frequentemente, irrompem o cotidiano da região. Ao longo do desenvolvimento da presente pesquisa, diversas ocupações surgiram como a Faixa de Gaza – nome sugestivo dado a uma ocupação, feita em 2013, na fronteira entre Paraisópolis e Morumbi – e a ocupação Chico Mendes – realizada, em 2012 e retomada em 2014, na fronteira entre o Jardim Colombo e o condomínio Paulistano, localizado no Jardim Monte Kemel – são alguns exemplos.

No entanto, a interação nestes espaços não são o foco aqui, pois entendo que dizem respeito à vida cotidiana exclusiva das camadas populares na região e não trazem pistas sobre a interação destas com as camadas médias e altas – exceto, talvez, quando se observa as atividades do tráfico ou intervenções policiais que, muitas vezes, partem de demandas da população externa a estas comunidades.

Dado o esvaziamento das ruas nas áreas residenciais de médio e alto padrão e a pouca interação entre os grupos sociais, observadas nas ruas das áreas residenciais mais pobres, cabe aqui uma observação mais acurada de outros espaços onde essa interação é mais intensa.

Entre as áreas verdes de acesso público na região, destaco a Praça Vinícius de Moraes. Localizada em bairro nobre, o Jardim Leonor, a praça, por seu caráter pouco restritivo – visto que os parques possuem horário de funcionamento e fiscalização mais acirrada sobre as atividades desenvolvidas em seu interior – está sempre movimentada por sujeitos de origens e interesses diversos. O grande número de pessoas que a procuram para prática de atividades físicas, inclusive sobre tutoria de empresas privadas do ramo, atraem comerciantes vindos dos bairros pobres que vendem água, refrigerantes e pequenos lanches. Há também grupos que a utilizam como área de lazer familiar. Além desses, há um contingente numeroso de jovens, vindos de diversos lugares da região, que utilizam a praça para a prática de esportes radicais tais como skate e patins. O número destes jovens é tão alto e sua articulação tão sólida que, recentemente, estes jovens promoveram uma intervenção física na praça, transformando uma de suas áreas em uma verdadeira pista para a prática destes esportes.

A presença destes jovens e o contraste da arquitetura de sua obra em relação ao restante da praça incomodou parte dos frequentadores e os moradores do seu entorno. A interação social mais uma vez tornou-se questão de segurança e virou pauta de reunião do CONSEG. A demanda por cercamento da praça e a transformação desta em um parque, visto como estratégia para aumentar o controle sobre os frequentadores, ganhou força a partir de então naquele ambiente.

De qualquer maneira, em minha percepção a interação entre os sujeitos se intensifica nas áreas de atividade comercial da região. Para refletir sobre estas áreas, evoco aqui a imagem da avenida Doutor Sílvio Dante Bertacchi, avenida que liga a nobre Vila Inah, a Vila Sônia – bairro de perfil médio – e o popular Jardim Colombo – onde se localiza a favela homônima, uma das maiores da região. Esta avenida vem, de maneira progressiva, se transformando em uma das principais referências comerciais da região. Estabelecimentos inicialmente residenciais estão se adaptando ou sendo reconstruídos para abrigar bares, padarias e mercados.

Elo entre bairros de perfis distintos, a avenida Doutor Sílvio Dante Bertacchi possui uma organização *suis generis*. Nela, encontram-se pequenas lojas de materiais de construção, próprias de áreas onde as pessoas estão acostumadas a construir e fazer a manutenção de suas próprias casas. Há ainda muitos bares, restaurantes e padarias populares, onde uma população predominantemente masculina se acumula nos horários de intervalo comercial como o almoço ou o fim do expediente.

No entanto, a Sílvio Dante não se restringe a isso, novos estabelecimentos comerciais sofisticados têm se instalado na avenida. A população residente nos condomínios de luxo, como o Quintas do Morumbi, é o alvo principal dos novos comércios estabelecidos na avenida como uma adega de vinhos, uma confeitaria e uma *paleteria*. Estes novos estabelecimentos comerciais se utilizam do valor ainda reduzido dos imóveis para fazer frente ao comércio de luxo que, nas imediações, só é encontrado na região da Avenida Giovanni Gronchi, uma das principais da região.

Este caráter heterogêneo, dos estabelecimentos comerciais da avenida Sílvio Dante Bertacchi, faz desta um lugar de circulação intensa de pessoas oriundas das diversas camadas sociais presentes na região. Esta avenida é, portanto, relevante do ponto de vista do que se pretende expressar aqui, a dinâmica de interação entre estes diversos sujeitos. Mais uma vez, a observação leva a destacar o papel das estratégias de segurança na mediação destas interações.

Diversos estabelecimentos da região contam com funcionários que atuam, ainda que informalmente, na vigilância e segurança. Em especial, ao entardecer, enquanto diversos estabelecimentos encerram suas atividades, as padarias, pizzarias e outros estabelecimentos que permanecem abertos passam a contar com auxílio de vigilantes de rua, quando não destacam algum funcionário para observar a área externa. Nunca presenciei nenhum incidente nos comércios que demandasse uma atuação mais efetiva destes “seguranças”, no entanto, é certo que sua simples presença causa constrangimento ou inibição a determinados sujeitos que possam se sentir pouco à vontade na sua presença e, a partir disso, possam inferir onde podem ou não entrar.

Figura 9: Empório de queijos e vinhos localizado ao lado de um bar na Avenida Sílvio Dante Bertacchi

Foto: André C. Lima, junho de 2015.

Na primeira e segunda parte deste capítulo, foi identificada a presença de grupos sociais diferentes na constituição da área de atuação do CONSEG Morumbi. Pudemos perceber os três principais movimentos de urbanização responsáveis pelo estabelecimento destes grupos na região. Agora, são reconhecidas as estratégias de segurança, adotadas por estes grupos, como mediadoras das interações entre eles. Quando relatei o observado na Avenida Sílvio Dante Bertacchi, identificada por mim como um local de circulação dos diferentes sujeitos que compõem a área, isso ficou bem claro. Partindo daí, pode-se lançar um olhar mais acurado para as relações que se desenham em outros ambientes.

As estratégias de segurança privada estão por todos os lados, câmeras e cercas elétricas ocupam lugares de destaque mesmo em residências populares. Seguranças autônomos ou ligados a empresas do ramo circulam pelas áreas médias e ricas da região. Pude tomar contato mais próximo com estes agentes da segurança privada a partir de 2014, quando me mudei para região onde desenvolvia a pesquisa. Ali, em uma padaria na Avenida Professor Francisco Morato, pude ouvir e participar de diversas conversas entre estes agentes atuantes na região. Tomei conhecimento sobre suas estratégias para manter as pessoas que não eram dali, “a bandidagem” ou os “nóias” em circulação, evitando que se fixassem na região. Outros

relatos permitiram confirmar que boa parte destes trabalhadores, como era de se esperar dada a precariedade profissional, residiam nas áreas pobres da região.

Este último aspecto é relevante na medida em que os serviços prestados por estes seguranças muitas vezes são requeridos pelos grupos mais abastados, como estratégia para manter longe as pessoas do grupo social ao qual pertence o prestador. Assim, conforma-se um paradoxo gerador de conflitos entre o contratante e os prestadores de serviços de segurança. Alguns destes conflitos são frutos do assédio aos moradores que não aderem aos serviços de segurança privada e a estratégia de manutenção da segurança por meio de “acordos” com os agentes entendidos como causadores de insegurança. A relação próxima com os “bandidos de verdade” e o trânsito social nas comunidades pobres são partes constitutivas do *modus operandi* destes agentes da segurança privada.

Nestas relações, também chamou a atenção o caráter comercial atribuído à segurança que, a partir do envolvimento dos agentes privados e, na medida em que é entendida como mediadora das relações desiguais entre os diversos grupos sociais, deixa de ser entendida como um direito e passa a ser uma mercadoria. Em diversos momentos, enquanto narravam ocorrências acontecidas na região, estes agentes da segurança privada revelavam agir até certo ponto a partir do qual não poderiam fazer mais nada, pois os envolvidos não eram seus “clientes”.

As questões relacionadas à opção pela estratégia da segurança privada são antigas e tornaram-se exemplares em, pelo menos, dois bairros da área de atuação do CONSEG Morumbi: Jardim das Vertentes e Jardim Olímpia. O caso do Jardim das Vertentes tornou-se público a partir de reportagens veiculadas, em 11 de junho de 2009, pelo SPTV e, em 10 de junho de 2009, pelo Jornal da Cultura. O noticiário tratava da mobilização de moradores do bairro por conta das ações movidas pela Sociedade de Amigos do Jardim das Vertentes (SAJAV) contra aqueles que não aderiram às estratégias de segurança privada. Na verdade, a SAJAV contratou uma administradora de condomínios para prestar serviços de segurança e manutenção na área. A Sociedade alegava que, com isso, os imóveis de todos os moradores teriam sido valorizados e, portanto, todos deveriam contribuir financeiramente com o serviço. Assim, 115 moradores não associados foram processados pela SAJAV por enriquecimento sem causa. Apesar de não ter autorização da prefeitura para a realização destes serviços, a Sociedade obteve ganhos judiciais e alguns moradores não associados tiveram seus bens penhorados.

No Jardim Olímpia há um processo parecido, no entanto, parece não haver resistência de moradores. O conflito que acompanhei neste bairro foi de outra ordem. Na entrada do

bairro, que não se configura como condomínio, ao lado do Shopping Raposo, todos são identificados por seguranças instalados em uma grande guarita. Conforme relatado por um morador do bairro, na reunião do CONSEG Morumbi em 18 de junho de 2013, um policial civil, que realizava uma investigação na região, se recusou a identificar-se para entrar no bairro alegando se tratarem de vias públicas. O policial passou a ser acompanhado pelos agentes de segurança privada que o observaram estacionar e se manter dentro do veículo. Achando a atitude suspeita os agentes solicitaram a presença da polícia militar que abordou o policial civil, este protestou e disse ter sua investigação prejudicada pela movimentação. Quando relatou o ocorrido durante a reunião do CONSEG, o intuito do morador era solicitar ao delegado que instrísse os policiais civis sob sua tutela a identificarem-se diante da cancela, pois a “natureza teria abençoado” os moradores do Jardim Olímpia “com um cantinho de paz”. O delegado acolheu a solicitação do morador sem maiores questionamentos.

Figura 10: Guarita na entrada do bairro Jardim Olímpia

Foto: André C. Lima, junho de 2015.

Estes casos exemplificam a dimensão tomada pelas estratégias de segurança, em especial, as privadas, na mediação das relações sociais, envolvendo tratamento diferenciado dos cidadãos no espaço público. O lobby pela privatização da segurança assume, neste contexto, uma grande força. Seja através do discurso da precarização e ineficiência das polícias, portanto, do Estado, ou através do discurso do privilégio do ser “abençoado pela

natureza”, diversas organizações civis encampam a luta pelo direito de fazer a própria segurança e pressionam pela não intervenção do poder público ou por uma intervenção que sirva a interesses de alguns. Neste sentido, o CONSEG Morumbi assume um papel estratégico na articulação destes interesses à política pública de segurança, estabelecida para a sua área de atuação, o que será observado nos próximos capítulos deste trabalho.

CAPÍTULO 2- Os CONSEGs e o CONSEG Morumbi: uma história

Ao longo do primeiro capítulo, circulei pelo entorno da área de atuação do CONSEG Morumbi. Agora, passo ao lado de dentro. Este capítulo, que se organiza a partir desta “entrada” no espaço do CONSEG Morumbi, tem por base a entrevista concedida pela presidente do Conselho. Procurei extrair da entrevista trechos em que a interlocutora narra a formação inicial do CONSEG, revelando os grupos sociais envolvidos, as estratégias de sua constituição e seus objetivos iniciais.

No segundo momento, a partir da documentação que regulamenta os CONSEGs e da bibliografia consultada, traço o histórico de criação destes conselhos para, em seguida, no terceiro momento, identificar as temporalidades históricas envolvidas na narrativa da entrevistada e quais são as características próprias do desenvolvimento particular do CONSEG Morumbi.

2.1. A fundação do CONSEG Morumbi

No dia 18 de setembro de 2012, me preparei para assistir pela primeira vez a uma reunião do CONSEG Morumbi, marcada para as 19:30 na Praça Roberto Gomes Pedroza, 124. As informações sobre a reunião foram facilmente encontradas no site da Coordenadoria Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança¹². A “praça” na verdade é uma rotatória, em frente ao Estádio Cícero Pompeu de Toledo (Morumbi), fruto do entroncamento de importantes e movimentadas vias da região – as avenidas Jorge João Saad, Giovanni Gronchi e Jules Rimet; e as ruas Dona Adelina Ashcar e Corgie Assad Abdalla. O trânsito é intenso e, ao redor da “praça”, não se observa edificações comuns, apenas o imponente estádio e uma pequena base comunitária da polícia militar, erguida em um grande terreno desocupado. Aos fundos da base comunitária, ainda do lado de fora, pode-se observar o brasão dos CONSEGs indicando o local onde acontecem, entre outras atividades, as reuniões do Conselho.

12 Consultar: <<http://www.conseg.sp.gov.br/>>. Último acesso em: 07/05/2015.

Figura 11: Base Comunitária onde está situada a sede do CONSEG Morumbi

Foto: André C. Lima, junho de 2015.

Foi neste espaço, da sede do CONSEG Morumbi, que, após certa insistência de minha parte, no dia 02 de outubro de 2013 – mais de um ano após a minha primeira visita ao CONSEG Morumbi –, me concedeu entrevista a presidente do referido Conselho. Trata-se de uma senhora, assistente social por formação, moradora do Jardim Leonor há 37 anos. Seu perfil econômico pode ser averiguado pelas características do bairro onde mora, um dos mais nobres bairros da região, abrigando as residências que estão entre o Estádio Cícero Pompeu de Toledo (Morumbi), a Praça Vinícius de Moraes e o Palácio dos Bandeirantes – sede do governo estadual. A entrevistada relatou que atua no CONSEG desde a sua fundação e, quase sempre, esteve ocupando a presidência do Conselho.

Assim, entrevistá-la me pareceu relevante. Além do mais, o CONSEG Morumbi apresentava a característica de centralização das decisões pela diretoria executiva – como será discutido no terceiro capítulo. Desta forma, entendi que as representações, de alguém que revelou quase sempre ter ocupado a sua presidência, a respeito das questões relacionadas à segurança e aos objetivos do Conselho seriam determinantes para o perfil e as ações do mesmo.

Optei por uma entrevista de caráter aberto, por entender que a fala da entrevistada poderia trazer elementos interessantes, que deveriam ser aprofundados e que não seriam previstos em um questionário fechado feito a partir de minhas observações ainda superficiais.

Assim, ao longo da entrevista seguiu um roteiro que buscou, primordialmente, abordar os seguintes temas: as características pessoais da entrevistada; seu histórico de atuação política; o desenvolvimento desta atuação após a sua entrada no CONSEG; seu envolvimento no interior do CONSEG; o histórico de constituição do CONSEG Morumbi; a caracterização dos outros sujeitos envolvidos no CONSEG Morumbi; as relações entre o CONSEG Morumbi e os Núcleos de Ação Local da região; as demandas do CONSEG Morumbi no presente, percebidas pela entrevistada; e as representações desta sobre os principais fatores causadores de insegurança na atualidade.

Enfim, tentemos identificar, a partir da fala da entrevistada, como se construiu, física e socialmente, este espaço público de discussão, atualmente sediado aos fundos de uma base comunitária da polícia militar:

O CONSEG foi criado em 1993. O nosso CONSEG ele foi criado assim como a maioria dos CONSEGs, quando começa a ter muito problema na região, de violência, aí os moradores acabam querendo fazer alguma coisa para mudar o cenário. No início, quando a gente morava aqui, a gente não ouvia falar muito em violência, nada. Não tinha muito problema. Quando você ouvia falar em morte, ou alguma coisa, era acerto de contas da favela, problemas lá entre os traficantes, coisas assim, você não sabia. Só que, de repente, a gente começou a conhecer as vítimas “nossa é o fulano? Ah, é o professor do Mackenzie? Ah é o dentista? Ah, é não sei quem?”. O pessoal falou “Escuta, está cada vez chegando mais perto da gente! Vai chegar uma hora que poderá ser eu, meu filho, minha mãe, poderá ser qualquer um da nossa família ou amigo. A gente realmente tem que fazer alguma coisa para mudar a situação!”. Então, a gente sentia que, por exemplo, a polícia tinha uma situação sempre precária, como é até hoje. Melhorou, né? Mas, como a gente sempre fala, o cobertor é curto, né? Então, se você cuida de uma área, a outra área fica desguarnecida.

Aqui, claramente se reconhece um caráter reativo da iniciativa de constituir o referido CONSEG. Nesta representação sobre a constituição do Conselho não há uma perspectiva ampla da ideia de segurança pública ou a busca de uma estratégia de influência da sociedade civil sobre as políticas concebidas e implementadas pelo Estado levando à concepção do CONSEG Morumbi – embora, aparentemente, a demanda por se “fazer alguma coisa” tenha partido desta. Antes disso, o Conselho é concebido sob uma ideia de segurança restrita ao objetivo de contenção da violência que é percebida, pelo grupo fundador do CONSEG, como crescente na região. Esta ideia de segurança está diretamente ligada ao objetivo inicial da formação do Conselho, atribuído pela entrevistada: atuar na assistência às forças policiais, em

especial, a militar.

Nesse sentido, da atuação do Estado na contenção da violência, os sujeitos envolvidos – e beneficiados – na instituição do Conselho, possuem, segundo as representações da entrevistada, uma distinção social. Distinção esta que se expressa no valor desigual que se atribui ao direito fundamental à vida em relação aos outros sujeitos identificados na fala. Esta distinção passa pelos diferentes níveis e suportes do discurso transmitido pelo CONSEG Morumbi – como analisarei no próximo capítulo. Logo, torna-se imperativo perceber que o grupo social com o qual a colaboradora se identifica, claramente, está situado entre as camadas mais abastadas/influentes da população:

Tinha muita gente importante dentro do grupo, então, a gente falou “ah, por que cada um não dá um tanto e vamos melhorar a vida da polícia, vamos comprar viaturas, comprar as coisas, comprar rádio, vamos pôr isso aqui para funcionar!”.

Portanto, o que incomodava não era violência como algo em si, representada como um dado universal. O problema que, para a entrevistada, desencadeou a mobilização que levou à constituição do CONSEG Morumbi foi uma representação de escalada da violência, não em termos numéricos horizontais mas, verticalmente, a partir da base e em direção ao topo da pirâmide social. Enquanto a violência atingia, na distinção feita pela colaboradora, “eles”, a favela, a população mais pobre, ela reconhecia a região como tranquila, sem “muito problema”. Ao passo que, quando a violência se “aproxima” torna-se necessário fazer algo. O que está ausente nesta representação da violência é o fato de que a sua “geografia” se concentra, em termos numéricos, nas áreas pobres e não nos bairros ricos, como constata Peralva (2000. pp. 81-82). Verifica-se isto, principalmente, se expandirmos a noção de violência para além da violação do direito à propriedade e a estendermos às violações dos diversos direitos sociais.

Junto com a distinção social realizada, no plano das representações da entrevistada, surge certa concepção da coisa pública, representada não apenas pela criação do CONSEG mas, também, pelo papel atribuído à polícia. Em sua narrativa é perceptível a influência do poder econômico dos fundadores do CONSEG na instrumentalização das forças policiais para uma atuação em defesa de seus interesses privados. As forças policiais devem ser “postas para funcionar” na contenção da escalada vertical da violência, mantendo o privilégio dos “nobres” moradores do Morumbi de se sentirem seguros e em ambiente tranquilo. Uma justificativa frequente para este tipo de discurso no interior do CONSEG Morumbi é o pagamento de altos impostos pela população residente nas áreas nobres.

A proximidade entre os participantes do Conselho e a polícia militar, em detrimento da polícia civil, está relacionada inclusive a conformação de seu espaço físico:

No começo a gente alugou uma casa na Avenida Morumbi, número 2000. Era uma casa que tinha sido escolhida pelo coronel lá da zona oeste, ele queria começar, porque naquela época não existia, a Base Comunitária. Então, ele já tinha ideia de fazer a base em algum lugar. Então, ele queria alugar esta casa, que era uma casa bastante grande, e nós trabalharíamos junto com os policiais como se fosse uma base. Só que a coisa era assim, muito embrionária, aí não funcionou muito bem, não dava certo. O aluguel era muito caro. Eu lembro que, naquela época, o aluguel custava, mais ou menos, R\$1.600,00. Era absurdo, era absurdo, entendeu? Tudo o que a gente captava acabava gastando lá. Aí quando saiu este coronel e entrou outro, ele disse “olha, acho que vocês estão gastando dinheiro à toa. Porque vocês não vão lá, que tem uma sala sem uso. Vocês dão uma ajeitada na sala e o dinheiro que vocês estão usando aqui no aluguel, vocês ajudem a manter a companhia”. Eu falei “Ah, tá bom”. Então, com a proposta do coronel, a gente acabou mudando pra companhia e aí a gente praticamente custeava a companhia inteira, era tudo por nossa conta.

Em 2000, ocorre a transferência da sede do CONSEG Morumbi da sala na 2ª Companhia para a base comunitária, construída pelo Conselho na Praça Roberto Gomes Pedroza no ano de 1999:

Quando foi feito a Base, inaugurada em dezembro de 1999, a gente já estava com um problema porque eles estavam precisando da sala que a gente estava ocupando lá. Porque, naquela época, o comandante-geral da polícia militar, ele aumentou o número de companhias. [...] Então, para a outra delegacia que não tinha companhia, foi criada uma companhia [...] que não tinha sede, tinha que ser construída. Como isso demanda tempo, qual era o mais lógico? Que eles trabalhassem juntos na segunda companhia até que a sede deles ficasse pronta. Só que lá estávamos nós. E como a gente sempre ajudou muito, eles ficavam sem saber de que forma a gente poderia sair ou não. E esse espaço aqui [atual sede do CONSEG Morumbi] era uma garagem para as viaturas [...] mas na hora que foi colocado em prática o trabalho da Base, perceberam que o local era inadequado. Porque a viatura tem que ficar sempre pronta pra sair. Então, não seria aqui atrás, seria lá na frente e sempre imbicado pra frente pra poder sair. Então esse lugar, esse espaço ficou sem o objetivo inicial [...]. Aí eu vi que era uma chance de a gente conseguir uma sede própria e sem criar problemas pra Polícia que estava precisando do nosso espaço. Aí eu pedi autorização pro coronel do batalhão, perguntando se eu poderia usar este espaço de garagem que estava sendo usado.

Ele disse “desde que você construa e que isso fique por sua conta, você pode fazer”. Então, eu fui buscar o patrocínio, fui captar recursos e aí fizemos a sede. Foi assim que ela começou.

No entanto, os mecanismos do aparelho estatal, criados com vistas a dificultar a apropriação privada de recursos e serviços públicos, logo são entendidos como obstáculos que, por sua vez, são rapidamente superados pelo poder econômico, conhecimento técnico e influência dos participantes do Conselho:

Só que aí foi complicado, porque o governo é cheio de burocracia, então, “ah você não pode, não pode fazer assim, não pode fazer assado!”. Criaram-se uma série de empecilhos. Na época o CONSEG não podia ter CNPJ, só depois, em 2005, que começaram a falar em ter CNPJ. Então, foi criada uma associação de apoio ao CONSEG onde nós arrecadávamos dinheiro, uma mensalidade para poder comprar as coisas para doar para a polícia. Determinadas coisas, a polícia não podia aceitar, então, você podia comprar umas coisas mas não podia outras. Uma vez nós chegamos a alugar 18 rádios pra dar pro batalhão, lá pro comando de policiamento local. Fomos todos felizes lá entregar e eles “Não quero, porque nós temos que fazer com que o Estado tenha. A Associação, a sociedade não tem que interferir”.

A Associação a que se refere este trecho da entrevista é a ASSEC, Associação de Segurança, Cidadania e Apoio ao CONSEG. Segundo a entrevistada, a referida Associação foi criada com o seguinte objetivo:

Porque a gente queria fazer as coisas e não conseguia. Mas aí, a gente tentou começar a fazer de maneiras diferentes. Então a gente, em vez de fazer uma coisa mais abrangente, maior, a gente se limitou a fazer na nossa região que é a segunda companhia. Então, na época a gente comprou 6 rádios, pra ajudar na comunicação. E aí a gente começou a pensar na Base. Nós fizemos um grupo de empresários da área para se cotizar, para captação de recursos, e foi criada esta base comunitária [nos fundos da qual está a sede do CONSEG Morumbi], totalmente com recursos particulares de empresários locais, foi pago pelas escolas, por bancos, por empresários locais. Esta Base aqui foi montada pelas escolas, por bancos, por empresários locais, e aí nós conseguimos comprar uma viatura, duas motos, e aparelhamos totalmente a Base. A Base foi dada completinha, arrumadinha pra polícia. A polícia, só colocou a mão de obra, que seria os seus policiais.

Apesar de reconhecer a mobilização de certa classe social, os empresários, sobre a

formação do CONSEG, ao longo da entrevista a presidente do CONSEG se esquivou de identificá-los nominalmente, exceto a Associação Comercial – ACSP Butantã. No trecho, novamente, identifica-se uma representação de segurança ligada ao aumento do policiamento ostensivo da região e sua instrumentalização. Um pouco à frente a entrevistada revela o principal problema identificado “a gente tem bandidos demais e policiais de menos”. Nesta representação está ausente o longo histórico de ligações das polícias às atividades criminosas. Histórico do qual a área do CONSEG Morumbi havia participado recentemente, no 5 de abril de 2012 um soldado da polícia militar havia sido preso por colaborar com uma quadrilha que realizava assaltos a residências da região. O assunto foi amplamente debatido na reunião do CONSEG daquele mês e está registrado em ata. Ainda sobre a “longa história de abusos” e envolvimento das polícias em atividades criminosas, o capítulo de Caldeira, *O Crime Violento e a Falência do Estado de Direito*, é elucidativo (CALDEIRA, 2003. pp. 101-207).

Mas os objetivos do CONSEG Morumbi não se restringiram, segundo a entrevistada, aos de assistência à polícia na contenção da violência ascendente. Eles se sofisticaram, no entanto, sempre em identidade com o policiamento ostensivo:

Com o passar do tempo, a gente começou a se envolver em projetos também. Então a gente pensou: de que maneira podemos atuar? Então, a gente começou a atuar mais com a polícia militar, apesar de a gente ter dentro da nossa diretoria a polícia civil e a polícia militar. Por causa dos objetivos de trabalho de cada uma das polícias, a polícia com que a gente mais se identifica é a militar. Porque a polícia civil é judiciária e investigativa, então, ela só trabalha a partir do fato ocorrido. Para nós, não adianta. A gente não quer que o fato ocorra, então você tem que trabalhar com o preventivo que, no caso, é a polícia militar.

Em parceria com a polícia militar, as atividades do CONSEG avançam, na perspectiva da entrevistada:

Então, a gente começou a fazer curso. Pegar os vigias, seguranças de rua, que são totalmente despreparados. Você pensa “como é que esse indivíduo pode estar guardando alguma coisa, se nem ele sabe o que ele está fazendo?”. A maioria originários da construção civil. Eles começavam a trabalhar numa obra, depois a obra acabava, eles não tinham o que fazer, não queriam voltar pro Nordeste e tal, aí ficava sempre. “Ah, vou ser vigia”, mas é um indivíduo que, volta e meia, não tinha escolaridade nenhuma! E, assim, pra você ser vigia de rua, que é um trabalho individual – não é de grupo, cada indivíduo é independente – ele teria que ter uma formação. Então, você é obrigado, legalmente, a ter uma credencial pra fazer este trabalho. Quem dá esta credencial é a Polícia Civil com o apoio da

Federal. Pra você receber esta credencial, você tem que fazer uma prova. A prova é assim, o mais simples possível, “escreva o endereço da sua casa; quando foi que você chegou a São Paulo?” e ele tinha que escrever isso. A maioria não sabia escrever nem o nome da sua rua, seu nome inteiro, uma coisa maluca. Então a gente, num primeiro momento, começou a dar o curso com apoio da Polícia Militar e a Polícia Civil. Orientando como é que eles tinham que trabalhar, o que podia e o que não podia fazer, explicando que ele tem uma responsabilidade e tal.

Como analisado no primeiro capítulo deste trabalho, as novas áreas de escritórios e comércio na cidade de São Paulo, com destaque para o quadrante sudoeste, passaram a atrair ainda mais residentes ricos e empreendimentos imobiliários para a região do Morumbi. Isto gerou, como consequência, uma enorme oferta de empregos na construção civil, setor de serviços, atividades informais e subempregos, cobiçados pelos grupos sociais mais pobres – acoissados pela crise econômica dos anos 1980 e 1990 – que passaram a disputar espaço para moradia na região com os grupos sociais mais abastados.

O espaço do CONSEG Morumbi, apropriado socialmente por estas camadas mais abastadas da região, atua como mediador das relações entre os diversos grupos sociais presentes na região, posto que estas relações são mediadas pelas estratégias de segurança. Assim, a fala da entrevistada identifica como catalisadora da constituição do CONSEG, a necessidade, sentida pelos altos estratos sociais, da assistência material para a ampliação do policiamento ostensivo. Mas, em seguida, as estratégias nas relações com os grupos mais vulneráveis adquirem sofisticação, ampliando-se para a vigilância, controle e a busca por disciplinar estes sujeitos. A percepção da educação como estratégia de controle é reforçada um pouco adiante na entrevista quando, se referindo a outros tipos de empregados oriundos das classes pobres, a presidente do Conselho afirma:

O faxineiro aqui vem de carro. Ele tem carteira? Ele não tem. Mas você precisa mostrar pra eles que só isso não é suficiente. Só a parte material não é suficiente, você precisa educar essa gente, né? Tem que realmente criar um grupo melhor dentro do bairro. [...] Porque a prevenção vem através da educação.

Mas, os sujeitos que oferecem ou trabalham na segurança privada são um ponto nodal das contradições estabelecidas nas relações sociais pautadas na estratégia de segurança, com inclinação para a privatização da mesma. Por se tratar de um trabalho extremamente precarizado, geralmente, estes sujeitos vêm dos grupos sociais mais pobres, percebidos pelos participantes do CONSEG como geradores de insegurança. Como descrito no capítulo

anterior, estes sujeitos, para desempenhar as funções que lhes são atribuídas e garantir sua segurança individual, utilizam-se de um conhecimento prático e de uma rede de relacionamentos adquiridos na sua vivência nas comunidades origem e que, muitas vezes, estão à margem da legalidade. Daí a dificuldade de compreensão da presidente do Conselho expressa na frase “como é que esse indivíduo pode estar guardando alguma coisa, se nem ele sabe o que ele está fazendo?” e a necessidade sentida de interferir na educação deste sujeito e inseri-lo em estratégias fiscalização e disciplina.

No entanto, a representação da entrevistada, que não identifica a precariedade profissional dos “vigias”, percebe a consequente alta rotatividade que inviabiliza seu projeto de controle sobre os mesmos:

Nossa meta é conseguir que todos os vigias dentro da nossa área estejam credenciados. A credencial só vale por um ano, ela vence todo mês de fevereiro. Por que isso? Porque é uma coisa muito sazonal, o indivíduo tá aqui hoje, amanhã ele não tá mais, ele foi trabalhar não sei aonde. Então, você não tem controle. Como é que você pode não ter controle pra um indivíduo que trabalha pela segurança? Não pode.

O espaço do CONSEG Morumbi é, assim como todos os espaços, construído socialmente. Ou seja, é apropriado por determinados grupos e, em seu interior, são desenvolvidas as interações de acordo com os critérios estabelecidos por estes grupos. Assim, para além dos direitos garantidos constitucionalmente a todos os cidadãos, no plano da dinâmica cotidiana das relações sociais, diversas estratégias acabam por distinguir os cidadãos e, em consequência, excluir grupos determinados de espaços específicos. Seja porque os locais onde se situam esses espaços não são, de maneira nenhuma, isentos, seja porque o discurso de seus representantes oficiais carregam mais claramente uma determinada distinção social entre os cidadãos, ou porque os seus ritos de funcionamento deixem determinados grupos, não acostumados a eles, pouco à vontade.

A baixa representação da população mais pobre, verificada no acompanhamento das reuniões e ratificada pela narrativa de fundação do Conselho feita pela entrevistada, é, assim, um fator que reflete nas decisões tomadas pelo CONSEG – como analisarei no terceiro capítulo. Neste momento, procuro compreender a trajetória histórica da criação e constituição dos CONSEGs, de maneira geral, para, em seguida, identificar as temporalidades históricas envolvidas na narrativa da entrevistada e quais são as características próprias do desenvolvimento particular do CONSEG Morumbi. Com isso, procuro responder ao objetivo

de diferenciar o quanto da sua concepção se refere ao desenvolvimento histórico das políticas de segurança e de implementação dos CONSEGs e o quanto está ligada ao desenvolvimento específico do Conselho estudado.

2.2. A concepção e constituição dos CONSEGs

Os CONSEGs são órgãos do Estado que fomentam a participação da sociedade civil na elaboração e, principalmente, na efetivação de políticas de segurança. Por isso, estão sujeitos a determinações externas sobre sua dinâmica, fruto de regulamentações estabelecidas pelo poder público instituído. A criação e regulamentação inicial dos CONSEGs data de 1985, sendo realizadas pelo Decreto Estadual de São Paulo nº 23.455 de 10 de maio e pela Resolução SSP-37 da mesma data. O ano de 1985 remonta ao contexto das lutas por ampliação dos direitos de cidadania civil, política e social, relacionado com o fim do regime militar no Brasil¹³.

Desta maneira, os CONSEGs estão ligados à recente experiência democrática do país que, em seu momento inicial, entre outras coisas, gerou uma grande demanda pela constituição de conselhos gestores, entre eles, os participativos (VASCONCELOS, 2007). Neste sentido, embora tenham sido criados por “força de instrumentos legais”, como indica Marchiori, não se pode desconsiderar a pressão da sociedade civil no sentido de institucionalizar sua participação nas questões do Estado (MARCHIORI, 2011. p. 22).

O longo processo brasileiro de redemocratização teve início no ano de 1974, com a posse do General Geisel, em um momento de fraqueza da oposição e da sociedade civil organizada. Por isso, a ênfase dos estudos sobre os processos que levaram ao início da reabertura política está na dinâmica interior do regime. Para Stepan (1986) e Marengo (2007), por exemplo, é a procura da preservação da unidade e controle das forças do regime, somada à sua estabilidade econômica e à diminuição da ameaça à ordem estabelecida – representada pela subversão da esquerda radical – que vão levar ao estabelecimento de um processo de reabertura sob o intenso controle militar. Soma-se a isto um contexto internacional onde, com a decadência da URSS, estabilizava-se progressivamente o modelo capitalista liberal de desenvolvimento como “único e seguro”, como queriam as elites locais e as forças externas

13 Utilizo aqui a distinção, feita por Marshall, entre as liberdades básicas que se associam à existência do Estado de Direito – direitos civis – o direito de participar da política institucional – os direitos políticos – e de ter acesso à saúde, educação, etc. – direitos sociais – que permitem, segundo o autor, falar de uma expansão do significado de cidadania (MARSHALL, 1967). Para uma revisão crítica do conceito de cidadania em Marshall, consultar: SAES, 2000.

apoiadoras do Golpe de 1964.

No entanto,

Se o início da liberalização [política] fora marcado por desempenho positivo da economia, seu desenrolar é acompanhado pela desaceleração do crescimento (taxa média anual de 7,0% entre 1974-1980 [contra 11% entre 1968-1973]), e, a partir de 1981, por acentuada recessão, com variações negativas do Produto Interno Bruto entre 1981-1983. [...] Greves e mobilização sindical são incrementadas a partir de 1978. (MARENCO, 2007. p.81.)

Neste contexto, de crise econômica deflagrada logo após o anúncio da “distensão lenta, gradual e segura”, segundo Avritzer, se dá o surgimento de uma “sociedade civil autônoma e democrática” no Brasil – uma vez que este, até então, era um país com baixa propensão participativa sob a hegemonia de práticas políticas clientelistas. Debaixo da característica de unidade na resistência ao regime militar, em fins da década de 1970, proliferaram diversas formas de associações civis: associações comunitárias, profissionais, movimentos rurais e urbanos, etc., promovendo uma reavaliação da ideia de cidadania e direitos, defendendo autonomia em relação ao Estado e procurando formas públicas de apresentação de demandas e negociação com este (AVRITZER, 2007. pp. 405-407). Inaugura-se, assim, o período que Maria da Glória Gohn caracterizou como associativismo para a representação das demandas populares (GOHN, 1998. pp. 9-12).

Durante a década de 1980, a convergência entre a agenda de redemocratização do Estado e a ação direta das organizações da sociedade civil, trouxe para o debate, no seio da disputa pela reorganização do Estado, a questão da participação da sociedade civil. Assim, acredito, com Evelina Dagnino, que:

Considerada o único núcleo possível de resistência a um Estado autoritário, a sociedade civil se organizou de maneira substancialmente unificada no combate a este Estado, desempenhando papel fundamental no longo processo de transição democrática. A luta unificada contra o autoritarismo, que reunia os mais diversos setores sociais [...], contribuiu decisivamente para uma visão homogeneizada da sociedade civil [...]. [Porém,] A partir da volta da vigência das instituições democráticas formais básicas [...], o avanço do processo de construção democrática contribuiu para explicitar os diferentes projetos políticos que se definiam [...], tornando assim mais clara a própria heterogeneidade da sociedade civil (DAGNINO, 2002. p. 9).

Deste modo, a reconfiguração das forças políticas que antes estavam concentradas na

luta contra o Estado autoritário e, agora, disputavam a reorganização do Estado e o projeto de sociedade, demonstra a heterogeneidade das perspectivas da fração da sociedade que, ao menos no discurso, se colocava como democrática. Esta heterogeneidade trazia diferentes concepções sobre como lidar com as demandas da sociedade civil por participação e, assim, estruturar os novos espaços públicos de debate e decisão, que tomaram diferentes configurações de acordo com a correlação das forças políticas ao redor. É o caso dos conselhos, fóruns, etc., surgidos a partir de meados dos anos 1980.

No estado de São Paulo, as eleições diretas para governador, realizadas em 1982, dão o tom dos complexos arranjos políticos daquele contexto. O vitorioso PMDB, partido egresso do extinto MDB – surgido durante o bipartidarismo instituído pelo regime militar, ao qual fazia oposição – trazia como candidato a governador André Franco Montoro e, como seu vice, Orestes Quércia.

Montoro representava uma força política relevante dentro do PMDB naquele momento, comprometida com o ideal democrático e com a ampliação de direitos orientados por uma filosofia humanista cristã. A questão dos Direitos Humanos e da participação da sociedade civil ocupava espaço relevante nesta corrente¹⁴. Quércia, representante de outra força política, também relevante no interior do partido, com as eleições vencidas, desfez a imagem de unidade construída ao longo das campanhas populares e eleitorais. Atacou, assim, diversos pontos da orientação humanista de Montoro e da corrente por ele representada. No que diz respeito à política de segurança, Quércia reivindicava, a todo o momento, uma polícia “mais dura”, desqualificando os ideais de Direitos Humanos defendidos pela corrente de Montoro e responsabilizando-o pelo significativo aumento da violência no período. Como identifica Angelina Peralva a partir dos dados sobre a evolução da taxa de homicídios, no Brasil, entre os anos 1979 e 1997 fornecidos pelo Ministério da Saúde e pelo IBGE:

O retorno à democracia efetuou-se *pari passu* com uma intensificação sem precedentes da criminalidade. O número de delitos já havia aumentado nos anos 70. Mas foi nos anos 80, no exato momento em que a abertura política se iniciava, que o crescimento das taxas de homicídio se acelerou, atingindo patamares até então desconhecidos e combinando-se a outras formas de violência múltiplas e fragmentárias. Em um único ano, entre 1979 e 1980, o número de crimes de sangue cometidos no conjunto do território nacional sofreu acréscimo de um quarto. A taxa de homicídios era, em 1980, de 11,68 por 100 mil

14 Ainda sob o regime militar, o próprio Montoro publicou vários livros versando sobre o Estado de Direito, os Direitos Humanos, direitos trabalhistas, participação da sociedade civil e comunitarismo (MONTORO, 1970, 1974, 1978, 1982).

habitantes (não muito diferente da taxa norte-americana, que se situava naquele momento um pouco acima de 10). Ela passou a 22,20 por 100 mil habitantes em 1990 e a 25,37 em 1997. (PERALVA, 2000. p. 73)

Portanto, entre os anos 1970 e 1980, mesmo sob o regime autoritário, as camadas populares criaram estratégias de participação como forma de representar politicamente seus interesses através das associações, movimentos sociais e sindicatos. Assim, a população, gradativamente, pôde experimentar maneiras mais autônomas de fazer política, debilitando o tradicional clientelismo e transformando as disputas políticas entre os grupos distintos em disputas mais igualitárias que no passado – ainda que certo nível de desigualdade permaneça. No entanto, a convivência entre os diversos grupos no cotidiano dos espaços públicos, que começava a se estreitar, teve que se defrontar com índices de violência alarmantes, conformando “o paradoxo brasileiro”, subtítulo do livro de Peralva (2000).

As causas deste “paradoxo” – atribuídas por Peralva à continuidade autoritária, desorganização das instituições responsáveis pela ordem pública, à privação da população pobre em relação a direitos políticos, civis e socioeconômicos agravadas pela opção das populações ricas pela segregação socioespacial – não são os objetivos da presente análise. Interessa saber que, Montoro estava politicamente determinado a estabelecer uma nova estratégia de segurança. Esta nova estratégia buscava cumprir os objetivos de estabelecer os Direitos Humanos como valor universal e reorganizar as polícias com vistas a conter os abusos, entendidos como permanências do regime autoritário e incompatíveis com o reestabelecimento da democracia. A respeito dos abusos e, particularmente, da letalidade da polícia militar paulista, Peralva constata:

Em São Paulo [...] a intensificação da violência da Polícia Militar coincidiu com a normalização institucional [redemocratização]. O número de mortes provocadas por policiais, em enfrentamentos com a população civil, sofreu crescimento progressivo em 1983, 1984 e 1985, após a eleição direta de um governador apoiado pela oposição democrática.

E completa:

Esse número baixou em seguida de forma significativa em 1986, 1987, e 1988, voltando a subir rapidamente a partir de 1989, e atingindo em 1991 um pico jamais visto até então (1140). (Ibidem. p. 88)

Os números, bem como as fontes relativas ao quadro geral descrito, não são citados

por Peralva. Provavelmente foram retirados do levantamento feito por Caldeira, com base em dados do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (CALDEIRA, 2003. p. 161).

Assim, a idealização, criação e regulamentação dos CONSEGs, no estado de São Paulo, estão relacionadas não apenas ao processo que, a partir de 1980, se intensificou: a institucionalização das demandas e movimentos sociais. Tratava-se também de, mesmo enfrentando resistências de frações da sociedade e agentes do Estado, reestruturar a estratégia de segurança estabelecendo um novo paradigma.

Galdeano adota alguns marcos para compreender a trajetória dos CONSEGs: idealização, quando “a ideia de criação dos Conselhos já vinha sendo discutida por uma espécie de superassessoria do governador” no bojo das reformas democratizantes; criação, a partir do Decreto Estadual de São Paulo 23.455, de 10 de maio de 1985; e regulamentação e implantação efetiva, quando o Decreto Estadual de São Paulo 25.366, de 11 de junho de 1986 colocou a cargo da Secretaria de Segurança Pública a implementação dos Conselhos, responsabilizando os delegados locais por sua constituição (GALDEANO, 2009. pp. 34-35).

A questão é que estes três momentos, embora próximos, identificam diferentes momentos da gestão Montoro. O momento da idealização, entre março e setembro de 1983, período onde se acreditava, nas palavras de Galdeano, que um “conjunto de ações pudesse desmobilizar os vícios da polícia política em direção ao comprometimento em torno dos direitos humanos” (Ibidem. p. 30). Neste período

O governo Montoro idealizou uma polícia mais motivada (com um novo plano de carreiras) e uma gestão orientada para o fim da corrupção e da tortura (propunha-se, por exemplo, a extinção do DOPS e a reestruturação da ROTA, o que efetivamente ocorreu). (Ibidem. p. 31)

Estes ideais são tangenciados, de maneira bastante subliminar no Decreto Estadual de São Paulo, nº 23.455, de 10 de maio de 1985, que cria os CONSEGs, quando, em suas considerações sugere a “cooperação” entre a população e as polícias. A intenção de controle da atuação das forças policiais, através da centralização administrativa dos Conselhos, vem expresso no artigo 2º do referido decreto:

Os Conselhos [...] serão integrados por autoridades policiais, designadas pelo Secretário Pública, que os coordenarão e por representantes de associações, Prefeituras Municipais e outras entidades prestadoras de serviços relevantes à coletividade e sediadas na área da respectiva Unidade Policial.

De certa forma, a evolução da letalidade da ação policial descrita anteriormente, com a queda nos anos subsequentes ao ano de criação dos CONSEGs, revelam que estes faziam parte de uma política que logrou algum sucesso perante seus objetivos iniciais. No entanto, em seguida, vem o momento do choque de realidade. Neste momento, a resistência dos agentes do Estado às mudanças e as fortes críticas de setores da sociedade civil à “incapacidade” de Montoro na gestão de políticas de segurança, apresentam-se como grandes obstáculos para a implementação das mudanças idealizadas.

A partir de 1986, o governo Montoro muda progressivamente de estratégia, entrando em um novo momento, o de resgatar a aceitação entre os agentes do Estado. Assim, é publicado um decreto que “complementa e modifica” aquele de criação dos CONSEGs. Com o Decreto Estadual de São Paulo nº 25.366 de 11 de junho de 1986, o artigo 2º, do decreto anterior, passa a vigorar com a seguinte redação:

Os Conselhos a que se refere o artigo anterior serão integrados pelos seguintes membros: I – Delegado de Polícia titular do Distrito Policial ou da Delegacia de Polícia do município; II – Comandante da Unidade Policial Militar da área do Distrito Policial ou do território do município; III – representantes das prefeituras municipais, de associações e de outras entidades prestadoras de serviços relevantes à coletividade sediadas na área do Distrito Policial ou do município.

Assim, as autoridades policiais integrantes dos Conselhos, que no primeiro decreto deveriam ser designadas pelo Secretário de Segurança Pública, passam a ser os chefes locais de polícia, a saber, o delegado de polícia titular e o comandante da Unidade Policial Militar de cada Distrito Policial ou da Delegacia de Polícia. Desta forma, os Conselhos que, entre seus diversos objetivos, procuravam atuar como controle social das polícias, passam a ser articulados e regidos por estas e as reuniões de boa parte dos CONSEGs passam então a ocorrer no interior das sedes de órgãos policiais. Esta mudança, entre outras, fazia parte de uma política que buscava resgatar a aceitação de Montoro pelas corporações civis e militares, insatisfeitas com a ingerência dos membros do segundo escalão do governo nas suas atividades. Logo, segundo Galdeano, “os CONSEGs deixam de estar sob responsabilidade do grupo de direitos humanos, o que compromete o perfil ideológico de policiais e representantes da sociedade civil desejado desde o início” (Ibidem. p. 35).

Mesmo com as diversas tentativas de reestabelecer a relação com as polícias, a política de segurança do governo Montoro sucumbiu e suas

tentativas explícitas de fazer cumprir o estado de direito [...] foram rechaçadas

pela população, que prefere métodos privados, extralegais e violentos de lidar com a criminalidade ao invés do reconhecimento e do respeito aos direitos civis (CALDEIRA, 2003. p. 135).

Então, Montoro é sucedido, em 1987, por seu opositor no interior do PMDB, Orestes Quércia, e este sucedido pelo seu secretário de segurança, Luiz Antônio Fleury Filho. Ambos dão longo fôlego a uma política de segurança conservadora, ancorada em uma “polícia dura”. Esta política resultou na escalada da letalidade da ação policial já descrita, chegando a 1470 civis mortos em todo o estado, no ano de 1992. O esgotamento de tal política veio com o episódio conhecido como *Massacre do Carandiru*, quando 111 presidiários foram mortos pela intervenção policial durante uma rebelião na Casa de Detenção de São Paulo (AMERICAS WATCH, 1993).

No entanto, além das mudanças na política de segurança, a partir da década de 1990, a nova conjuntura econômica e política altera o cenário da participação da sociedade civil no Brasil: agentes dos movimentos dos anos 1980 ascendem ao poder no plano federal, municipal e estadual; a crise econômica se acentua, levando um grande contingente populacional à situação de desemprego ou subemprego, impulsionado pela economia informal fomentada pelas políticas econômicas; há uma crise da gestão das questões sociais pelo Estado – boa parte dela por conta de agentes externos. Sendo assim, diversas organizações da sociedade civil passam a atuar no âmbito das questões sociais, aproveitando o fomento ao mercado informal para constituir sua força de trabalho. As parcerias público-privadas, as fundações públicas não-estatais e os agentes privados passaram a ser os executores de políticas sociais fomentadas pelo repasse de recursos públicos (GOHN, 2007. pp. 295-326). Em relação ao debate sobre a participação, neste contexto, diz Gohn, “[...] só há lugar para a participação e para processos de descentralização construídos no interior da sociedade política, pois as formas de participação direta foram se institucionalizando” (Ibidem. p. 310). A participação da sociedade civil passa a ser vista, então, como uma “intervenção social, periódica e planejada, ao longo de todo o circuito de formulação e implementação de uma política pública” (Idem, 1998. p. 14).

Deste modo, os Conselhos Comunitários de Segurança que, em certa medida, adiantaram estas tendências, são mantidos, embora, de maneira descaracterizada se forem levados em conta seus objetivos iniciais. As autoridades locais fortalecidas pelo Decreto Estadual de São Paulo nº 25.366 de 11 de junho de 1986, continuam, ao longo da década de 1990, a exercer influência sobre suas atividades e a articular a população despreocupada com

os ideais de Direitos Humanos e identificadas com um Estado policialesco.

As distorções criadas, no contexto de crise de governabilidade de Montoro, para os objetivos iniciais dos CONSEGs, só vão ser alvo de regulação em 1999, através da Resolução que regulamenta os Conselhos Comunitários de Segurança no estado: a Resolução n.º 47 da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, de 18 de março daquele ano, em vigor durante o desenvolvimento desta pesquisa. Como contexto da edição de tal resolução está o crescente descrédito da população em relação às corporações policiais¹⁵. Esta resolução é um indício de que Mário Covas, que restituíra o governo de São Paulo ao grupo político de Montoro – agora articulados ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – após a crise da política da “polícia dura”, reacendeu os ideais de Direitos Humanos ligando-os à política de segurança e, assim, se esforçara para reestabelecer certo nível de democracia aos CONSEGs. Em sua seção IX, artigo 43º, a Resolução recomenda:

As reuniões do CONSEG terão cunho público e serão abertas, devendo realizar-se em local de fácil acesso à comunidade, preferencialmente em imóveis de uso comunitário e que não sediarem órgão policial¹⁶.

Por trás de tal recomendação, obviamente, se esconde uma disputa entre as instituições estatais e as forças da sociedade civil que marcam aqui, entre outras coisas, a necessidade de um espaço isento para que as resoluções dos Conselhos sejam disputadas com um mínimo de equidade. Ora, em um contexto de descrédito das polícias e reconhecendo-se os objetivos iniciais dos CONSEGs, tal recomendação parece óbvia e indica o reconhecimento – e busca de superação – dos impasses para a consolidação de um espaço público democrático pois, reconhece que as representações de segurança variam de acordo com o grupo social. Portanto, com estas representações, variam os níveis de confiança em relação às instituições e às polícias, por isso, a preferência por espaços que não sediarem órgãos policiais.

2.3. As temporalidades históricas no espaço público constituído pelo CONSEG Morumbi

15 Em 1999, na época da publicação da regulamentação evocada, a média da avaliação positiva do trabalho das polícias pela população não ultrapassava 40% (CAARDIA, 2012. p. 179).

16 Quando concluía a redação final desta pesquisa, foi editada uma nova regulamentação para os CONSEGs. A Resolução n.º 175 da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, de 26 de novembro de 2014, que aprova o novo regulamento para os CONSEGS não pôde ser analisada de forma mais acurada por conta do adiantamento do presente trabalho. No entanto, cabe ressaltar que esta Resolução repete, em sua seção VII, subseção II, artigo 48, a recomendação citada.

Como observado, a formação e regulamentação dos CONSEGs, no estado de São Paulo, estão relacionadas com um processo que, a partir de 1980, se intensificou: a institucionalização das demandas e movimentos sociais que, por sua vez, relaciona-se com a recente experiência democrática do país. Esta percepção da conjuntura da formação dos CONSEGs exige uma reflexão, inicialmente, abstrata sobre a democracia como regime social e político.

Tzvetan Todorov, em seu livro *Os Inimigos Íntimos da Democracia*, caracteriza o regime democrático basicamente da seguinte maneira:

O regime democrático não se define por um traço único, mas por um conjunto de características que se combinam para formar um arranjo complexo, em cujo seio se limitam e se equilibram mutuamente, pois, mesmo sem estar em contradição frontal uma com a outra, têm fontes e finalidades diferentes (TODOROV, 2012. p. 15).

Desta forma, as características elencadas por Todorov para formar o arranjo democrático são: a eleição de representantes pelo povo, distinguindo-se assim dos regimes baseados na tradição ou nos laços de parentesco; a igualdade de direitos entre os cidadãos – a esta característica, Boaventura de Sousa Santos propõe adicionar *o princípio do reconhecimento da diferença* (SANTOS, 2007. p. 62); a defesa do princípio da liberdade individual, que é o que a define como liberal; certa concepção da ação política que aceita a imperfeição social como um dado prévio – assim a compreende como eterna construção, recusando-se o fatalismo –; e um pluralismo, limitando o poder confiado a uma mesma pessoa ou instituição (TODOROV, 2012. pp. 15-19). Se é necessário que estas características se “limitem e equilibrem mutuamente”, logo se segue a ideia de que a democracia é posta em perigo quando “um dos ingredientes é isolado e absolutizado” (Ibidem. p. 18).

Tendo em mente essa caracterização do regime democrático, feita por Todorov, somos levados a reconhecer o potencial dos Conselhos Comunitários de Segurança, no estado de São Paulo, para a manutenção do equilíbrio democrático, pelo menos no que diz respeito à exigência de um pluralismo. O ideal de controle social sobre as políticas públicas de segurança, localizando-as e contextualizando-as, busca claramente uma restrição do poder de determinadas instituições, inclusive do Estado, sobre estas políticas. O caráter aberto destes Conselhos, sua relativa autonomia organizacional e administrativa deveriam favorecer a uma ampla participação que, por sua vez, favoreceria a noção de equidade entre os sujeitos sociais.

Boaventura de Sousa Santos, rompendo com o que caracteriza como “razão cínica”,

vislumbra a possibilidade de uma *democracia de alta intensidade*. Para ele, o funcionamento democrático ideal depende da democratização de diversos espaços onde hoje estão consolidadas relações de poder desiguais. Entre estes espaços está o que o sociólogo chama de *espaço-tempo da cidadania* ou *espaço público* onde, segundo Santos, há a dominação do Estado (SANTOS, 2007. pp. 61-64). Os conselhos gestores participativos, e não apenas os CONSEGs, inicialmente se apresentavam como alternativas para tal democratização, na medida em que buscavam formas reguladas de interação entre as demandas e movimentos sociais e a administração do Estado. Naquele momento, a partir de 1980 no Brasil, como observa Santos, o contrato democrático pressupunha, além das características elencadas por Todorov, que o Estado era a solução para os conflitos criados pela sociedade (SANTOS, 2007. pp. 85-86).

Além disso, o reconhecimento de um processo geral de surgimento, autonomização e, posteriormente, institucionalização e planejamento estatal da participação da sociedade civil, aparece-nos como coerente com a análise que Boaventura de Sousa Santos faz dos movimentos de emancipação no final do milênio. Segundo Santos, na atualidade, a dinâmica da interação entre as aspirações de emancipação social e os processos de regulação social – dinâmica que caracteriza, segundo o autor, o *paradigma ocidental-moderno* – estaria se extinguindo uma vez que as aspirações de emancipação, invariavelmente, estariam se diluindo em processos de regulação social (Idem, 2002).

Neste sentido, pode ser percebida, pelo menos na primeira década do regime democrático, uma tensão entre a consolidação da nova organização do Estado e o estabelecimento de uma política neoliberal. Essa tensão advém do fato de que, enquanto a democratização produzira uma certa redistribuição do poder político, a política neoliberal veio aprofundar desigualdades sociais e econômicas (PERALVA, 2000). Portanto, acredito ser possível afirmar que, neste contexto, mesmo inserido em uma concepção de *regulação* das relações sociais pelo Estado, o processo de institucionalização das demandas de movimentos sociais – que tem como um dos resultados a formação dos conselhos de gestão participativa – adquiriram um caráter *emancipatório*, na medida em que realizavam certa redistribuição do poder.

Idealmente, os conselhos gestores participativos de políticas públicas visam reestruturar o contrato social brasileiro, conferindo certo poder a grupos antes alijados das estruturas do Estado e, muitas vezes, com comportamentos considerados desviantes pelo poder antes estabelecido. Parte-se do reconhecimento das demandas destes grupos como legítimas, procurando resgatar o Estado do desgaste provocado pelo período autoritário. Os

conselhos aparecem, então, como possibilidade de *emancipação*. Este é o conteúdo *sui generis* da tensão entre *regulação* e *emancipação* no Brasil no final do segundo milênio.

Esta é a perspectiva sob a qual dirigi o olhar sobre o CONSEG Morumbi. Procurei compreender até que ponto este conselho efetivamente realiza uma redistribuição do poder político entre os diversos grupos sociais e, em que sentido ele representa um progresso para a implementação de uma política de segurança localizada, contextualizada, sob um viés democrático e de defesa dos Direitos Humanos, tornando, ao mesmo tempo, a máquina estatal mais eficiente.

No entanto, logo ao chegar à sede do CONSEG Morumbi, já me deparei com algumas questões, como as trazidas pela localização em si. A Resolução número 47 da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, de 18 de março de 1999, que regulamenta os Conselhos Comunitários de Segurança, em sua seção IX, artigo 43º, recomenda que as reuniões do CONSEG devem realizar-se, preferencialmente, “em imóveis de uso comunitário e que não sediem órgão policial”. Esta resolução identifica disputas sociais, caracterizadas anteriormente, em torno da forma e conteúdo das discussões sobre o tema da segurança. No entanto, as reuniões mensais do CONSEG Morumbi se realizam em sede própria e, portanto, fixa, localizada aos fundos de uma base comunitária da polícia militar construída na Praça Roberto Gomes Pedroza, no bairro do Morumbi.

A fala da entrevistada é dúbia quanto ao processo de conformação deste espaço. Em um primeiro momento, identifica como catalisadora da constituição do CONSEG, no ano de 1993, a necessidade, sentida pelos moradores das áreas nobres da região, de instrumentalizar as forças policiais para reprimir a escalada da violência. No entanto, ao narrar o deslocamento do Conselho entre as diversas sedes estabelecidas, revela-se a figura de um “coronel da zona oeste” como articulador de uma primeira “base comunitária” na região, o que ainda não existia.

Provavelmente, este coronel, partindo de uma concepção própria de organização do seu trabalho e buscando estratégias materiais para estabelecê-la, articulou sujeitos sociais que se identificavam com sua atuação e, talvez, já lhe apresentassem, além de demandas específicas, condições materiais para assisti-lo – basta lembrar que, segundo a entrevistada, entre os sujeitos que constituíram o CONSEG estariam escolas, bancos e empresários locais, com destaque para a Associação Comercial. Assim, utilizando as prerrogativas dadas às autoridades policiais locais pelo Decreto Estadual de São Paulo nº 25.366 de 11 de junho de 1986, o referido coronel tratou de articular estes sujeitos sob a instituição do CONSEG.

Naquele contexto, a política econômica neoliberal favorecia a atuação de organizações

da sociedade civil no âmbito das questões sociais assim, privilegiados por sua condição social e econômica, os sujeitos sociais articuladores do CONSEG Morumbi logo constituem a ASSEC – Associação de Segurança, Cidadania e Apoio ao CONSEG – com intuito de facilitar o repasse de recursos privados para as polícias locais. No site da Coordenadoria Geral dos CONSEGs encontra-se a seguinte caracterização dos Conselhos a respeito de sua autonomia financeira e os seus objetivos:

Cada CONSEG tem autonomia para captar os recursos necessários ao desempenho de suas tarefas, observada a legislação em vigor. Basicamente, o Conselho necessita de material impresso, recursos reprográficos, selos e transporte. A participação comunitária é essencial na captação e operação de recursos. CONSEGs melhor estruturados têm alcançado êxito na captação de recursos suficientes até mesmo para arcarem com custos de construção e reforma de imóveis, destinados ao uso policial, recuperação e manutenção de frota policial e dotação de recursos materiais (informática, telecomunicações, etc.) das unidades de Polícia da correspondente área de atuação. Esses recursos são próprios de cada Conselho, captados junto à comunidade. Doações podem ser realizadas por qualquer pessoa e processadas diretamente à Polícia, por intermédio do CONSEG¹⁷.

Isso indica que a postura assistencial mantida pelo CONSEG Morumbi não fere em nada os interesses da atual administração do Estado que, no excerto a cima, corrobora uma ideia assistencial dos Conselhos. O texto oficial apresenta como índice de sucesso o “êxito na captação de recursos suficientes até mesmo para arcarem com custos de construção e reforma de imóveis, destinados ao uso policial, recuperação e manutenção de frota policial e dotação de recursos materiais”. Isso reforça as distinções sociais e econômicas, não apenas no interior do próprio CONSEG Morumbi mas, entre os CONSEGs das diversas regiões¹⁸.

Assim, reflexo do “enxugamento” do Estado que reforça a ideia de autonomia na captação de recursos, o abandono dos Conselhos aos interesses privados fortalece um comportamento patrimonialista e gera impedimentos ao estabelecimento de um mínimo de equidade nas relações entre os diversos grupos sociais que compõem a sociedade civil. Equidade que o discurso oficial do Estado reconhece como ideal a ser perseguido pelo Estado Democrático de Direito. Ao descrever “para que serve o CONSEG?”, um informativo oficial

17 Consultar: <<http://www.conseg.sp.gov.br/historia.aspx>>. Último acesso em: 03/12/2013.

18 Apesar de não fazer parte da alçada deste estudo, acredito na hipótese de que a autonomia na captação de recursos determine que, em áreas mais pobres, onde os membros dos Conselhos não são capazes de se “cotizar”, a atuação dos CONSEGs sofra certas restrições, o que, mais uma vez, dificulta o diálogo dessas populações com o poder público.

da Coordenadoria Geral dos CONSEGs afirma:

Finalmente, promovendo o conhecimento pessoal, o reconhecimento de valores culturais e a compreensão entre líderes dos mais diversos segmentos da comunidade, inclusive os mais fragilizados, os CONSEGs atuam como um vetor de integração de lideranças étnicas e de diferentes segmentos socioeconômicos de uma comunidade, superando conflitos a partir do diálogo, atuando como instituição de difusão e defesa dos conceitos humanos na sociedade¹⁹.

A questão é que, apesar de o regime democrático emergir com a proposta de abarcar o maior número de pessoas no contrato social – sem o consequente ressentimento de um “contrato” gerado pela força –, o seu cruzamento com o poder econômico, a política neoliberal e uma tradição patrimonialista trata de excluir amplas parcelas da população deste contrato – é o que Santos caracteriza como sociedades politicamente democráticas, mas socialmente fascistas (SANTOS, 2007. pp. 87-88).

Na medida em que há uma distinção entre os participantes do CONSEG – membros de camadas médias e da elite do Morumbi, supostamente preocupados com a questão da segurança e, particularmente, com a escalada da violência – e os “outros” – supostamente causadores dos atos que geram insegurança para os primeiros –, não é concebível que, por exemplo, as travestis e prostitutas, habitantes noturnos das ruas do Morumbi, ou mesmo membros das classes pobres, em geral, participem do CONSEG. Estes compõem o “eles” da entrevistada, o “outro”, para quem inclusive o direito à vida é relativizado. Isto diminui as possibilidades de resolução pacífica dos conflitos, uma vez que o CONSEG assume caráter reativo a estes sujeitos e, na medida em que reduz drasticamente a criatividade para tal resolução.

Estes são os efeitos, nos termos de Todorov, da emancipação/absolutização da liberdade individual em detrimento do princípio da igualdade de direitos (TODOROV, 2012). Assim, há quase que uma reivindicação do “direito de natureza”, o *jus naturale* proposto por Hobbes, de se ter a liberdade de fazer o que quiser para garantir a sua existência em detrimento do “outro” (MALMESBURY, 1999. p.113). Conforme os crimes violentos, na percepção da colaboradora, deixam de ser exclusividade entre os grupos excluídos por ela do contrato social, a formação do CONSEG aparece como forma legítima de reação, encarnando um “utopismo sanitário”, no sentido dado por Todorov, na tentativa de “afastar todo o risco social” partindo para a “política de exclusão para com todos os agentes de potenciais

19 *Coletânea de Legislações, Normas e Modelos a Respeito dos CONSEGs*. p.11. Disponível em: <<http://www.conseg.sp.gov.br/DownloadMidia.ashx?ID=122>>. Último acesso: 03/12/2013.

transtornos” (TODOROV, 2012. p. 63).

No histórico de sua constituição, na localização de suas sedes e, além disso, na proximidade com as polícias, especialmente a militar, podem ser identificadas estas estratégias de exclusão do “outro” do espaço do CONSEG Morumbi. Na fala da colaboradora, “eles”, “da favela”, em minha perspectiva, a população mais pobre. Assim, são observados indícios para a compreensão da forma como se dão as relações interpessoais e, por isso, políticas, na construção social do espaço da área de atuação do CONSEG Morumbi – e, por que não, na cidade de São Paulo – e na dinâmica cotidiana de trabalho deste órgão.

A representação, associada às estratégias de exclusão, de um “outro”, particularmente identificado por sua condição social e material, remete a um tempo histórico mais longo do que a conjuntura de institucionalização das demandas e movimentos sociais no seio da recente experiência democrática brasileira. Esse tempo de longa duração, diz respeito à ideia de “classes perigosas”, como constata Sidney Chalhoub:

felizmente já se foram os tempos em que os historiadores não acreditavam na possibilidade de as ideias também fazerem história. E infelizmente os historiadores hoje já descobriram que até ideias vagas, surgidas do nada e da confusão mental, fazem história e, como não podia deixar de ser, fazem história da pior qualidade (CHALHOUB, 1996. pp. 22-23).

Acrescentaria que, da pior qualidade e com duração imponderável.

Assim, Chalhoub identifica a emergência da ideia de “classes perigosas” em meados do século XIX, associada aos indivíduos que “já haviam abertamente escolhido uma estratégia de sobrevivência que os colocava à margem da lei”. No entanto, o desenvolvimento desta ideia foi, segundo o autor, paulatinamente identificando-a às classes pobres (Ibidem. pp. 20-22). No contexto brasileiro:

a noção de que a pobreza de um indivíduo era de fato suficiente para torná-lo um malfeitor em potencial teve enormes consequências [...]. Este é, por exemplo, um dos fundamentos teóricos da estratégia de atuação da polícia nas grandes cidades brasileiras desde pelo menos as primeiras décadas do século XX. A polícia age a partir do pressuposto da suspeição generalizada [...] alguns cidadãos mais suspeitos que outros. (Ibidem. p. 23)

Essa associação entre pobreza e perigo, no contexto brasileiro, assume recortes raciais devido ao passado escravocrata e à integração desigual entre brancos e negros na sociedade brasileira (SCHWARCZ, 2012). Além disso, a noção de “classes perigosas”, que associa

pobreza e perigo, instaura o pressuposto da suspeição generalizada com o objetivo de atribuir ao Estado a tarefa de controle social dos trabalhadores – controle exercido no âmbito privado durante os séculos de escravidão (CHALHOUB, 1996. p. 25).

Apesar da noção “classes perigosas” não aparecer de forma explícita na narrativa da entrevistada, diversos elementos que a compõem revelam esta substância nas suas representações sobre a constituição e os objetivos do CONSEG Morumbi – articulados pelos altos estratos sociais em proximidade com a polícia militar, especialmente. Ancorada no medo, expresso no caráter reativo da concepção e constituição do CONSEG Morumbi, a ideia de suspeição generalizada aparece na representação do trabalho polícia militar como “preventivo”, justificando a proximidade das demandas daqueles estratos sociais à atuação desta polícia, em detrimento do trabalho da polícia civil – representado como inócuo, uma vez que “não impede que o fato ocorra”. Esta representação deixa ausente a impossibilidade de “prever” sujeitos criminosos ou antecipar fatos desta natureza sem que haja o trabalho investigativo. Assim, ela atribui ao policiamento ostensivo a tarefa de “prevenção” através do controle da circulação de pessoas “suspeitas”.

Outro elemento que remete à noção secular de “classes perigosas” é o papel disciplinador e de controle social atribuído à educação (Idem, 1988. p. 84.). Segundo a entrevistada, necessita-se educar e orientar certo segmento da população, entendido como despreparado para a vida em sociedade, no sentido de os tornar “pessoas melhores”. Neste sentido, a fala da entrevistada é ainda mais reveladora quando, ao se expressar sobre as principais demandas dos participantes do CONSEG, se detém por alguns minutos descrevendo os conflitos na região do Real Parque – consequentes da reurbanização da favela homônima:

O pessoal que mora aqui, não tinha nada com isso. Pagam impostos altíssimos, muito altos, pra agora morar num lugar que eles estão do lado da favela. Aí você fala “ah, mas você tem um prédio bom e que eles vão...”. Tudo bem, se assim fosse, seria bárbaro! Vamos conviver! Só que o governo faz o quê? Constrói o predinho e enfia o indivíduo totalmente sem condições, ele não tem orientação nenhuma, e enfia o cara lá. Ele continua lidando como se ele estivesse na favela. Ele continua jogando o lixo dele pela janela, ele joga as coisas dele no vizinho, que uma vez quase acidentou uma criança, porque no prédio vizinho tem piscina, tinha criança e eles jogaram pedra, eles jogam tudo. Tudo o que tem eles jogam pela janela e aí cai no quintal do vizinho. Dependendo da velocidade que vem, você mata alguém. Agora, que governo irresponsável é esse? Você não pode simplesmente mudar o cara de lugar sem dar uma, sabe, pega lá um grupo de

assistente social, faz um planejamento, um projeto. Você não pode assumir lá, se não fizer o curso. Sei lá, alguma coisa nesse sentido. Orienta, educa. Faz esse pessoal se tornar uma gente melhor, não é? Aí você realmente fez um trabalho bom. Você fala: “Esse pessoal se tornou morador do bairro!”. Eles não estão acostumados. Eles moraram num barraco aí, de repente, mora num lugar onde tem banheiro, onde tem válvula hidro, onde tem um negócio, sabe? Eu fiz um curso de pós-graduação lá na USP, lá na ECA, em que tinha alguns projetos que estavam sendo feitos naquela época e que era justamente isso. A falta de estrutura que o governo dá pra quem muda de situação. A professora lá tava contando os casos. Eles vêm, eles têm mania, pra conseguir ganhar dinheiro ele consegue um lugar, uns dois quadrados ali, muito melhor do que ele já estava. Vamos tentar viver. Mas, não. Isso aqui custa uma fortuna, naquela época custava 8 mil reais. Ele vende aquele lugar lá para outro. Na hora que ele sai ele tira a privada, ele tira a torneira, ele arranca tudo! Tudo, tudo, tudo! Você não acredita! Mas foi constatado.

Assim, identifica-se que os elementos conjunturais de criação e regulamentação dos CONSEGs, favoreceram a apropriação do CONSEG Morumbi pelos altos estratos sociais, em detrimento das classes pobres presentes na região. O poder dados às autoridades policiais locais – na regulamentação dos CONSEGs – fruto das disputas políticas envolvendo a implementação de uma nova estratégia de segurança pós-ditadura, favoreceram, no espaço da área de atuação do CONSEG Morumbi, a articulação de estratos sociais identificados com a atuação policial, em especial, a atuação da polícia militar. Este processo, por si só, minou, no ambiente do Conselho, a equidade entre os sujeitos que constituem o espaço geográfico em questão. Isto porque inibiu a participação de sujeitos que, por diversos motivos, eram críticos à atuação policial e/ou não se sentiam seguros na presença das polícias. Junto com a equidade entre os sujeitos, minaram-se os ideais de pluralismo e democratização do Estado, presentes no projeto político atribuído, inicialmente, aos CONSEGs.

Logo, e não por acaso, ao se conformar na articulação entre as classes altas e as forças policiais, o CONSEG Morumbi passou a representar interesses privados na implementação das políticas locais de segurança. Estes interesses privados justificam-se através de um discurso que reforça a permanência da ideia de “classes perigosas” e a identifica com as classes pobres. Instaura-se, assim, o princípio suspeição como substância da atuação deste Conselho. Seus participantes atribuem, às instituições do Estado, o papel de vigilância, controle e disciplina sobre os sujeitos oriundos das classes pobres, entendidos por eles como “perigosos”. No próximo capítulo examino como estas atribuições são conferidas pelos

participantes do Conselho às instituições do Estado e respondidas pelos representantes destas durante as suas reuniões.

CAPÍTULO 3- Por dentro do CONSEG Morumbi

Este terceiro capítulo tem por base a observação participante de 18 reuniões do Conselho – realizadas entre setembro de 2012 e maio de 2014. Além das observações sistematicamente registradas em caderno de campo, utilizo como fonte de análise neste capítulo as atas de reunião obtidas através da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP)²⁰. Vez por outra recorro, ainda, à entrevista concedida pela presidente do CONSEG Morumbi e à legislação relacionada ao funcionamento dos Conselhos em geral. Sempre com o intuito de esclarecer algumas das questões propostas.

Na pesquisa de campo, o intuito foi identificar as representações de meus interlocutores a respeito do tema da segurança. Isto porque, como dito no primeiro capítulo, na área de atuação do CONSEG Morumbi, as estratégias de segurança mediam as relações entre os diversos grupos sociais presentes. Acredito que, entendendo as representações – conforme propõe Lefebvre (1983) – como a apreensão possível da realidade, portanto parcial mas, que guia as tomadas de decisão dos sujeitos em interação com esta, pode-se interpretar de maneira mais concreta as ações promovidas pelo Conselho.

As reuniões do CONSEG foram, assim, o lócus privilegiado desta observação construída como produto de um olhar direcionado à percepção do espaço organizado por este coletivo, atento aos símbolos e objetos eleitos como representativos de suas ações e das ideias construídas no interior do Conselho. Fez parte também desta observação, uma escuta atenta que procurou identificar e examinar as diferentes vozes presentes no coletivo. Assim, o método etnográfico foi apropriado como aquele que me conduziu da observação e da coleta de falas individuais à perspectiva sociológica, como propõe Claudia Fonseca (FONSECA, 1999). O olhar interpretativo e direcionado foi alimentado pela pesquisa bibliográfica e o estudo de documentos primários com a finalidade de reconstituir o objeto de análise em termos sociológicos, históricos e culturais. Este método me direcionou a dividir o capítulo em três partes.

Na primeira parte, descrevo a primeira reunião que acompanhei no CONSEG Morumbi, por entender que ela traz elementos emblemáticos que ajudam a ambientar a minha análise. Em seguida, a partir, principalmente, da análise quantitativa dos dados fornecidos pelas atas de reunião e dos registros de campo, procuro identificar um perfil geral do

20 A maior parte das atas de reunião do Conselho foi descartada pela Secretaria, deste modo, foram consultadas para realização deste trabalho as aos meses de janeiro a novembro de 2011 – as mais antigas arquivadas pela SSP-SP –, janeiro a novembro de 2012 e as de janeiro e fevereiro de 2013. Embora, a diretoria do CONSEG Morumbi tenha outras atas arquivadas, esta se esquivou de me dar acesso. Minha insistência se limitou a não causar maiores incômodos procurando, assim, não comprometer a realização das outras atividades relacionadas à pesquisa, como os trabalhos de campo.

Conselho.

Na segunda parte, a análise qualitativa procura dar significado ao espaço e às representações dos sujeitos que constituem o CONSEG Morumbi, a partir de sua ação, de seu próprio lócus e à luz do histórico de constituição deste Conselho analisado no capítulo anterior. Neste momento recorro, seletivamente, às observações de campo, aos registros de atas e, em alguns momentos, a entrevista concedida pela presidente do Conselho.

Na última parte deste capítulo, recorrendo também às observações de campo e aos registros em ata, analiso a formação Núcleo de Ação Local Peri-peri – subordinado ao CONSEG Morumbi – e as representações, a respeito do tema da segurança, expressas ao longo de seu desenvolvimento. Destaco este Núcleo por identificar, na sua formação, a manifestação de representações diferentes daquelas dominantes no ambiente do CONSEG Morumbi. No entanto, como será observado, a partir de sua institucionalização, há uma progressiva mudança nestas representações que acabam por alinhar as atividades desenvolvidas pelo Núcleo às representações sobre segurança dominantes no Conselho.

3.1. As Reuniões do CONSEG Morumbi

No dia 18 de setembro de 2012, me preparei para assistir pela primeira vez a reunião do CONSEG Morumbi, marcada para as 19:30 na Praça Roberto Gomes Pedroza, 124. Ao passar ao seu interior, o primeiro elemento que chamou a atenção foi a disposição dos lugares dos participantes do Conselho. Cerca de quarenta cadeiras enfileiradas, todas de frente para uma mesa central, onde se observavam cinco cadeiras. Esta disposição me deu noção da amplitude do Conselho e sugeriu a centralização, pela mesa diretora, da organização das discussões, decisões e encaminhamentos durante a reunião.

Atrás da mesa central, além da bandeira nacional e do CONSEG penduradas, estavam escritas informações e contatos. O primeiro contato era o do CONSEG Morumbi, através de sua página própria na internet (www.consegmorumbi.com.br) e seu telefone institucional, em seguida, um e-mail e dois telefones (um fixo e um celular) para quem tivesse interesse em palestras sobre segurança, abaixo mais dois números de telefone (um fixo e um celular) indicados como contatos de um sargento da polícia militar. Ao lado, a lista das autoridades que confirmaram presença na reunião, o subprefeito Luiz Felipe de Moraes Neto, um representante da Companhia de Engenharia de Tráfego, um tenente da polícia militar – comandante da 2ª Cia./16º BPM –, o delegado da polícia civil – responsável pela 34ª DP – e

um inspetor da Guarda Civil Metropolitana (GCM).

Na entrada fui cordialmente recebido pela, então, 1ª secretária do CONSEG, conduzido ao livro de presença e depois à mesa do café onde se dispunham, além do café propriamente dito, chás, sucos, refrigerantes e biscoitos em quantidade generosa. Devido às circunstâncias de acolhimento dos participantes, não tive oportunidade de me apresentar. A falta de integração com o grupo me obrigou à observação das paredes onde se destacavam fotos de atividades, provavelmente realizadas pelo Conselho, e certificados de participação em cursos e eventos – nem todos relacionados ao tema da segurança – em nome da atual presidente do CONSEG Morumbi.

Entre as diversas pessoas se destacavam, pelas vestimentas, policiais militares e agentes da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET). Todas conversavam em pequenos grupos sobre assuntos cotidianos, a reunião ainda não havia começado. Entre as conversas, identifiquei cidadãos realizando reclamações e solicitando providências às autoridades que chegavam. Entre estes, dois assuntos debatidos de maneira mais acalorada me chamavam a atenção, o primeiro foi a respeito de ações de “sem-terra”. Pude identificar, neste momento, uma fala do policial “tenho raiva disso, eu pago aluguel, o cara invade terra!”. O segundo assunto era entre a presidente do CONSEG e um representante da CET, onde a primeira comentava, em tom de indignação, que teria sido chamada para uma apresentação dirigida aos CONSEGs, onde “misturariam” membros do CONSEG Morumbi e de CONSEGs da zona leste. A presidente era veementemente contra, alegava existirem diferenças gritantes entre as necessidades de tais CONSEGs.

Em meio a estas e outras conversas ouviu-se o tilintar de um pequeno sino, eram 20 horas, a presidente considerava esgotada a tolerância para que todos chegassem e dava como iniciada a reunião com cerca de 25 participantes. Com a palavra, a presidente começou a reunião apresentando as autoridades presentes. Naquele momento o policial que conversava sobre a ação dos “sem-terra” foi identificado como o tenente responsável pelo comando da polícia militar na 2ª Cia./ 16ºBP e foi chamado a se juntar ao delegado de polícia civil da 34ª DP, ao representante da CET, ao inspetor da guarda civil metropolitana e ao subprefeito na mesa central da reunião.

A reunião prosseguiu com o esclarecimento de que, todo mês, o CONSEG homenageia uma equipe policial por uma ação de destaque. Naquele mês, no entanto, haveriam duas homenagens: a primeira programada pela diretoria do Conselho e a segunda a pedido de um morador. Foi feita assim, a homenagem a uma equipe da polícia militar que teria negociado a prisão de assaltantes. O destaque da ação foi o fato da prisão ter sido feita através do

convencimento, visto que ambos os lados envolvidos estavam armados e não houve troca de tiros. A outra homenagem, solicitada por um morador, foi dirigida a uma equipe, também de policiais militares, que encontraram diversos objetos que lhe teriam sido furtados e, então, devolvidos pela ação da polícia.

Os homenageados receberam certificados do CONSEG, um kit da Tirolez doado pelo Empório da Léa, uma mercearia do bairro Caxingui. Logo depois, realizaram uma sessão de fotos com as autoridades presentes. Quando lhes foi dada a palavra estes se resumiram a manifestar a satisfação individual e da corporação diante do reconhecimento da sociedade.

Em seguida, passou-se à apresentação do novo delegado de polícia da região que discorreu sobre seu perfil profissional e consequente novo direcionamento dado ao trabalho da polícia civil na região. O delegado então apresentou-se como ex-funcionário do DEIC – Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado – e, portanto, habituado a lidar com o crime organizado, passando a ser este o objetivo central do policiamento local. Já na sua atuação inicial teria mapeado cinco quadrilhas na região. O delegado também destacou o objetivo de uma maior aproximação com a comunidade, principalmente através de parcerias com as “empresas privadas de segurança que atuam na região”. Segundo ele, diversas empresas agem em edifícios comerciais e condomínios e possuem informações valiosas ao trabalho investigativo. Também destacou como exemplo de aproximação com a comunidade uma “atuação” na cracolândia onde, através da aproximação com frequentadores de centros assistenciais mantidos por igrejas da vizinhança, obteve muitas informações sobre o crime na região. Segundo ele, estes espaços de formação profissional e assistencialismo são também espaços de “formação de informantes”.

Após a fala do delegado, seguiu-se a exposição do representante da CET. Este iniciou com esclarecimentos sob o processo de reestruturação pela qual passava a instituição, agora sob responsabilidade de um novo coordenador. Entre as novas diretrizes estaria o fato de que as denúncias cabíveis à CET continuariam a ser feitas pelo telefone (1188) e, portanto, reforçava-se a necessidade de serem guardados os protocolos. Já as reivindicações sobre alterações no trânsito como novas placas, faixas de pedestres e semáforos deveriam ser protocoladas apenas pelos CONSEGs, devendo ser encaminhadas pela população a estes para que, em formulário específico, levem a conhecimento da coordenadoria que poderá acionar a CET. Segundo o representante do órgão “agora o relacionamento com a CET é via CONSEG em todos os lugares, todas as solicitações devem passar pelo crivo da presidência dos CONSEGs”. Neste momento alguns participantes sugerem que a CET reconheça fotos de terceiros para fins de fiscalização de infrações. A esta demanda foi respondido, pelo inspetor,

que se verificaria a legalidade deste tipo de procedimento.

Encerrada a fala do representante da CET, o delegado da polícia civil pede licença, pois teria uma diligência a ser feita a respeito de um caso de maus tratos de idosos. Assim, se retira da reunião protestando a respeito do excesso de trabalho e o pouco efetivo da 34ª DP e requerendo apoio dos órgãos assistenciais da subprefeitura para este tipo de caso.

Em seguida, a presidente do Conselho retorna as falas aos componentes da mesa, desta vez, ao tenente representante da polícia militar na 2ª Cia./ 16º BP e ao inspetor representante da guarda civil metropolitana. A sugestão da presidente é que se pronunciem sobre as ocorrências daquele mês na região de atuação do CONSEG Morumbi. O primeiro a falar é o tenente da polícia militar que está no comando da 2ª Cia./16º BP durante as férias do comandante titular. Este restringe sua fala ao dado otimista, comemorado pelos presentes, de que, desde que entrou em atuação na região há três semanas, não houve registro de nenhum roubo ou furto a residências.

Dando prosseguimento, a fala do inspetor da GCM foi no sentido de divulgar a casa de mediação de conflitos, mantida pela instituição, destinada à intervenção em todo tipo de conflito que não tenha envolvido violência, como problemas com barulho e desentendimento entre vizinhos. Destaca que a casa de mediação de conflitos trata questões onde é possível conciliação. Além disso, apresentou dados sobre as ações da GCM no combate aos comerciantes de materiais piratas.

O subprefeito, agora com a fala, identifica-se como “dupla personalidade” a primeira de autoridade, representante da subprefeitura, e a segunda de morador da região. Como representante da subprefeitura apontou ações, em parceria com a GCM, na contenção de estacionamentos irregulares e flanelinhas, principalmente, na região do estádio. Já como morador, apresentou a reclamação sobre o alto índice de furtos à residência na região do Instituto Previdência. Diante da reclamação, a presidente se pronuncia a respeito de ações do CONSEG na região. Esta relatou uma visita, junto com o delegado anterior da 34ª DP, ao bairro referido. Além disso, relatou a formação de um Núcleo de Ação Local (NAL), subordinado e articulado ao Conselho, formado na região do Jardim Peri-peri, Jardim das Vertentes, Rolinópolis e Jardim da Previdência, por isso, NAL Peri-peri. Segundo o relato, que contou com a complementação do responsável pela articulação do núcleo, a atuação passou por um primeiro momento de identificação de lideranças a partir de um movimento, o Butantã Urgente, e naquele momento estava se instituindo uma reunião mensal que produziria e encaminharia relatórios ao CONSEG Morumbi. A primeira reunião a ser realizada pelo NAL Peri-peri contaria com uma palestra de segurança da polícia militar para funcionários de

condomínios.

Neste momento, um morador participante do NAL Peri-peri toma a palavra e relata com satisfação a recente visita, à região do Instituto Previdência, do então comandante do policiamento da capital, o coronel Chaves. O morador também aponta a intenção do núcleo de fortalecer uma delegacia mais “participativa”, para que os cidadãos não deixem de registrar boletins de ocorrência em função da morosidade e, assim, a polícia não deixe de agir por falta de informação. O morador ainda ressaltava um trabalho dos moradores da área que, em função do Movimento Butantã Urgente, passou a criar laços diretos com as autoridades “sem querer passar por cima da autoridade da presidência do CONSEG”.

Após estes pequenos debates e esclarecimentos, em função das falas das autoridades presentes, a presidência do CONSEG abre as falas para os participantes com a seguinte deixa “alguém mais quer falar com a mesa?”.

Um morador toma a palavra para reivindicar um assunto já tratado, o fechamento dos estacionamentos irregulares. Os representantes da subprefeitura e da GCM explicam a necessidade de processos judiciais, o que traz morosidade no combate a estes estabelecimentos. O subprefeito conclui com um “liga para mim e a gente procura resolver da melhor forma”.

O responsável pelo NAL Peri-peri toma a palavra para falar sobre a demanda do núcleo por melhoras na iluminação na região que, por conta da falta de manutenção e da arborização, é precária. O subprefeito responde esclarecendo que já há um projeto de refazer a iluminação pública na região utilizando LEDs. No entanto, ainda nas palavras do subprefeito, “a prefeitura é um mastodonte, se não empurrar ela não anda” e, portanto, as manifestações e pressões são bem-vindas para acelerar processos como este.

Em seguida, uma moradora registra uma preocupação na região, entre o Jardim Monte Kemel e o Jardim Colombo, onde um movimento de “sem-terras” teria ocupado um terreno. Segundo a moradora, tratavam-se de dez a quinze pessoas, no entanto, estes haviam ameaçado ocupar o terreno das casas e, assim, os residentes estariam se revezando para vigiar a movimentação “dia e noite”. Segundo ela, os moradores já haviam inclusive registrado um boletim de ocorrência. O subprefeito, na tentativa de amenizar o estado de apreensão da senhora, interrompe dizendo que se tratava de uma área municipal destinada à implementação de um parque linear, por se tratar das margens de um córrego. Mais uma vez, o subprefeito conclui solicitando que a moradora ligue para ele para que ele possa fazer uma visita ao local. Uma outra moradora complementa a reclamação indicando que, na mesma área, há uma quadra abandonada onde, à noite, dormem dois mendigos. Segundo ela, alguns “fumam

droga” e os “sem-terra” poderiam ocupar esta quadra também. A moradora que iniciou a queixa sobre os “sem-terra” sugere que a prefeitura permita que os moradores murem a área junto ao fundo de suas casas, cada um cuidando da área próxima a sua residência, uma vez que a prefeitura deixa o terreno abandonado.

Neste momento, o tenente comandante da PM na região interrompe solicitando aos moradores que evitem o conflito pois:

Quem vai lá se apoderar, se apossar, invadir a nossa casa, porque onde eu moro aconteceu isso também. Podem estar armados, podem estar agindo de má-fé, pode ser amigo de ladrão, pode ser da pior espécie possível. Eu classifico gente boa e gente ruim, não tem meio termo.

Orienta os moradores para que acionem o 190 e completa:

Esta desculpa de tomar uma área porque 'o latifúndio do fundo do mundo, eu tiro terras', aqui em São Paulo não vai dar muito certo. Nós temos uma polícia ativa, uma guarda ativa, as subprefeituras que contam com um efetivo que estão trabalhando [...] eles podem tentar, mas existe um remédio fácil para isso que é a lei. O cumprimento total da lei. O movimento de 'sem-terra' em São Paulo não vai ter condição, não tem no centro, nos prédios. Lá também, o 'treme-treme' que era um prédio histórico acabou, veio abaixo. Pode ir lá hoje. Então vocês como moradores não travem este combate, porque eles não têm nada a perder. Vocês têm filhos, netos, moradia própria, pagam IPTU. [...] Eu não concordo, não concordo porque eu pago aluguel alto e não entro em sistema de casa própria porque eu teria que ganhar um salário mínimo para ter minha casa própria.

Os moradores reagiram ao tom inflamado do discurso do tenente com entusiasmo e, uma das moradoras que reclamava sobre a ação dos “sem-terra”, congratulou a polícia por não ter abandonado os moradores como a prefeitura. O representante da PM, encerra a questão mudando de assunto e parabenizando o NAL Peri-peri pela capacidade de mobilização e, principalmente, porque nunca havia visto um comandante-geral da PM, como o coronel Chaves, visitar uma comunidade como feito no Instituto Previdência.

Assim, toma a palavra uma moradora do Jardim Everest que parabeniza a ação da PM contra as travestis que se prostituem na Avenida Lineu de Paula Machado e sugere que a sociedade deve saber que a “polícia atua em todos os setores que a sociedade precisa”. O tenente da polícia militar afirma que a meta é que nenhum travesti faça mais ponto no local.

Neste momento, outro presente se manifesta dizendo que não pode ser só a polícia a

apoiar a sociedade. Então, relata que já “saiu na mão” com um morador de rua e não vê atitude de conselho tutelar e assistência social em relação a “meninos e moradores de rua”. Segundo este morador, a prefeitura constrói uma praça, a polícia faz a segurança e aí fica agradável para o sujeito ir lá e deitar na praça ou montar seu barraco. Além disso, não se pode fazer nada pois tem o “pessoal dos direitos humanos”. Relatou ainda ter tentado tirar um “morador de rua” da frente de sua casa e este quis fazer um boletim de ocorrência contra o morador. Em outra ocasião, disse ter levado o “morador de rua” ao Poupatempo, retirado seus documentos, pago pela passagem para que ele voltasse para a cidade de origem mas, na semana seguinte, ele estava na rua de novo e ninguém fez nada.

Um outro participante interrompe e pondera que o centro estava tomado pelos “nóias”, a GCM ofereceu acolhimento, apenas uns dez aceitaram. Segundo o orador, só então a GCM foi e tirou os “nóias” do largo São Francisco porque não teve jeito. Mas, segundo ele, logo o Padre Lancellotti, o “capitão caverna”, organizou as ONGs e captou dinheiro no exterior para trazer os “nóias” de volta. A GCM foi condenada em 20 milhões de reais e o estado em 40 milhões de reais por estarem mexendo com os “nóias”. O morador que iniciou a reclamação sobre “moradores de rua” sugere um movimento de pegar os “nóias” e levar para a frente da casa “deles”, os ativistas dos Direitos Humanos. O tenente da polícia militar complementa, em tom de indignação, “agora eles têm uma liminar e eu não posso apontar uma arma e falar 'levanta a mão!'”.

Um último morador retoma um tom razoável de conversa questionando a subprefeitura a respeito da fiscalização das calçadas ao que o subprefeito responde dizendo tomar providências na fiscalização e solicitar projetos para calçadas dos órgãos públicos.

Enquanto a conversa sobre moradores de rua tomava lugar em diversas conversas paralelas, a presidente do CONSEG dava por encerrada a reunião. Neste momento, diversos participantes passaram a trocar cumprimentos e se enfileiravam para cumprimentar as autoridades e trocar contatos pessoais. Me dirigi à presidente do CONSEG que me cumprimentou de maneira calorosa e me apresentei como integrante de um núcleo de pesquisas da Universidade de São Paulo e disse-lhe que estava fazendo uma pesquisa sobre CONSEGS. O tom de receptividade esfriou. Pudera, ao longo de minha primeira visita ao CONSEG Morumbi ouvira diversas críticas aos “intelectualóides” e ao “pessoal dos direitos humanos”, por certo, nas representações dos membros do CONSEG Morumbi, as duas coisas estavam intimamente ligadas e carregavam uma valoração negativa pois, por vezes, se colocavam em defesa dos “outros”, entendidos por parte dos participantes do Conselho como propagadores de insegurança.

O que está ausente nestas representações não é apenas o fato de que nem todo trabalho intelectual tem um comprometimento com os direitos humanos mas, a compreensão de que pesquisas acadêmicas estão inscritas em metodologias que, embora sempre parciais, não podem prescindir de objetividade. Esta foi a maneira como o dilema do “de que lado você está?”, apontado por Galdeano como inerente a pesquisas etnográficas na área de segurança, se apresentou para mim, naquele momento, e em decorrência do qual impedido de ter acesso aos diversos documentos arquivados pela diretoria do CONSEG Morumbi (GALDEANO, 2009: 17-25).

Esta primeira reunião do CONSEG Morumbi dá o tom de todas as outras que serão citadas conforme guardarem fatos relevantes para a análise que proponho. Assim, ao passar ao seu interior, o primeiro elemento que chamou a atenção foi a organização do espaço da sede do CONSEG Morumbi. As cadeiras enfileiradas em direção à mesa central – onde sentam-se os membros natos, a presidente e representantes de órgãos ligados à prefeitura – somadas às fotografias e certificados que ocupam o espaço das paredes, como dito anteriormente, sugeriram a centralização, pela diretoria do Conselho, da organização das discussões, decisões e encaminhamentos durante a reunião.

Durante o período em que realizei a pesquisa, vigorava, como Regulamentação dos CONSEGs, a Resolução número 47 da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, de 18 de março de 1999. Em sua Seção IV, a Regulamentação estabelece, como estrutura mínima de constituição dos CONSEGs, o preenchimento dos seguintes cargos da diretoria: membros natos; presidente; vice-presidente; 1º secretário; 2º secretário; e diretor social e de assuntos comunitários. Sendo os membros natos “o Delegado de Polícia Titular do Distrito Policial que circunscreve a área do CONSEG” e o “o Comandante [da polícia militar] da Companhia que circunscreve a área do CONSEG”.

Além da composição da diretoria dos CONSEGs, são considerados membros efetivos dos conselhos, segundo a seção VII da mesma Resolução, aquele que: se voluntarie; tenha idade mínima de 18 anos; resida, trabalhe ou estude na área de circunscrição do CONSEG, ou em circunscrição vizinha, que ainda não possua CONSEG organizado; não possua antecedentes criminais, dispensando-se tal exigência, excepcionalmente, mediante justificativa fundamentada do presidente, parecer favorável dos membros natos e homologação pelo coordenador; seja representante de organizações que atuem na área do CONSEG; seja membro da comunidade, ainda que não representante de organização prevista no inciso anterior, desde que formalmente convidado pela Diretoria do CONSEG; tenha conduta ilibada, no conceito da comunidade que integra; e firme compromisso de fiel

observância às normas reguladoras dos CONSEGs. O membro efetivo que visita outro CONSEG, e ali participa de reunião, é chamado, segundo a regulamentação dos CONSEGs, de membro visitante. Além disso, segundo a mesma Regulamentação, toda pessoa idônea, presente à reunião de CONSEG do qual não seja membro nato, efetivo ou visitante, é considerada membro participante.

Fica necessário destacar que, segundo a referida regulamentação, para concorrer a quaisquer cargos da diretoria do CONSEG é necessário ser membro efetivo e possuir, pelo menos, 21 anos.

Embora, obviamente, o regulamento dos CONSEGs determinasse certa diferenciação na participação dos diferentes membros, de acordo com as atribuições de seu cargo no Conselho ou função desempenhada em órgãos do Estado, não havia nenhuma indicação de que os participantes devessem respeitar hierarquias nas tomadas de decisão ou outros tipos de intervenção no interior dos CONSEGs. Ao contrário, na Seção V, que estabelecia as competências de cada membro do CONSEG, havia a determinação de que as diretrizes, normas e procedimentos visando à homogeneização de ações em prol da segurança pública, com base em dados estatísticos elaborados a partir das ocorrências policiais, deveriam ser elaboradas em *comum acordo* entre os membros natos, a presidência e os demais membros do CONSEG.

A organização do espaço do CONSEG Morumbi, no entanto, sugere a centralização das decisões e encaminhamentos na sua diretoria. Essa característica encontra ecos na organização das atas de reuniões, redigidas e encaminhadas à Coordenadoria dos CONSEGs. Para aprofundar a reflexão, sobre a dinâmica das reuniões, analisarei, então, os dados fornecidos pelas suas atas, registradas entre janeiro de 2011 e fevereiro de 2013, buscando traçar um perfil mais geral do CONSEG Morumbi.

O CONSEG Morumbi segue rigorosamente o modelo de atas sugerido pela Coordenadoria, assim, a estrutura geral das atas consultadas apresenta os seguintes tópicos: data; horário de início; local; membros da diretoria presentes; autoridades presentes; assuntos tratados; solicitações à Coordenadoria dos CONSEGs; campanhas em andamento; quantidade de pessoas presentes; local da próxima reunião; horário de encerramento; e assinaturas²¹.

O campo “assuntos tratados” se estrutura a partir das falas dos membros da diretoria e das autoridades presentes. As falas registradas em ata possuem caráter quase que meramente informativo, apresentando dados sobre as estratégias de segurança adotadas pelas autoridades

21 A sugestão de modelo de atas de reunião é dada pela Coordenadoria dos CONSEGs na *Coletânea de Legislações, Normas e Modelos a Respeito dos CONSEGs*. p.11. Disponível em: <<http://www.conseg.sp.gov.br/DownloadMidia.ashx?ID=122>>. Último acesso em: 03/12/2013.

da região e respondendo a questões de esclarecimento levantadas pelos participantes em geral. Como observado durante os trabalhos de campo, a avaliação e a elaboração de estratégias de segurança a partir da consulta dos participantes da reunião, na maioria dos casos, não ultrapassa o levantamento de demandas por intervenções pontuais. Uma exceção parece ter sido a relação inicial estabelecida pelos membros do Núcleo de Ação Local Peri-peri (NAL Peri-peri), como será analisado adiante.

Em face desta centralização da organização das discussões, decisões e encaminhamentos, a participação da sociedade civil no âmbito do CONSEG Morumbi adquire ares personalistas. Como dito, os diversos certificados de participação emoldurados – nem todos relacionados com o CONSEG ou com o tema da segurança – todos em nome da atual presidente, aos quais se somam fotografias de ações e mobilizações organizadas pelo CONSEG, nas quais a presidente ocupa posição central, são indícios desta característica. Corrobora com esta hipótese a centralização da presidente do Conselho no debate com as autoridades públicas presentes nas reuniões.

Nas 24 atas consultadas, pude contabilizar a ausência da presidente em 3 reuniões, enquanto, nas 18 reuniões que acompanhei não houve uma em que ela não se fizesse presente. Apenas na reunião do dia 15 de janeiro de 2013, em virtude de uma cirurgia que realizaria no dia seguinte, a presidente do Conselho se retirou mais cedo, deixando a reunião a cargo do vice-presidente. No entanto, esta pequena ausência foi reveladora. Embora a reunião tenha transcorrido normalmente, diversas demandas foram deixadas para ser apresentadas na presença da presidente. Além disso, no decorrer da apresentação do representante da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), onde este discorria sobre a fase de transição em que se encontrava a Companhia – em função da mudança na gestão municipal –, o vice-presidente do Conselho interrompeu evocando o nome da presidente em tom de ameaça, procurando pressionar o representante do órgão a realizar tarefas requeridas pelo Conselho. Curiosamente, este episódio aparece registrado em ata da seguinte maneira:

Sr. J. [representante da CET] diz que a CET está em nova fase de transição, mas nossa área ele acredita que não. Diz que as demandas têm sido avaliadas com bastante cautela, porque o que a pessoa acha que é bom para a comunidade, nem sempre é o certo. Sr. L. [vice-presidente do CONSEG Morumbi] cobra do sr. J. as onze demandas levadas por ele em novembro de 2012 a serem entregues na CET para serem analisadas aos setores que é de competência. Sr. J. diz que, com relação às solicitações, ele não tem nenhuma resposta. Sr. L. diz que Sr^a, J. [presidente do CONSEG Morumbi] não ficará nada contente com esta posição.

O papel central ocupado pela presidente do Conselho na organização das reuniões, bem como a maneira personalista com que os outros membros e participantes se relacionam com ela, têm reflexos nas eleições da diretoria do CONSEG Morumbi. Como revela a entrevista concedida pela presidente do Conselho:

Uma boa parte da diretoria [do CONSEG] era de empresários, então, o tempo que eles tinham era limitado aí, “você não pode cuidar das coisas para a gente?”, eu digo “ah, posso.” e comecei a cuidar e nunca mais saí porque “ah, fica você, você já está acostumada”. Sabe, aquele tipo de coisa assim que vê que você se identificou, que vê que você tem aquele comprometimento com a causa, aí acabei ficando. A maioria eu sempre fui presidente, no começo, como tinha um pessoal mais envolvido, eu fui da tesouraria, eu fui vice-presidente, fui da parte de assuntos comunitários mas, na maior parte das vezes eu acabei ficando na presidência. Porque você não encontra pessoas para trabalhar, esse que é o grande problema, porque é todo mundo voluntário, então, o que você consegue?

O personalismo é claro na fala da colaboradora. O critério para a ascensão ao cargo de presidente do Conselho não é sua representatividade, é um critério pessoal, individual, de indicação, baseado na identificação e no potencial para execução das tarefas. Encara-se, no plano das representações, as atribuições de presidente do Conselho como atribuições meramente técnicas e não políticas. De fato, embora não tenha acompanhado nenhum processo eleitoral para a diretoria do CONSEG Morumbi, na ata de reunião de 17 de maio de 2011, encontra-se uma breve informação:

Sr^a J. [presidente do CONSEG Morumbi] dá início à reunião, lendo a ata do mês anterior. Explica aos presentes sobre a eleição da nova diretoria. Como só foi apresentada uma única chapa, a mesma foi eleita por aclamação. Sr^a J. lê a lista dos participantes da nova diretoria.

Para além da centralização das atividades do CONSEG Morumbi, entre os membros da diretoria e com destaque para a sua presidente, as “solicitações à Coordenadoria dos CONSEGs” inexistem nas atas de reunião do Conselho do Morumbi. Este campo invariavelmente aparece em branco ou foi excluído nas atas consultadas. Esse dado reforça a ideia de autonomia do Conselho em relação à Coordenadoria e, por conseguinte, à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, indicando que a maioria das questões tratadas são resolvidas no âmbito do próprio Conselho que não requer acompanhamento da Coordenadoria. Isso indica o grau de fortalecimento das autoridades locais o que, como

discutido no capítulo anterior, compromete o perfil geral dos CONSEGs e a possibilidade de uma política estrutural ancorada nestes, no sentido do idealizado de política de Estado.

Durante as reuniões acompanhadas, não tive notícia da presença de nenhum representante da Coordenadoria dos CONSEGs. Entre as atas de reunião consultadas, apenas a de 20 de setembro de 2011 registra a presença do então novo coordenador dos CONSEGs. Segundo o registro, o coordenador se apresenta dizendo que aquela era a primeira reunião de que participava na sua nova função e que, de saída, tinha a tarefa de identificar o porque de, entre os 800 CONSEGs existentes no estado de São Paulo, metade estar em inatividade. Embora a fala registrada em ata manifeste a importância do CONSEG Morumbi e a sua consolidação institucional, ela se restringe a isto, não havendo nenhuma outra intervenção da Coordenadoria dos CONSEGs registrada.

Do outro lado desta centralização das atividades do Conselho pela sua diretoria estão os 25 participantes em média²² – entre membros efetivos, visitantes e participantes, propriamente ditos, nos termos da regulamentação. Estes participantes, de maneira geral, identificam-se com as propostas e encaminhamentos dados pela diretoria do CONSEG, uma vez que eles representam as necessidades e demandas de seu mesmo grupo social. Na observação das reuniões é muito difícil precisar a origem dos participantes, no entanto, as atas de reunião, na maioria dos registros de participação, revelam esta informação. Elaborei o gráfico a seguir com a relação do número de participantes por bairro, identificado nas atas de reunião do CONSEG Morumbi:

22 Esta média foi extraída do número de pessoas presentes registrado em todas as 24 atas de reunião consultadas.

Gráfico 2: Residência dos Participantes do CONSEG Morumbi

Elaboração própria a partir dos dados registrados nas atas de reunião, entre os meses de janeiro de 2011 a fevereiro de 2013.

Ainda que o universo contabilizado seja pequeno e, apesar do fato de, pouco mais da metade dos participantes (162) não terem o local de residência identificado, os dados expressos no Gráfico 2 são reveladores. No mínimo, é possível presumir que os participantes residentes em áreas nobres ou de perfil médio têm maior proximidade com o CONSEG Morumbi e suas demandas são consideradas relevantes a ponto de serem registradas de maneira mais detalhada do que as dos moradores de áreas mais pobres.

A identificação do perfil dos participantes do Conselho, a partir do local de residência, se torna ainda mais intrigante quando observados, mais atentamente, os poucos registros de participação de moradores de áreas onde estão localizadas as comunidades pobres. Assim, percebi que, nestes registros, invariavelmente, apareciam, no lugar do nome dos bairros, os nomes das ruas de onde procediam estes participantes. Desta forma, onde no gráfico identifiquei como Jardim Colombo, nas atas de reunião estão registradas as ruas Santo Américo, Alfredo Lazzerini, Frei Bonifácio Dux e Cristiano de Sousa. Da mesma maneira, onde se lê Paraisópolis, estão registradas a Praça Sereia Ambuba e as ruas João Avelino Pinho Mellão e Dr. Francisco Tomás de Carvalho. Observei, também, registros de participação de moradores da Avenida Giovanni Gronchi, localizada entre estas duas comunidades. Onde, no gráfico identifiquei como Jardim Panorama, na ata está registrada a rua Pacobá.

Estas informações soariam irrelevantes se não conhecesse bem a área de atuação do CONSEG Morumbi. Todas estas são ruas e praças que possuem um perfil de habitações médio e alto e circundam as diferentes comunidades pobres como as favelas do Jardim Colombo, Paraisópolis e Jardim Panorama. Este nível de detalhamento do registro da participação dos moradores destas áreas, denota um objetivo de distinção social, ou seja, procura deixar evidente que estes participantes não provêm destas comunidades pobres. Isto fica claro quando, ao localizar uma demanda por patrulhamento ostensivo na rua Clementine Brenne – que atravessa a favela do Jardim Colombo –, na ata do dia 21 de junho de 2011, a localidade é especificada como “muro do colégio Porto Seguro”, ou quando, na ata de reunião do dia 19 de fevereiro de 2013, um morador do Real Parque aparece como “vizinho de conjunto habitacional”.

Para não pecar pela omissão, torna-se necessário relatar que, ao longo das reuniões acompanhadas e nas atas consultadas, identifiquei a participação de apenas um residente das comunidades mais pobres da área de atuação do CONSEG Morumbi. Trata-se de um representante de uma associação de moradores do Jardim Jaqueline. Suas intervenções trazem especificidades que devem ser observadas. Na ata da reunião do dia 17 de maio de 2011, a intervenção deste participante aparece descrita da seguinte maneira:

Sr. A., morador da Comunidade do Jaqueline, fala sobre o Projeto PREVINE, que dão [sic] orientações sobre o trabalho da brigada de incêndio, onde os moradores da comunidade recebem informações importantes de como combater incêndios dentro da comunidade, onde é bastante comum ocorrer – ele mesmo na semana passada teve uma ocorrência e por ter feito o curso como PREVINE soube como combater um incêndio que estava se iniciando na fiação exposta (gato), o fogo foi contido, ele ligou para a polícia e fez elogios a PM e que foi muito bem atendido e orientado a ligar para os bombeiros, que disseram a ele que fez um bom trabalho e que não seria mais necessário o deslocamento de uma viatura do corpo de bombeiros.

A presença deste participante do CONSEG é esporádica, assim, há um outro registro de sua participação na ata de 21 de agosto de 2012, onde está registrada sua reclamação a respeito do aumento dos assaltos na sua região e sua solicitação por mais segurança e iluminação. Além destes registros, pude conhecê-lo na reunião do dia 13 de março de 2013. Na ocasião, percebi certo constrangimento dos outros participantes na sua presença, principalmente, certo comedimento nos momentos em que se referiam às comunidades pobres.

Embora demonstrasse estar bastante envolvido e comprometido com as demandas de sua comunidade, o representante do Jardim Jaqueline apresentava certa dificuldade em se posicionar nos termos instituídos pelo espaço do CONSEG Morumbi. Estabeleciam-se, assim, algumas barreiras simbólicas à sua participação na reunião. Único homem negro, vestido de maneira modesta, diante dos demais participantes em trajes sociais, o morador do Jardim Jaqueline se recusou a ir até a frente, posição que o deixaria ainda mais desconfortável. Falou do lugar onde estava, ao fundo da sala.

A maneira com que se expressava oralmente, gerou certa impaciência nos demais participantes que pareciam compreender como impertinentes não apenas sua maneira de falar, mas o conteúdo de sua fala. Neste momento, é necessário compreender que a “norma-padrão” da língua portuguesa – ou seja, o conjunto de regras que definem o “falar bem” e o “escrever certo” – é um produto sociocultural, resultado de conflitos de interesses e hierarquizações políticas e sociais que legitimam o modo de falar das elites urbanas letradas em detrimento de outras variedades linguísticas, ligadas às classes populares. Assim, o estabelecimento de uma variedade linguística como padrão e as reações simbólicas a partir daí, em relação às outras variedades, por si só constituem estratégia de discriminação ancorada no que Marcos Bagno define como preconceito linguístico (BAGNO, 2007).

Mais uma vez ele trazia uma demanda a respeito dos incêndios mas, agora, apontava as limitações da brigada de moradores treinada pelo Projeto PREVINE e exigia o apoio das autoridades competentes, ironizando a premiação dos policiais militares pelo CONSEG com a seguinte fala “já combati quatro incêndios na comunidade e não recebi nem sequer um prêmio”. Nesta ocasião, trocamos contatos pessoais pois eu presumia que sua perspectiva a respeito da atuação do CONSEG poderia me ajudar a interpretar aquele espaço. No entanto, todas as vezes que fiz contato, o morador do Jardim Jaqueline, que trabalhava como pintor, se disse bastante atarefado e se esquivou de encontrar-me fora do espaço das reuniões. Mais uma vez, o dilema do “de que lado você está?” frustrava o andamento de meu trabalho de campo.

A demanda por estratégias e, mais do que isso, políticas de combate a incêndios recorrentes em comunidades vulneráveis, joga luz sobre as diferentes concepções de segurança ligadas aos diversos grupos sociais. Demonstra-se, assim, o nível de complexidade que o tema poderia assumir em um ambiente heterogêneo em sua composição social. Mas, como observado, no CONSEG Morumbi, alguns grupos sociais, especificamente os estratos mais altos, possuem maior representação. Desta maneira, as demandas como a supracitada, ligadas à garantia dos direitos sociais, são suplantadas dando lugar a demandas de outro caráter.

Através da observação e dos registros nas atas de reunião do CONSEG Morumbi, pude mapear as diferentes solicitações feitas pelos participantes de maneira geral. No gráfico a seguir, pode-se observar o número de solicitações registradas nas atas de reunião por órgão público a quem eram direcionadas:

Gráfico 3: Número de Solicitações do CONSEG Morumbi por Órgãos Públicos

Elaboração própria a partir dos dados registrados nas atas de reunião, entre os meses de janeiro de 2011 a fevereiro de 2013.

No Gráfico 3, é possível observar a proeminência do número de solicitações feitas pelos participantes do Conselho à subprefeitura e à polícia militar. Cabe destacar que, com relação às solicitações feitas à Subprefeitura, a maior parte está relacionada à manutenção e controle dos espaços públicos através de fiscalização. Assim, são objetos destas solicitações além das praças, calçadas e terrenos, as festas nas áreas de favela e a utilização de imóveis residenciais para outros fins, principalmente em dias de eventos na região. Já no que diz respeito às solicitações feitas à polícia militar, o destaque é quase absoluto para a demanda por policiamento ostensivo em determinadas áreas, em geral, a área de residência do solicitante.

Portanto, o vulto adquirido pelo número de solicitações feitas à subprefeitura e à polícia militar é coerente com as representações de segurança próprias do grupo social de maior expressão no CONSEG Morumbi. Nestas representações, a proteção ao patrimônio tem lugar de destaque. Sua garantia, via controle dos espaços públicos e policiamento ostensivo,

está ancorada no pressuposto da suspeição generalizada – conforme apresentei no capítulo anterior. Por isso, o papel atribuído ao trabalho investigativo da polícia civil adquire menor importância pois, nestas representações, a polícia civil “só trabalha a partir do fato ocorrido”, como dito pela presidente do CONSEG Morumbi.

Um último elemento a ser destacado, a respeito do perfil do CONSEG Morumbi, são as ligações institucionais de seus participantes. Como destacado várias vezes na entrevista da presidente do Conselho, entre seus fundadores e articuladores estavam diversos empresários. No entanto, encontrei muita dificuldade em identificá-los, uma vez que raramente se pronunciam em nome das corporações que representam. No entanto, consegui mapear algumas destas ligações e pude observar que, a maioria dos que participam das reuniões, o fazem por iniciativa individual. Em seguida, compõem o CONSEG diversos representantes de Associações de Moradores. Representantes do setor empresarial, identifiquei apenas membros da Associação Comercial e representantes do Colégio Santo Américo, da Biópolis – empresa de combate a pragas urbanas –, do Empório da Léa, do Hospital Albert Einstein, do Habib's, da Escola Aconchego e da Paróquia da São Pedro e São Paulo. Na maioria das vezes, estes representantes vêm requerer maior presença da polícia militar nas imediações de suas entidades.

3.2. As ações do CONSEG Morumbi

A ânsia por distinção social – consequência de um espaço, devido a seu histórico, hegemonicamente constituído pelos representantes das camadas sociais médias e altas – reveladora de uma representação específica de segurança, se manifesta das mais variadas formas no ambiente do CONSEG Morumbi. Esta ânsia encontra eco, inclusive, nas falas das autoridades públicas que participam das reuniões do Conselho.

Assim, os participantes do CONSEG Morumbi buscam distinguir, geograficamente, o que pode ou não ser confundido com o “nobre” Morumbi. Como sinalizado no primeiro capítulo deste trabalho, pude observar o debate sobre este tema nas diversas reuniões que acompanhei. A despeito da área de atuação do Conselho abranger toda a área circunscrita pelo 16º Batalhão da 2ª Cia. da Polícia Militar, abrigando muito além do Morumbi histórico – que dá nome ao Conselho – vez por outra o questionamento a respeito da área de atuação toma lugar nas reuniões. Como registrado na ata de reunião de novembro de 2011, onde a presidente de uma Associação de Moradores pergunta sobre o perímetro que abrange o bairro

Morumbi “porque quando acontece uma ocorrência a mídia fala que foi no Morumbi e muitas vezes é em um bairro completamente diferente”. A presidente do CONSEG, conforme registrado em ata, explica que:

São vários bairros que são citados como pertencendo ao Morumbi e que isso iniciou com as propagandas das imobiliárias que, buscando maiores vendas, informavam que os bairros vizinhos pertenciam ao Morumbi e na verdade não pertencem ao distrito Morumbi.

Provavelmente, por este motivo, em uma ata anterior, de 18 de janeiro de 2011, se discutia a possibilidade da criação de uma nova subprefeitura, a subprefeitura do Morumbi.

Essa ânsia dos participantes do CONSEG Morumbi por distinção social, extrapola a área de atuação do Conselho, é em nome dela que a presidente do Conselho resiste a uma reunião com a CET em conjunto com outros conselhos da zona leste da cidade, como observado na reunião, de 11 de setembro de 2012, descrita na primeira parte deste capítulo²³. Esta necessidade de distinção é coerente com uma representação de segurança que, valorizando a defesa do patrimônio em detrimento de outros direitos, se ancora no trabalho “preventivo” do policiamento ostensivo, baseado no pressuposto da suspeição generalizada e, portanto, na identificação das classes perigosas, ou seja, dos supostos agentes de insegurança, os “suspeitos” de quem os participantes do Conselho insistem em se diferenciar.

Ao longo da primeira visita, descrita na primeira parte deste capítulo, pode-se identificar diversos “suspeitos”: os moradores do Jardim Colombo que ocuparam um terreno nas imediações da área onde seria construído um condomínio de luxo – o condomínio Paulistano – chamados de “sem-terra” pelos participantes do Conselho; as travestis, que trabalham na prostituição nas imediações do Jardim Everest, cuja ação é alvo de repressão pela polícia militar; os moradores de rua, que são alvo de estratégias de disciplina que incluem a violência física; ou os “nóias” do centro do município, contra os quais, no contexto da reunião descrita, a polícia militar está impedida de apontar as armas.

Significante, neste sentido de distinção social, é o valor desigual que os participantes do Conselho atribuem aos diversos direitos, entre eles o direito fundamental à vida, de acordo com a origem social de seus sujeitos. Esta atribuição de valor desigual, que já estava expressa na narrativa de constituição do CONSEG pronunciada pela sua presidente e analisada no segundo capítulo deste trabalho, está presente nas falas das autoridades públicas que participam das reuniões do Conselho. Em diversas reuniões observadas, o crime de homicídio

23 A reunião com a CET ocorreu de fato, no dia 19 de outubro de 2012.

é relativizado conforme a origem social ou passado criminal da vítima.

Na reunião do dia 18 de junho de 2013, ao citar os índices de criminalidade na região, o delegado da polícia civil aponta para uma média de um homicídio por mês e acrescenta que, quase sempre, se tratam de criminosos ou suspeitos. O delegado deu o exemplo da última vítima, a suposta “mulher do traficante cujo vulgo é 'cangaço’”, segundo ele, assassinada pelo marido. Citou também o caso do mês anterior onde a vítima era um “ladrão de mercado” e concluiu com uma pérola “entra como homicídio, mas era bandido”.

Essa atribuição de valor desigual aos crimes violentos de acordo com a origem social das vítimas se expressa também nas formas como são tratadas as ocorrências da região pelos meios de comunicação. Em matéria do dia 9 de fevereiro de 2014, para a qual contribuíram diversos participantes do CONSEG Morumbi – dentre eles, um erroneamente identificado como presidente –, o jornal O Estado de São Paulo publicou um mapa da violência na região, referente aos meses de janeiro a outubro de 2013 (DIAS, 2014)²⁴. Embora os dados da Secretaria de Segurança Pública registrem 12 homicídios na região da 34ª DP, no período de janeiro a outubro de 2013, o mapa publicado pelo jornal só identifica um, não por acaso, em uma área nobre, fora da área de atuação do CONSEG Morumbi (Figura 12)²⁵.

24 Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,mapa-revela-20-pontos-violentos-no-morumbi-imp-,1128265>>. Último acesso em: 25/06/2015.

25 Os dados da Secretaria de Segurança Pública estão disponíveis em: <<http://www.ssp.sp.gov.br/novaestatistica/Pesquisa.aspx?ano=2013&r=1&m=565&d=1074>>. Último acesso em: 25/06/2015.

Figura 12: Mapa Revela 20 Pontos Violentos no Morumbi

DIAS, Guilherme Soares. Mapa Revela 20 Pontos Violentos no Morumbi. In: O Estado de São Paulo. São paulo, 09 de fev. de 2014.

Partindo das representações de seus participantes a respeito do tema da segurança, estabelecendo socialmente o perfil dos “suspeitos”, as ações do CONSEG Morumbi assumem o objetivo de controlar e disciplinar estes sujeitos. Para tanto, o Conselho frequentemente requer o auxílio, em especial, da fiscalização da subprefeitura e do patrulhamento ostensivo da polícia militar, como analisado na primeira parte deste capítulo. Assim é que identifiquei, registrada nas atas, uma primeira solicitação de intervenção que adquire certa proporção. Esta solicitação é feita, no dia 21 de junho de 2011, por uma moradora da rua Frei Bonifácio Dux, imediações da favela do Jardim Colombo. A moradora pede patrulhamento em uma das

poucas áreas de lazer da região, um complexo com três campos de futebol, popularmente chamado “Campo do Rebouças”. Segundo a solicitante, conforme registrado em ata:

[os] frequentadores do Campo do Rebouças, estão mal intencionados, como eles ficam o dia todo neste campo sem fazer nada, eles ameaçam os moradores dizendo que eles sabem a rotina da casa de todos, ou seja, eles são desaforados.

O “Campo do Rebouças”, na verdade, é o Clube da Comunidade Francisco Prestes Maia (CDC Prestes Maia). Os CDCs são, segundo a prefeitura:

unidades esportivas em terrenos municipais, mas a administração é indireta. A gestão do espaço é feita por entidades da comunidade local com reconhecida vocação no trabalho esportivo, legalmente constituídos em forma de associação comunitária ou e eleitos pela própria população do bairro. A Secretaria de Esportes coordena o processo de eleição das entidades que farão esta gestão, fiscaliza o uso, implementa políticas públicas e insere atividades no calendário destes espaços, além de realizar reformas e intervenções na estrutura física quando necessário.²⁶

Na ocasião em que a participante do CONSEG solicitou policiamento no “Campo do Rebouças”, o CDC era administrado, em parceria, pelo Instituto Rugby para Todos e o Clube Pequeninos do Jockey²⁷. A ata do dia 16 de agosto de 2011 registra o comparecimento de representantes do referido “Campo do Rebouças”. Seus representantes explicam parte das atividades que são desenvolvidas em seu ambiente e esclarecem ainda o trabalho intenso de manutenção da área. A ata registra novas reclamações de moradores das proximidades do campo, principalmente, com relação à sujeira em volta do campo que os representantes dizem desconhecer.

O caráter comunitário dos CDCs e da atuação das duas entidades esclarecem o perfil da maioria dos frequentadores do “Campo do Rebouças”: crianças e jovens oriundos das comunidades pobres da região, em particular, das favelas Paraisópolis e Jardim Colombo. Seus representantes, trazidos à reunião do CONSEG Morumbi, provavelmente, não se identificaram com o tom geral da reunião. Pressionados pela presidente do Conselho a, em uma próxima reunião, informarem com um maior detalhamento os responsáveis pela administração do CDC e as atividades desenvolvidas, os representantes do “Campo do

26 Consultar: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/esportes/cdcs/>>. Último acesso em: 15/06/2015.

27 Sobre o Instituto Rugby Para Todos, consultar: <<http://www.rugbyparatodos.org.br/>>. Último acesso em: 28/06/2015. Sobre o Clube Pequeninos do Jockey, consultar: <<http://www.pequeninos.com.br/>>. Último acesso em: 28/06/2015.

Rebouças” não mais tiveram sua presença registrada nas atas de reunião.

Outra opção para o lazer e o entretenimento encontrada pelos jovens das comunidades pobres da região, também é alvo de reivindicações dos participantes do CONSEG por repressão e controle: os “pancadões” – como são chamados popularmente os bailes funk em São Paulo. O caráter de controle social das ações de repressão aos pancadões fica claro no registro da ata de 16 de agosto de 2011 quando fica registrada a seguinte intenção do capitão da polícia militar:

pegar em uma ação mais excessiva para repreender os responsáveis pela baderna. Algum tempo atrás havia um palco no meio da comunidade onde a baderna era grande, este palco foi derrubado e se outro for montado temos que derrubá-lo.

Nesta passagem, não há referência a nenhum crime que, por ventura, seja recorrente no ambiente dos “pancadões”. A única acusação que pesa sobre tal ambiente é de cunho altamente moral e valorativo: a “baderna”. Na reunião de 27 de novembro de 2012, presenciei uma moradora das imediações do Jardim Jaqueline reclamar da movimentação e o barulho causado pelo “pancadão” no interior da área da favela. Curiosamente, o inspetor que representava a guarda civil metropolitana respondeu identificando a necessidade de alterações das leis para que se pudesse coibir estas festas. O episódio ficou registrado desta maneira em ata:

Moradora reclama de um pancadão que acontece no Jardim Jaqueline. Inspetor diz que o novo secretário está trabalhando para mudar as leis. Na zona sul, onde também tem estes pancadões, foi feito um mapeamento para saber onde acontece e as autoridades se juntaram e conseguiram acabar com a bagunça.

Mais uma vez, nenhum ato delituoso é citado, ao contrário, cita-se a necessidade de alteração das leis para que, com certeza, alguns atos moralmente condenados pelos participantes do CONSEG sejam enquadrados como crime. Mais uma vez pesa um termo altamente valorativo sobre os pancadões: “bagunça”.

Assim, a intervenção no “Campo do Rebouças” ou a repressão aos “pancadões” evidenciam a busca por estabelecer o controle sobre as populações, particularmente, os jovens das comunidades pobres da região. Demonstram, assim, preocupação com esta parcela específica da população identificada como “perigosa”: as crianças, adolescentes e jovens das comunidades pobres da região. Para os participantes do CONSEG Morumbi, suas atividades necessitam ser rigorosamente controladas, ou, então, extintas.

Diante desta preocupação com o controle das crianças, adolescentes e jovens da região, os participantes do CONSEG Morumbi identificam um obstáculo claro, que necessita ser transposto: o Estatuto da Criança e do Adolescente. Desta forma, os poucos relatos, onde a ação de crianças e adolescentes passa da “suspeita” à ação delituosa efetiva, adquirem tom enfático em todas as vozes presentes nas reuniões do Conselho.

Na reunião do dia 19 de fevereiro de 2013, um dos participantes deixou claro ainda não ter consultado os dados da polícia mas, tendo visto pela internet relatos em que criminosos se utilizaram de crianças e adolescentes para concretização de delitos, pediu esclarecimentos sobre como a polícia pode agir neste contexto. O delegado presente respondeu:

Nossa orientação para os menores é moderníssima mas ela prevê uma pena máxima de internação, para o menor infrator, de três anos. Quer dizer, eles cometem latrocínio, tráfico de drogas. Recentemente, saiu pelo Supremo, até pela falta de estrutura de manter o menor [interno] – que está pior do que para manter o maior – então, existe hoje uma ordem “vai para liberdade assistida direto”. Então, o que a gente tem que começar a fazer? Eu representei a polícia civil recentemente na Assembleia! [...] Nosso trabalho, ele é duro e a lei, ela é branda. Mas a gente tem que saber de tudo isso, a gente não tem que ficar se lamentando “ah, a polícia prende, a justiça solta”, é a lei. A gente tem que trabalhar em cima de uma política criminal, que é muito mais amplo o assunto [...] Aí é que a sociedade tem que se mobilizar e discutir o que está sendo aplicado como política criminal neste país! Será que isto é eficaz, eu não concordo com soltar menor em liberdade assistida [...] eles vão pensar o quê? “Não temos lei, podemos fazer o que queremos!”

Nesta ocasião, diversos moradores concordaram e reivindicaram que o CONSEG tomasse a frente na mobilização da população com vistas a alterar a lei de responsabilidade criminal aplicada às crianças e adolescentes.

Em outras reuniões o tema voltou à tona, selecionei esta, inicialmente, por que explicita diversos elementos que compõem este debate no interior do CONSEG Morumbi. Primeiro, toda a discussão foi iniciada, não a partir de dados objetivos mas, tendo como pretexto relatos lidos na internet. Diante deste disparador, o delegado revela a tensão que existe entre suas representações subjetivas a respeito do assunto e seu papel, naquele momento, de representante do Estado. De um lado, não pode “ficar se lamentando”, tem que se reconhecer a força da lei e a obrigação de trabalhar em cima de uma “política criminal” de Estado. De outro, do ponto de vista subjetivo, a discordância quanto a “soltar menor em

liberdade assistida” e a necessidade de mobilizar a sociedade para alterar este quadro. Assim, o delegado se coloca contra a lei – que reconhece ser obrigado a cumprir – por inferir no valor negativo do caráter pedagógico desta, que levaria os menores a acreditarem que “podem fazer o que quiser”. Em nenhum momento são apresentados dados objetivos sobre o tema.

No mês seguinte, na reunião do dia 19 de março de 2013, o debate a respeito dos adolescentes em conflito com a lei assume um caráter pouco diferente, mas no mesmo sentido. O assunto, influenciado pela leitura da ata do mês anterior, tomou lugar na fala inicial do capitão da polícia militar que acabava de assumir o comando da 2ª Cia./ 16º BPM. Este relatou ter atendido, naquele mês, 24 ocorrências em flagrante, prendendo 39 pessoas, das quais 13 eram adolescentes. Completa a informação com a seguinte fala:

Eu gostaria de, com esses dados, chamar a atenção de vocês que, uma das perguntas mais frequentes que fazem para mim é “capitão, como é que a gente pode ajudar a polícia militar na nossa segurança?” Uma medida importante seria isso daqui, olha: 50% das pessoas presas – e não foram poucas, foram 39 pessoas em um mês – 50% são adolescentes, são menores. Então, nós temos que mudar esta legislação. Nós temos que nos mobilizar, o CONSEG é o local para isso. [...] a polícia militar tem essa bandeira, o ex-comandante geral já havia levantado esta bandeira, da gente mudar esta situação.

Desta vez, dados concretos foram evocados e, ainda que o cálculo do percentual esteja inflado pelo capitão da polícia militar, se os números absolutos apresentados estiverem corretos, o índice de crianças e adolescentes autuados pela polícia, na área da 2ª Cia./ 16º BPM, é mesmo alarmante. A proporção de 13 adolescentes em 39 “presos” é altíssima, visto que, para a capital paulista – segundo dados colhidos entre agosto de 2014 e maio de 2015 – a porcentagem da participação de crianças e adolescentes em atos infracionais é inferior a 1%²⁸.

Os números apresentados pelo capitão podem representar um acontecimento incomum, uma alta concentração de crianças e adolescentes em conflito com a lei na região ou, ainda, uma atuação diferenciada das polícias em relação a esta fração da população, na área do CONSEG Morumbi. Quanto a isto, não tenho condições nem a pretensão de responder. Destaquei aqui a fala do capitão porque ela resolve o dilema entre suas

28 Este índice foi estimado por mim a partir de dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, que apontam o total de 946.655 atos infracionais ocorridos na capital do estado, entre agosto de 2014 e maio de 2015. Enquanto uma pesquisa realizada pelo Departamento da Infância e da Juventude da Capital (DEIJ), do Ministério Público de São Paulo, contabilizou um total de 4.400 atos infracionais envolvendo crianças e adolescentes, para o mesmo período. Os dados da Secretaria de Segurança Pública estão disponíveis em: <<http://www.ssp.sp.gov.br/>>. Último acesso em: 26/06/2015. Os dados da Pesquisa do DEIJ estão disponíveis em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/pls/portal/!PORTAL.wwpob_page.show?_docname=2566055.PDF>. Último acesso em: 26/06/2015.

representações subjetivas e seu cargo de agente do Estado de maneira simples. O capitão associa suas representações e opiniões subjetivas, sobre o tema das crianças e adolescentes em conflito com a lei, à corporação a que pertence. Curiosa situação esta, em que um agente do Estado, na condição de seu representante, suplanta, pelas suas concepções subjetivas e em nome da instituição a que pertence, a lei que deveria manter e sob a qual deveria agir em observância. Assim, o espaço público, constituído pelo Estado, que é o CONSEG, se configura como um espaço onde agentes deste Estado pronunciam suas insatisfações subjetivas e revelam sua indisposição diante do papel que lhes cabe ser cumprido.

Mas a ação do CONSEG Morumbi vai além do reconhecimento das frustrações de grupos sociais que se identificam com uma representação de segurança baseada no princípio da suspeição generalizada e, portanto, na atribuição de valor desigual aos direitos segundo a origem de seus sujeitos. Elas são propositivas. Analisando as atas de reunião encontrei, registrada em 21 de agosto de 2012, a seguinte informação:

Foi criado um Grupo de Trabalho dos CONSEGs com a Polícia Militar para estudar possíveis melhorias na área de segurança, estudando a legislação penal, processual e execução penal e possíveis mudanças e possíveis melhorias.

Ainda no ano de 2012, na reunião de 27 de novembro, acompanhei a homenagem do CONSEG Morumbi a dois policiais militares que, em atendimento a uma ocorrência de roubo a residência, teriam detido um “menor” que confessou o crime. Em reação ao relato da ocorrência, levada a cabo pelos policiais homenageados, uma moradora questionou exaltada o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e reivindicou a necessidade de leis “duras” com relação aos “menores”. A presidente do Conselho então a convidou para participar de um grupo de estudos, organizado pelo CONSEG Morumbi, sobre o ECA. Sobre este grupo de estudos, durante a entrevista realizada, quando indaguei a presidente do Conselho a respeito dos desafios enfrentados pelo CONSEG no presente, sua resposta foi:

Você tem leis que não colaboram. Eu lembro que foi, ano passado ou retrasado, que foi aquela facilitação pra, você sabe? São coisas que, em vez de ajudar a inibir a violência, facilita, sabe? Você começa a deixar as pessoas com mais chance de se livrar dos problemas. Tem umas leis que eu vou te falar. A gente vive reclamando, mas não adianta nada, não muda nada. As leis não nos ajudam! Por exemplo, os menores. O que você tem que te protege contra o menor? Nada. O ECA não te favorece. Tem uma série de coisas que deveriam já ter sido reformadas, mudadas. Por que? Porque o indivíduo ele pode matar com 10, 12 anos e ele não pode ser punido. Então o CONSEG até começou, o coronel que

estava nos ajudando saiu, então agora a gente vai ter até que tentar arrumar outras pessoas pra nos ajudarem, o grupo de trabalho estudando as leis, por causa dos problemas do ECA. Tipo, o que nós podemos fazer? Porque o CONSEG é limitado, tem um bocado de coisas que ele não pode fazer, ele tem um limite de atuação. Mas você pode ajudar estudando alguma coisa de forma paralela, pra depois conduzir pra frente, né? Pro legislativo, alguma coisa assim. Então, o que a gente tava fazendo era um trabalho diferenciado, pra ver aonde a gente poderia começar. Nós tínhamos um coronel bárbaro que estava nos ajudando muito, mas aí ele foi transferido. Pra começar essa discussão pra mudança do ECA. Quais são os pontos que são nevrálgicos na história? O que daria pra fazer, sabe? Nosso CONSEG é muito mais preocupado do que você só falar em demandas. Tem CONSEG que é muito cobrador, a gente cobra também, mas você não pode só cobrar, você tem que tentar fazer a sua parte.

Mais uma vez a proximidade com a polícia militar. Desta vez, na constituição de um grupo de estudos/trabalho a respeito da “legislação penal, processual e execução penal”, o que do ponto de vista das atribuições, não está ligado diretamente às atividades da polícia militar – que não possui caráter judiciário. Os objetivos destes estudos aparecem implícitos na fala da entrevistada: instrumentalizar a polícia militar, identificando-se o que se pode fazer diante de uma legislação que se mostra limitante para a ação repressiva, particularmente, no que se refere a algumas crianças e adolescentes.

Novamente valor desigual atribuído aos direitos de acordo com a origem social de seus sujeitos. Em nenhum momento se mostra como alvo da discussão as diversas violações aos direitos previstos no ECA, antes disso, o alvo da reflexão dos participantes do CONSEG são os elementos do ECA que limitam a “punição” aos “menores infratores”, entendidos como causadores de risco à proteção do patrimônio – ponto nodal das representações de segurança dos participantes do CONSEG Morumbi. Estes são os pontos entendidos como “nevrálgicos” que devem ser “conduzidos para frente” para o “legislativo ou alguma coisa assim.”

Mas não é privilegio das crianças, adolescentes e jovens, residentes nas áreas mais pobres da região onde atua o CONSEG Morumbi, ser objeto das ações de controle e repressão deste Conselho. Adultos também têm sua liberdade individual como alvo deste tipo de política propagada pelo órgão. Na reunião descrita na primeira parte deste capítulo, pude identificar pelo menos mais dois alvos desta busca por repressão e controle na região: as travestis, que se prostituem na região do Jardim Everest e os moradores de rua. Os “nóias”, referidos na reunião descrita, habitam o centro da cidade e, por isso, não entram nesta contagem.

Obviamente, a atividade desenvolvida pelas travestis na região do Jardim Everest

possui diversas nuances cuja análise não constitui objetivo deste trabalho. Cabe, porém, ressaltar que a prostituição adulta de capaz não é crime no Brasil, responsabilizando-se criminalmente apenas aliciadores, intermediários e mantenedores de casas de prostituição. No entanto, esta população, como a maioria da população pobre da região – atraídos pela concentração de riquezas e, conseqüentemente, o desenvolvimento do setor de serviços, a alta oferta de trabalho no mercado informal ou em subempregos – é alvo constante da busca por repressão e estabelecimento de controle por parte dos altos estratos sociais, representados no CONSEG Morumbi. Muitas vezes, esta política procura se estabelecer por métodos privados. Seja pela instalação de câmeras, iluminações, contratação de seguranças ou mesmo pela agressão física e/ou moral – como a estratégia adotada pelo participante do Conselho em relação ao “morador de rua”, relatada durante a reunião descrita na primeira parte deste capítulo – o objetivo é manter afastado aquele que é considerado “perigoso”. Mas, através da articulação nas reuniões do CONSEG Morumbi, este objetivo dos altos estratos sociais da região ganha apoio das instituições do Estado e, assim, a possibilidade do estabelecimento de uma estratégia mais estrutural e sistemática.

Quando realizei a primeira visita ao CONSEG Morumbi, descrita na primeira parte deste capítulo, identifiquei uma moradora do Jardim Everest que, naquela ocasião, parabenizava a polícia militar pela ação efetiva contra as travestis em seu bairro. Sua fala, inserida em um momento de congratulação à polícia militar que, comparativamente aos agentes da prefeitura, não teriam “abandonado” os moradores, exprime mais uma vez a relação próxima destas concepções de segurança com a atuação da polícia militar.

Na reunião seguinte, em 16 de outubro de 2012, a presidente do CONSEG deu informe da reunião ocorrida no dia 27 de setembro no Jockey Club, com a presença do Secretário de Segurança do Estado de São Paulo, do Comandante Geral da Polícia Militar, do Comandante da Polícia Militar na zona oeste, o Comandante da 2ª Cia./ 16º BPM, o delegado da 3ª Seccional da Polícia Civil e uma representante da Associação de Moradores do Cidade Jardim. A reunião tinha por objetivo debater os problemas relacionados à ação das travestis não só “na parte indecorosa mas com relação aos usuários de droga”, como descreveu a presidente do CONSEG. Quando a palavra foi passada ao delegado, este esclareceu as estratégias que vinham sendo adotadas desde a referida reunião:

Dentro do possível, estamos fazendo a nossa parte, complementando o preventivo com o repressivo, não é? Com os instrumentos que a legislação nos coloca em mãos. Então, estamos fazendo uma triagem destes travestis, no entanto, é complicado porque é uma minoria que pode se dizer perseguida. Mas

dentro do possível nós estamos fazendo fotografiação, chamando as possíveis vítimas para reconhecimento. Quando é possível, a polícia militar leva a intimação para se identificar. Então, essas coisas vêm sendo feitas, estamos tomando as providências de acordo com as condições que nos são dadas, tanto jurídicas como humanas.

Mais uma vez, entre as dificuldades em se estabelecer o controle e disciplinar estas populações estão os recursos jurídicos, que não criminalizam diretamente estas populações. Por isso, o recurso encontrado pela presidente do CONSEG é associá-las ao consumo de drogas – esta característica quase que universalmente atribuída às populações que se busca controlar, disciplinar e reprimir. Servindo-se desta associação, os órgãos públicos estabelecem a “triagem” desta população, intimando-as a se identificar e fotografando-as, ainda que não se tenha constatado qualquer delito – observe-se que não há nada além de “possíveis” vítimas.

A estratégia da “triagem” não é tratamento dispensado exclusivamente às travestis. Ao longo da realização dos trabalhos de campo, pude observar o mesmo tratamento ser direcionado aos motociclistas – especialmente com garupas, responsabilizados pela polícia militar pelo grande número de roubos aos transeuntes –, aos moradores de rua e aos vendedores ambulantes e “flanelinhas” – pessoas que vigiam carros em vias públicas, especialmente, durante os eventos no estádio do Morumbi. A “triagem” dos “flanelinhas”, por exemplo, aparece descrita desta maneira, no registro feito a partir da fala do representante da polícia militar na ata de reunião de maio de 2012:

Os flanelinhas foram levados para a Companhia e para a Delegacia de Polícia, para averiguação, onde foram qualificados e os que não deviam nada à justiça foram soltos no final do jogo.

Sobre os vendedores ambulantes, durante a reunião de 16 outubro de 2012, a presidente do Conselho expôs uma dúvida que dizia ser antiga:

Eu tenho uma dúvida em relação ao trabalho de três ambulantes, que fazem o serviço de vendas na rua, que são os três veículos que param na Alberto Penteado – que é uma rua que, nos velhos tempos, era uma delícia, quando você ia para o Clube [Paineiras do Morumbi].

A primeira observação, a respeito destes ambulantes, foi o transtorno causado para o trânsito na referida rua. O representante da CET esclareceu que já havia acolhido a reclamação do CONSEG e realizado a fiscalização, no entanto, constatou-se que os

ambulantes estacionavam em horário e local permitido – o que impedia qualquer tipo de sanção neste sentido. Desta maneira, a presidente apelou para a fiscalização das mercadorias, ao que o representante da GCM disse já ter realizado e, inclusive, apreendido algumas mercadorias irregulares. Assim, um último recurso foi utilizado, o apelo para a “triagem” a ser realizada pela polícia militar para verificar a conduta e os possíveis débitos dos ambulantes com a justiça. Na ata de reunião, este evento aparece registrado da seguinte maneira:

Sr.^a J. [presidente do CONSEG Morumbi] comenta sobre três camelôs que ficam com seus caminhões estacionados na rua Dr. Alberto Penteado, vendendo morangos, abacaxis e alcachofras, atrapalhando o trânsito e podendo até causar um grave acidente sem contar que lá é uma zona estritamente residencial (Z1) onde é proibido o comércio ambulantes e eles “trabalham” livremente sem ser incomodados. A CET diz que eles não podem ser multados, pois estão fora do horário proibido. Sr.^a J. comenta que esta placa é para carros, não para caminhonete de ambulante. A GCM faz operações com vistas a apreender mercadorias e que fará vistoria. A PM diz que poderá verificar a conduta dos camelôs.

Na reunião de 15 de janeiro de 2013, pude ouvir um participante do CONSEG relatar sua preocupação com “carroceiros” – catadores de material reciclável – que, segundo ele, ficavam na calçada da 2^a Cia./16^o BPM por conta de um bar que, nas proximidades, vendia “pinga a 50 centavos a dose”. O participante desconfiava que poderiam ser “olheiros” que passam informações aos assaltantes, pois, como registrado na ata daquela reunião, “são desocupados e não têm nada para fazer o dia todo”. O representante da polícia militar, mais uma vez, acenou com a possibilidade de realização de uma “triagem”.

Como é possível observar, a partir dos casos relatados, os objetos da “triagem” estão envolvidos em atividades que não, necessariamente, configuram-se como infrações. Na verdade a maioria deles são autônomos, atraídos pela grande circulação de riqueza e pela, consequente, possibilidade de trabalho – mesmo que informal e em condições, muitas vezes, degradantes. Os argumentos para justificar a necessidade de “triagem”, quase sempre, partem da busca por manutenção de “privilégios” auferidos pelo poder econômico dos participantes do CONSEG: seja quando, na reunião de 19 de março de 2013, uma participante residente no Jardim Everest, solicitou uma intervenção contra as travestis porque, segundo ela, pagava “30 mil reais em IPTU e não pode passear na praça por conta das travestis que não pagam IPTU nem nada”; quando, como observado no primeiro capítulo, na reunião de 18 de junho de 2013, um participante que defende o respeito, inclusive por parte da polícia civil, às cancelas

colocadas em via pública para proteger o ambiente de seu bairro – o Jardim Olímpia – “abençoado pela natureza”; ou, ainda, quando, para solicitar a intervenção sobre os ambulantes, a presidente do CONSEG, na reunião de 16 de outubro de 2012, argumenta que a “rua, nos velhos tempos, era uma delícia” ou que “aquela era uma zona estritamente residencial”, segundo a lei de zoneamento.

Este último argumento é recorrente, ele reivindica a não desarticulação do projeto urbanístico inicial da parte mais nobre da área de atuação do CONSEG Morumbi: o projeto de *cidades jardim*. Como observado, no primeiro capítulo deste trabalho, este projeto urbanístico busca uma distinção espacial clara entre as diversas funções da cidade e, a partir dele, as empresas de urbanismo passaram a vender diversos loteamentos na região do Morumbi, sob o compromisso de se desenvolver um bairro estritamente residencial e em harmonia com a natureza – um ambiente idílico em uma São Paulo cada vez maior e mais caótica. Ainda que, como analisado naquele capítulo, diversas características deste projeto urbanístico sejam parcialmente responsáveis pela criação de ambientes percebidos como inseguros pelos participantes do CONSEG – como as ruas desertas durante o dia e escuras durante a noite – a manutenção deste projeto, compreendido como um privilégio pelo qual os moradores da região “pagam uma fortuna”, é um dos objetivos claros das ações propostas pelos participantes do CONSEG Morumbi.

Por exemplo, foi em nome deste projeto que, durante todo o ano de 2011 e início de 2012, os participantes do CONSEG desenvolveram uma grande campanha contra o traçado da linha de monotrilho 17-ouro, que ligará a estação de metrô Jabaquara (linha azul) à estação Morumbi (linha amarela), atravessando boa parte dos bairros nobres da região. A campanha “Metrô Sim, Monotrilho Não!” foi uma das poucas vezes em que os moradores das áreas nobres do Morumbi se juntaram aos moradores das favelas e áreas pobres da região. Enquanto os últimos argumentavam contra a desapropriação de suas moradias, os moradores da área nobre do Morumbi argumentavam contra a circulação de estranhos e a modificação na paisagem. Todo o desenvolvimento desta campanha está registrado nas atas do CONSEG Morumbi, de janeiro de 2011 a julho de 2012 quando, anexado à ata de reunião, aparece um informativo do Conselho sobre uma manifestação ocorrida em frente ao Palácio dos Bandeirantes, sede do governo do estado de São Paulo.

Mas, a respeito da busca pela manutenção do projeto urbanístico original da região, quero destacar duas outras ocorrências que se relacionam com a estratégia da “triagem”. Tratam-se de moradores da região do Jardim Leonor, Morumbi e Instituto Previdência cujo perfil não é compreendido, pelos participantes do Conselho, como o perfil “típico” de

moradores destas regiões.

Assim, na reunião do CONSEG Morumbi, realizada no dia 16 de outubro de 2012, observei uma moradora do Instituto Previdência cobrar da polícia militar providências quanto a uma reclamação realizada a respeito de uma casa onde moravam “muitas pessoas”. O representante da polícia militar respondeu o seguinte:

Foi feito uma diligência naquela casa e eu tenho um *feedback* para dar para vocês. Na casa moram três famílias. Não há vestígios, não há sinais de qualquer situação ilícita ou crime mesmo. A gente não sente isso. Agora, tem lá, ao lado do estacionamento, um prédio grande que, ali sim, abandonado, o negócio está feio lá. Mora um andarilho lá, com passagem pela polícia, a situação de higiene é péssima. Ali sim é um local para ser, a AMAPAR [Associação de Moradores do Parque Previdência] ou o Núcleo [de Ação Local Peri-peri] darem uma olhada. [...] Mas eles já perceberam que a polícia foi lá, tiramos fotos do local e da casa, conversamos com eles, sabe? É este feedback que eu queria dar. Eles sabem que a gente vai continuar em um monitoramento de longe mas, a gente não quer, também, perturbar o sossego deles. Os carros que estavam na frente da casa foram investigados via COPOM e a gente não viu nada também de ilícito.

Como observado, a simples desconfiança dos participantes do Conselho foi suficiente para que a polícia militar realizasse uma intervenção, colhendo fotos e investigando a origem dos bens de pessoas que residiam em mais de uma família em um único imóvel. Parece que o caráter estritamente residencial dos bairros também é perturbado se o padrão de organização familiar, socialmente estabelecido, não for respeitado e indique uma condição econômica menos privilegiada e, portanto, “sujeitos suspeitos”.

Nas atas do CONSEG Morumbi, encontrei, no dia 19 de julho de 2011, um evento parecido. Uma moradora da região do Cidade Jardim, relatou problemas com vigias de sua rua. Segundo o registro feito, a partir de sua reclamação, os vigias:

se reúnem e fazem baderna, falam alto até de madrugada, tem um sofá na calçada onde eles comem marmitas, eles moram em uma casa invadida próxima a rua onde trabalham, nesta casa moram mais de vinte pessoas e esta moradia é conhecida como cativeiro.

A ata registra que a representante da subprefeitura diz conhecer o caso que qualifica como “muito complicado”. Quando iniciei os trabalhos de campo a casa ainda era ocupada por algumas pessoas ligadas aos serviços de segurança privada na região. Pude conhecer a casa na rua Giovanni Gronchi e conversar com um de seus moradores que se mostrou muito

simpático e solícito e me apresentou a ex-moradores que ainda trabalhavam como vigias nas ruas adjacentes. A casa, identificada por seus moradores como “casarão”, possui doze cômodos, além dos banheiros. Segundo o relato de seus moradores, ocupada há mais de vinte anos, a casa chegou a abrigar quarenta pessoas ao mesmo tempo. Um dos moradores, inclusive, disse ter criado dois filhos em um dos quartos da casa que legou para seu irmão quando este veio do nordeste. Os moradores disseram nunca ter havido problemas com os vizinhos, uma vez que eles prestavam serviços a eles. Porém, uma câmera instalada em um poste na calçada da residência, voltada para a varanda da casa, denuncia a estratégia de vigilância estabelecida.

Figura 13: “Casarão” na Avenida Giovanni Gronchi

Foto: André C. Lima, junho de 2015.

Os moradores disseram que a ocupação da casa teria se iniciado há mais de 20 anos, quando um senhor passou a alugar seus quartos. Com a morte deste senhor, e sem a quem dar

maiores satisfações, os moradores passaram a agir como se os cômodos da casa fossem suas propriedades. Assim, quando saíam da casa alugavam, vendiam ou doavam a outras pessoas. Quando conheci a casa havia apenas duas pessoas morando nela. Segundo eles, o restante dos moradores saiu por conta de um senhor, que eles diziam não ser o dono da casa, que estava pagando para as pessoas saírem. Os dois que ainda residiam na casa estavam lá ainda porque só receberam metade do dinheiro prometido. Um ex-morador acredita que este senhor vai comprar a casa e deixa estes últimos moradores lá porque eles vigiam e impedem que a casa seja invadida novamente. Nenhuma das pessoas com quem conversei conhecia os donos da casa, mas diziam ser um político do estado de Minas Gerais.

Na ata de reunião de maio de 2012, identifiquei outro conflito de mesmo teor, registrado da seguinte maneira:

Presente em nossa reunião, Sr.^a A., moradora da rua Erasmo T. Assunção, diz que mora há 18 anos aqui em nosso bairro e agradece o apoio que a base comunitária do Morumbi sempre deu a ela. Ela tem uma casa com vários quartos, que muitas pessoas dizem ser uma pensão, mas ela alega que era para seus familiares, ela é de família nordestina e os familiares são muitos, diz que viu pessoas tirando fotos e isto não precisa ser feito, pois a casa dela está aberta a todas as pessoas que a quiserem conhecer. Pois lá só mora a família dela. E como morador ela está muito satisfeita com o bairro. Ela está esperando a anistia e vai ter de demolir as irregularidades. Cap. PM R. [capitão da 2^a Cia./16^o BPM] responde que lá é uma Z1 e não poderia ter uma pensão, e ela só foi dar apoio ao oficial de justiça. Sr.^a A. conta que depois que a prefeitura fez o muro houve uma pichação com os dizeres “Aqui não é lugar de nordestino”, e ela ficou muito chateada pois foram os nordestinos que construíram São Paulo e foi por este motivo que ela pintou o muro de preto.

Na reunião do dia 21 de agosto de 2012, a senhora volta como que procurando satisfações da presidente do CONSEG, já que na primeira reunião em que esteve presente a presidente do Conselho não estava. Mais uma vez o registro de ata é detalhado:

Moradora comenta que por várias vezes pessoas tiraram foto de sua casa e em outras pixaram sua casa com termos ofensivos (fora nordestinos). Sr.^a J. [Presidente do CONSEG Morumbi] comenta que conhece a casa da moradora e também tem ciência do processo que está em andamento devido a denúncias de uso indevido (usada como pensão), além de construção acima do permitido na área. Quanto as fotos, sr.^a J. diz que podem ser várias coisas, por exemplo, o próprio CONSEG tirou fotos da casa para enviar anexo a ofício para a

Subprefeitura em relação a área construída além do permitido. Explica que o CONSEG é legalista e respeita a legislação, a área é uma ZER 1 (zona estritamente residencial) e tem restrições contratuais, que devem ser cumpridas por todos os moradores. Quanto às pixações, pergunta se ela viu quem fez isso. Ela diz que não. J. pergunta se ela tem bom relacionamento com os vizinhos, que poderia ajudar. Ela afirma que os vizinhos não gostam dela e não a aceitam por preconceito.

Assim, identificando as representações dominantes sobre segurança, no ambiente do CONSEG Morumbi, que atribuem à defesa do patrimônio um lugar proeminente, pude identificar uma valoração desigual aos diversos direitos, determinada principalmente pela origem social de seus sujeitos. Os representantes do Estado, nas reuniões do Conselho, demonstram, neste sentido, uma tensão entre a identificação de suas representações pessoais sobre o tema e o papel de agentes do Estado na garantia da equidade de direitos. Geralmente, esta tensão é resolvida com o prevalecimento das representações subjetivas destes agentes. Desta forma, as estratégias de ação do CONSEG Morumbi em relação à segurança ficam ancoradas no pressuposto da “prevenção” a partir da suspeição generalizada que, por sua vez, requer a identificação dos grupos sociais “perigosos”. Além disso, o seu viés “preventivo” gera uma identificação dos participantes do Conselho com a estratégia do policiamento ostensivo desenvolvida pela polícia militar.

A partir da distinção social estabelecida – nos debates do Conselho a respeito da divisão espacial da área de atuação do CONSEG ou na atribuição de valores desiguais que os participantes do Conselho dão aos diversos direitos de acordo com a origem social de seus sujeitos – afirmo que os grupos sociais entendidos como “perigosos” assumem, claramente, um recorte de classe nas representações dominantes no CONSEG Morumbi sobre o tema da segurança.

3.3. O Núcleo de Ação Local Peri-peri

Em seu livro, *Mobilização de Micro Comunidades: Vizinhança e Segurança Pública*, o coronel da reserva da polícia militar, doutor em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública, Luiz Eduardo Pesce de Arruda, define os Núcleos de Ação Local desta maneira:

são grupos de pessoas, membros de uma micro comunidade, que se associam, de modo formal ou informal, para participar, em estreita parceria com a Polícia e o

CONSEG, do planejamento e execução de ações em seu território de pertencimento, as quais buscam prevenir atos anti-sociais, controlar e reduzir os índices criminais, ampliar a sensação de segurança e promover a cidadania e a qualidade de vida da vizinhança. (ARRUDA, 2010. p. 252)

Acrescenta ainda que:

Um NAL é uma organização comunitária como meio de auto-ajuda (*The Self-Help Approach*) [...] pois, por meio dele, a Polícia utiliza os “olhos e ouvidos” dos moradores e usuários da área para potencializar sua capacidade de prevenir crimes. (Ibidem. p. 252.)

Na entrevista concedida pela presidente do CONSEG Morumbi, esta relatou a existência de 5 NALs subordinados ao Conselho: Peri-peri, Progredior, Colina das Flores, Cidade Jardim e Real Parque. No entanto, neste trabalho, destaco o NAL Peri-peri por ter sido identificado como o mais atuante, uma vez que, nas reuniões acompanhadas durante o trabalho de campo, foi o único Núcleo identificado e, nas diversas atas consultadas, existem diversas referências às atividades desenvolvidas por este Núcleo. Além disso, identifico que na origem do Núcleo estão um conjunto de ações que revelam representações diferentes daquelas dominantes no ambiente do CONSEG Morumbi.

O NAL Peri-peri foi constituído a partir de um movimento organizado de moradores da região do Jardim Peri-peri e Jardim das Vertentes, lançado em 5 de novembro de 2011: o Movimento Butantã Urgente. Este movimento elaborou um documento, *Butantã Urgente: Por Mais Segurança e Tranquilidade*, que foi encaminhado inicialmente à subprefeitura do Butantã e, posteriormente ao comando da 2ª Cia./ 16º BPM, à Prefeitura de São Paulo e à Coordenadoria dos CONSEGs. Tive acesso ao documento em uma das visitas que fiz à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

No documento, é possível identificar a origem social dos articuladores do movimento que “nasceu através da união dos condomínios Costa do Sol, Ecolife, El Greco, Rembrandt, Vila Verde e Villes de France”. Todos os condomínios citados são de padrão médio a alto, localizados no Jardim das Vertentes, bairro popular que passa por intensa verticalização e, consequente especulação imobiliária.

De qualquer maneira, o documento caracteriza-se por estudo e mapeamento dos pontos compreendidos como principais focos de violência da região, principalmente pela deficiente infraestrutura. Além disso o documento, ao qual está anexado um extenso abaixo-

assinado, faz reivindicações à prefeitura de São Paulo e ao governo do estado de São Paulo. As reivindicações são: maior presença da guarda civil metropolitana, melhoria da iluminação pública, revitalização de parques e praças, reurbanização de áreas isoladas ou desertas, melhora da conservação e sinalização das vias públicas, melhora da organização do trânsito, maior presença da polícia militar, instalação de câmeras de segurança, aumento do número de bases comunitárias da polícia militar.

O documento elaborado pelo Movimento é razoavelmente detalhado, principalmente nas propostas de obras de infraestrutura onde cita nomes de ruas e áreas públicas onde as intervenções devem ser feitas com prioridade. Observando as solicitações, identifico que há benefícios para todas as parcelas da população que moram ou frequentam a área. Passarelas utilizadas por trabalhadores, especialmente os residentes em áreas pobres como o Jardim Jaqueline, estão contempladas assim como as áreas comerciais nas avenidas Ministro Laudo Ferreira de Camargo e Eliseu de Almeida.

O principal articulador do Butantã Urgente, identificado por mim durante as reuniões do CONSEG, relatou em uma conversa a trajetória do movimento até a constituição do NAL Peri-peri. Segundo seu relato, ele se engajou na luta por mais segurança após um familiar ter sido vítima de um sequestro relâmpago. Passou, assim, a articular o Movimento e, após a entrega do documento elaborado à subprefeitura, é que os participantes foram orientados a procurar o CONSEG. Esta liderança, jovem morador de um condomínio, fez questão de enfatizar a sua compreensão de que, para a melhoria da segurança na região, era necessário integrar todos os diversos grupos sociais que constituem a região, principalmente, os mais pobres. Talvez sua ênfase neste aspecto estivesse ligada às suas representações subjetivas a respeito da minha condição de pesquisador acadêmico. De qualquer maneira, este objetivo pareceu estar presente nos estudos realizados para elaboração do documento formalizado pelo Movimento.

Por conta desta característica é que resolvi destacar o Núcleo de Ação Local Peri-peri, pois inicialmente pareciam manifestar representações diferentes a respeito do tema da segurança. Estas representações, diferentemente das representações dominantes no interior do CONSEG Morumbi, procuravam não atribuir valores diferentes aos direitos de acordo com a origem social de seus sujeitos. Pelo contrário, a ênfase na demanda por infraestrutura parecia requerer certa redistribuição do acesso a bens e serviços, embora, nunca tivesse sido tocada a questão da concentração de renda.

Compreendendo que as representações articulam os sujeitos à realidade, através da prática, analisarei as realizações do NAL Peri-peri registradas em ata. Na ata de novembro de

2011, aparece um representante do Movimento Butantã Urgente, o registro identifica que o Movimento dará início a uma campanha de prevenção a assaltos e, para isso, solicita-se material à polícia militar. Na ata de 14 de fevereiro de 2012, o “criador” do Movimento Butantã Urgente – a liderança que identifiquei durante o trabalho de campo – aparece relatando o estudo que o Movimento realizou sobre os lugares onde havia problemas com a segurança e, segundo o registro, parece ter dado certo a parceria com o poder público já que 80% das demandas foram atendidas, segundo o registro de sua fala. O representante do Movimento diz ainda, segundo o registro da ata, que estava em curso uma nova etapa do estudo.

Somente na ata de reunião de 21 de agosto de 2012 volta a aparecer algo relacionado ao Movimento. Trata-se da fundação do NAL Peri-peri cujo “primeiro desafio será a realização de palestra da PM para os funcionários dos condomínios do bairro”. Na reunião de 18 de setembro, relatada na primeira parte deste capítulo, os representantes do Núcleo disseram que a atuação passou por um primeiro momento de identificação de lideranças a partir de um movimento, o Butantã Urgente, e naquele momento estava se instituindo uma reunião mensal que produziria e encaminharia relatórios ao CONSEG Morumbi. A primeira reunião a ser realizada pelo NAL Peri-peri contaria com uma palestra de segurança da polícia militar para funcionários de condomínios. Na reunião de 16 de outubro, o representante do NAL Peri-peri trouxe para a reunião do CONSEG Morumbi, diversas pessoas residentes na área de atuação do núcleo e ressaltou a necessidade de parceria com o poder público bem como reforçou a estratégia de se mobilizar os condomínios.

A partir de então, outras vozes passam a soar a partir do Núcleo de Ação Local Peri-peri. Destaco algumas demandas e ações que partiram destes: intervenção, inclusive junto ao Ministério Público, contra a construção de um albergue na rua Máximo Ribeiro Nunes no bairro Rolinópolis; intervenção em prol da manutenção da guarita no bairro Jardim Olímpia; e mobilização contra a rodoviária que seria implantada na Vila Sônia. As ações do NAL Peri-peri, então, revelam novamente representações de segurança que encaminham para uma estratégia de controle dos espaços públicos e policiamento ostensivo.

Desta maneira, a origem social dos articuladores do Movimento Butantã Urgente que constituíram o Núcleo de Ação Local Peri-peri parece ter imposto diversas limitações às representações que percebiam uma necessidade de integração entre os diversos grupos sociais como estratégia de segurança. Com certeza, o recorte social influenciou para uma percepção limitada da realidade a seu redor, reduzindo drasticamente a capacidade de percepção das demandas dos grupos mais vulneráveis. Destarte, a busca inicial por uma redistribuição do

acesso a bens e serviços na região, redundou em estratégias de controle e disciplina, mais uma vez, de grupos considerados “perigosos”. Assim, as vozes que emergiram do Movimento Butantã Urgente, inspiradas por representações – sobre o tema da segurança – que pareciam destoar das representações dominantes no ambiente CONSEG Morumbi, parecem ter feito concessões a estas últimas representações ao optarem pela estratégia da atuação institucionalizada via Núcleo de Ação Local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades, como pretendo argumentar, é um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados.

David Harvey, *Cidades Rebeldes*

Inicialmente, neste trabalho, analisei a dinâmica de constituição da área, da cidade de São Paulo, em que atua o CONSEG Morumbi. Identifiquei que, desde meados da década de 1950, a região passou por intensas modificações. Naquela década, a reconfiguração do espaço urbano no centro da cidade – marcada pelo plano de avenidas da administração Prestes Maia – e os incentivos do Estado para a aquisição da casa própria pela população de classe média, deram início à urbanização da região.

Nas décadas seguintes, as elites paulistanas, em função da dinâmica de investimento público e do ostracismo em que se encontrava o centro histórico da cidade, progressivamente se deslocaram em direção ao quadrante sudoeste da cidade. Este processo, aliado às estratégias de especulação imobiliária, fez com que os terrenos entre as áreas que iniciaram a urbanização na região, onde hoje atua o CONSEG Morumbi, e a Marginal Pinheiros – que se constituía como uma nova centralidade financeira da cidade – se supervalorizassem e dessem origem a bairros de elite.

Os projetos iniciais de urbanização destes bairros procuravam oferecer um ambiente calmo e em harmonia com a natureza – se comparado ao centro em constante expansão – para a localização das residências da elite paulistana. Em função deste projeto e, por entender o centro da cidade como um ambiente caótico e degradado, as elites se fixaram na região, sob cláusulas contratuais que exigiam o estabelecimento exclusivo de residências.

No entanto, atraídos, principalmente, pela demanda por mão de obra na construção civil e na prestação de serviços, a população mais pobre passou a se deslocar também para esta área. Perseguida pela valorização da periferia e a crise econômica, durante as décadas de 1980 e 1990, esta população encontrou como alternativa para habitação a ocupação irregular de áreas particulares, públicas ou protegidas.

Estabeleceram-se, assim, dois grandes projetos de urbanização, representados pelos distintos grupos sociais: o projeto idílico das elites que buscavam refúgio em função do caos crescente no centro e o projeto dos grupos sociais mais vulneráveis que visavam estabelecer meios de sobrevivência. Este segundo projeto impunha a integração entre moradia, trabalho e lazer.

Concomitante ao estabelecimento destes diferentes projetos na região e, em certa medida, em função da disputa por eles, configurou-se um esvaziamento de espaços públicos tradicionais como a rua. A relação entre os diversos grupos sociais passou, assim, a ser mediada, progressivamente, pelas estratégias de segurança.

Neste contexto, ganhou importância a constituição de um espaço público com o caráter concebido, originalmente, para Conselho Comunitário de Segurança – um espaço que buscava redistribuir o poder entre os grupos sociais, possibilitando que estes encontrassem soluções para seus conflitos de maneira pacífica e equitativa. No entanto, o processo histórico de implementação dos diversos CONSEGs, em articulação com processos específicos da formação do CONSEG Morumbi, levou à restrição destes ideais. Este CONSEG, formado a partir da articulação das elites em torno da polícia militar, tem fortalecido os representantes de apenas um destes projetos de urbanização, na medida em que articula os seus interesses privados à atuação dos órgãos públicos representados no Conselho.

Assim, as reuniões do CONSEG Morumbi se desenvolvem de maneira centralizada através da interlocução, principalmente, entre os representantes dos órgãos públicos e a presidente do Conselho. A proeminência desta última, na condução das reuniões e atividades desenvolvidas pelo Conselho, imprime um caráter personalista à relação entre sociedade civil e representantes do Estado. Além disso, a autonomia deste Conselho em relação à sua coordenadoria estadual reforça o poder das autoridades locais, que firmam, assim, suas

posições individuais no ambiente do Conselho. Suas ações buscam, majoritariamente, disciplinar e estabelecer o controle sobre as populações pobres através de mecanismos de gestão dos espaços públicos e de “triagem” de frações da população entendida como “perigosa”.

Desta forma, a constituição do CONSEG Morumbi que, historicamente, tem privilegiado a participação dos membros dos altos estratos sociais, criou diversas barreiras simbólicas à participação dos grupos sociais mais vulneráveis econômica e socialmente – que divergem não apenas quanto ao projeto de urbanização a ser implementado como quanto às representações acerca do tema da segurança. Desde a localização de sua sede, privilegiando os grupos sociais que não veem na polícia um fator de insegurança, passando pela narrativa de sua constituição – feita pela sua representante institucional – até as rígidas regras de etiqueta e a linguagem formal, com ares de erudição, a partir das quais se operam as reuniões, podemos identificar estratégias de exclusão da população mais pobre. Aquele que não se sente confortável, ou mesmo seguro, em um ambiente policial, aquele que possui demandas tão imediatas – como os habitantes de áreas vulneráveis – cujo comportamento paciente, para não dizer passivo, durante as reuniões não se pode esperar ou, ainda, aquele que, por não dispor de trajes elegantes ou vocabulário requintado, acredita que sua experiência seria desprezada nestes ambientes, estes estão indiretamente excluídos do ambiente do CONSEG Morumbi.

Com a exclusão destes grupos, as representações expressas no interior do Conselho e, conseqüentemente, as ações empreendidas por este, sofrem diversas limitações. Privilegia-se, nas representações dominantes no ambiente do CONSEG Morumbi, a proteção ao patrimônio em detrimento de outros direitos, civis, sociais e econômicos, resultando em ações “preventivas” ancoradas no princípio da suspeição generalizada em relação aos estratos sociais mais pobres.

Desta maneira, estabelecem-se estratégias de segurança que, na sua maioria, se resumem às tentativas de disciplinar, controlar, enfrentar e criminalizar a população pobre, estabelecendo uma atribuição de valor desigual aos direitos, conforme a origem social de seus sujeitos. Neste sentido, cito, ainda, a divulgação de um aplicativo para celulares realizada pelo CONSEG Morumbi em suas reuniões, através do site oficial e em seus perfis em redes sociais. Trata-se do aplicativo Agentto que se utiliza da dinâmica de rede social para emitir alertas localizados via GPS. Na notícia veiculada pelo CONSEG Morumbi, encontra-se a seguinte descrição:

O programa avisa, por exemplo, quando um usuário está em perigo ou quando

alguém “suspeito” está por perto – existe até a opção “andarilho ou pedinte” para comunicar um “problema público”. O objetivo é criar uma vigilância comunitária: a notícia cai na rede e logo se espalha pela vizinhança do bairro²⁹.

Fica claro que a “vigilância comunitária” seleciona quem está dentro ou está fora desta comunidade e, apropriando-se de um espaço público, gera distinções entre os cidadãos. A camiseta distribuída em uma manifestação promovida pelo Movimento SOS Morumbi, articulado pelo CONSEG, trazia estampada o apoio da empresa desenvolvedora do aplicativo, a Agentto Serviços Contextuais Ltda.

O CONSEG Morumbi reforça, assim, um dos projetos de cidade em questão, o projeto conservador que identifica a tranquilidade e o sossego como um privilégio alcançado através da possibilidade de dispêndio de grande soma de recursos financeiros. Conservador porque remete ao projeto inicial oferecido pelas empresas de urbanização responsáveis pelo loteamento dos bairros nobres estabelecidos na região, a partir do final da década de 1950. Não por acaso, o único conflito identificado entre o CONSEG e representantes de grupos economicamente privilegiados, travou-se entre este e o São Paulo Futebol Clube que, em função de seus interesses comerciais, tentava mudar a lei de zoneamento da região, como está registrado na ata de reunião de janeiro de 2012.

No entanto, os grupos sociais mais vulneráveis – que, na região, não contam com este espaço constituído pelo Estado para fazer valer suas demandas e contrapor-se ao projeto conservador de cidade – de maneira autônoma têm constituído movimentos e espaços de resistência. Seja no movimento por moradia, no compartilhamento de suas residências com familiares e amigos, no estabelecimento de estratégias como a das travestis que, circulando em automóveis, burlam a “triagem”, ou, simplesmente, no sentimento de ameaça que transmitem, estes grupos sociais estão presentes.

29 Excerto de notícia do jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/04/1270064-celular-vira-arma-contra-violencia-na-regiao-do-morumbi-em-sp.shtml>>. Último acesso em: 03/12/2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMERICAS WATCH. *Violência Policial Urbana no Brasil. Mortes e Tortura pela Polícia em São Paulo e Rio de Janeiro nos Últimos Cinco Anos. 1987-1992*. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP), 1993.
- ARRUDA, Luiz Eduardo Pesce de. *Mobilização de Micro Comunidades: Vizinhança e Segurança Pública*. São Paulo: Sicurezza, 2010.
- AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil e Participação no Brasil Democrático. In: MELO, Carlos Ranulfo e Sáez, Manuel Alcántara (orgs.). *A Democracia Brasileira: Balanços e Perspectivas para o Século 21*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. pp. 405-420.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito Linguístico: o Que é Como se Faz*. São Paulo: Loyola, 2007.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo e Sociedade: Para Uma Teoria Geral da Política*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). *Agenda Brasileira: Temas de uma Sociedade em Mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Repensando a Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CAARDIA, Nancy (coord.). *Pesquisa Nacional, por Amostragem Domiciliar, Sobre Atitudes, Normas Culturais e Valores em Relação à Violação de Direitos Humanos e Violência: Um Estudo em 11 Capitais de Estado*. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP), 2012.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/EDUSP, 2003.
- CANO, Ignacio & ALVADIA, Alberto (coord.). *Análise dos Impactos dos Ataques do PCC em São Paulo em Maio de 2006*. Rio de Janeiro: Laboratório de Análise da Violência

(LAV/UERJ), 2008.

CAPITELLI, Marici. Morumbi Rico, Morumbi Pobre. In: *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 13 de out. de 2002.

CARUSO, Haydée; MUNIZ Jacqueline e CARBALLO BLANCO, Antônio Carlos (orgs.). *Polícia, Estado e Sociedade: Práticas e Saberes Latino-americanos*. Rio de Janeiro: Publit, 2007.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, Ana Carolina Francischette da. *Educação, Turismo e Ação Griô: Impactos da Modernidade na Comunidade Quilombola do Remanso (Lençóis-BA)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DIAS, Guilherme Soares. Mapa Revela 20 Pontos Violentos no Morumbi. In: *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 09 de fev. de 2014.

FONSECA, Cláudia. Quando Cada Caso Não é um Caso: Pesquisa Etnográfica e Educação. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n.10, pp. 58-78, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREHSE, Fraya. Potencialidades do Método Regressivo-progressivo: Pensar a Cidade, Pensar a História. In: *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, v.13, n.2, pp. 169-184, novembro de 2001.

GALDEANO, Ana Paula. *Para Falar em Nome da Segurança: o Que Pensam, Querem e Fazem os Representantes dos Conselhos Comunitários de Segurança*. Tese (Doutorado em

Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

GOHN, Maria da Glória. O Cenário da Participação em Práticas de Gestão da Coisa Pública no Brasil no Final do Milênio: As Mudanças no Caráter do Associativismo. In: *Cidadania-textos*. São Paulo, n.12, pp. 9-20, julho de 1998.

_____. *Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. Morumbi: O Contraditório Bairro-região de São Paulo. In: *Caderno CRH*. Salvador, v. 23, n.59, pp. 267-281, maio/agosto de 2010.

HARVEY, David. Cidades Rebeldes: do Direito à Cidade à Revolução Urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, Henri. Problemas de Sociologia Rural. In: MARTINS, José de Souza (org.). *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: HUCITEC, 1981a. pp. 144-162.

_____. Perspectivas da Sociologia Rural. In: MARTINS, José de Souza (org.). *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: HUCITEC, 1981b. pp. 163-177.

_____. *La presencia y La ausencia: contribución a la teoría de las representaciones*. México, D.F: Fondo de Cultura Económica, 1983.

_____. *O Direito à Cidade*. São Paulo, Centauro: 2001.

LÜCHMANN, Lúcia Helena Hahn. Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas: Desafios do Desempenho Institucional, In: *Ciências Sociais, UNISINOS*. Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, v. 38, n. 161, pp. 43-79, julho/dezembro de 2002.

- MALMESBURY, Thomas Hobbes de. *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- MARCHIORI, Thaise. *Papel dos Municípios na Segurança Pública: Relações entre CONSEG e Administração Municipal (1985-2008)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.
- MARENCO, André. Devagar se Vai ao Longe? A Transição para a Democracia no Brasil Em Perspectiva Comparada. In: MELO, Carlos Ranulfo e SÁEZ, Manuel Alcántara (org.). *A Democracia Brasileira: Balanço e Perspectivas para o Século 21*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. pp. 73-105.
- MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARTINS, José de Souza. As Temporalidades da História na Dialética de Lefebvre. In: MARTINS, José de Souza (org.). *Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética*. São Paulo: HUCITEC, 1996. pp. 13-24.
- _____. (org.). *Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- MELO, Carlos Ranulfo e Sáez, Manuel Alcántara (orgs.). *A Democracia Brasileira: Balanços e Perspectivas para o Século 21*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- MIRANDA, Ana Paula Mendes de. A Busca por Direitos: Possibilidades e Limites da Participação Social na Democratização do Estado. In: CARUSO, Haydée; MUNIZ Jacqueline e CARBALLO BLANCO, Antônio Carlos (orgs.). *Polícia, Estado e Sociedade: Práticas e Saberes Latino-americanos*. Rio de Janeiro: Publit, 2007. pp.417-443.
- MONTORO, André Franco. *Abc dos Direitos do Trabalhador*. São Paulo: Martins Fontes, 1970.
- _____. *Da “Democracia” que Temos à Democracia que Queremos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *A Luta Pelas Eleições Diretas*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

_____. *Alternativa Comunitária: Um Caminho Para o Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

PERALVA, Angelina. *Violência e Democracia: o Paradoxo Brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ROCKWELL, Elsie. *Reflexiones Sobre el Proceso Etnográfico (1982-1985)*. México: Centro de Investigación y de Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional, Departamento de Investigaciones Educativas, 1987.

SAVASSA, Camila Fontes. *São Paulo e as Novas Configurações do Espaço Urbano: O Parque Cidade Jardim e seu Impacto na Marginal Pinheiros*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

SAES, Décio Azevedo Marques de. Cidadania e Capitalismo, Uma Abordagem Teórica. In: *Coleção Documentos. Instituto de Estudos Avançados da USP*. São Paulo, n. 8, pp. 01-31, abril de 2000. Série Especial

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para um Novo Senso Comum: a Ciência, o Direito e a Política na Transição Paradigmática*. Vol. 1: A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem Preto Nem Branco, Muito Pelo Contrário*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SENTO-SÉ, João Trajano; FERNANDES, Otair. A Criação do Conselho Comunitário de Segurança de São Gonçalo. In: SENTO-SÉ, João Trajano (org.). *Prevenção da Violência: o Papel das Cidades*. Coleção: Segurança e Cidadania, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização

Brasileira, 2005. pp.255-281.

_____. (org.). *Prevenção da Violência: o Papel das Cidades*. Coleção: Segurança e Cidadania, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SMDU/Dipro. *Listagem de Favelas do Município de São Paulo*. SEHAB/HABISP: 2012.

STEPAN, Alfred. *Os Militares: da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TATAGIBA, Luciana. Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. pp. 47-103.

THIOLLENT, Michel. Notas para o Debate Sobre Pesquisa-ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.) *Repensando a Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1987. pp. 82-103.

TODOROV, Tzvetan. *Os Inimigos Íntimos da Democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VASCONCELOS, Ruth. *As Incertezas da Vivência Democrática no Espaço Institucional dos Conselhos de Gestão Participativa*. Artigo apresentado no II Seminário Nacional de Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2007.